

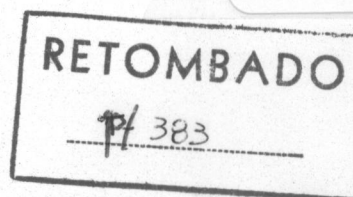
OSMAR OSSIS GOBATTO

MUTUALISMO E RESISTÊNCIA OPERÁRIA EM
ARARAQUARA



Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Araraquara, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Teresa Micelli Kerbaux



Araraquara
1997

Este trabalho é dedicado:

à Maria, esposa e companheira, presente em todos os momentos,

aos meus filhos, Osmar Jr., Álvaro Luís, Olívio e Mara Silvia, que me incentivaram e apoiaram,

as minhas noras Maria Gorete, Heloísa Helena, Cláudia e ao meu genro Edson pelo estímulo recebido e

aos meus netos, Daniel, Guilherme, Bruno, Davi e Luigi que representam os elos da minha posteridade.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi possível de ser realizado pela direta orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Teresa Micelli Kerbauy, a quem devo uma profunda gratidão pela sua competência intelectual e acadêmica no encaminhamento das correções que foram necessárias nas etapas da pesquisa. Dessa maneira, tive condições de visualizar o que faltava nas minhas investigações e corrigir os meus argumentos.

Quero também agradecer a Prof.^a Dr.^a Maria do Rosário Rolfsen Salles e Prof.^a Dr.^a Helena Carvalho de Lorenzo, que participaram da banca de qualificação, e que apresentaram importantes indicações de alternativas que foram realmente valiosas na finalização de nosso trabalho.

A manifestação do meu agradecimento é extensivo aos professores das disciplinas que tivemos de cursar, em função dos créditos ao mestrado, bem como, aos colegas que cursaram juntos essas disciplinas e que sempre contribuíram com seus incentivos e amizade.

A nossa gratidão é particularmente extensiva à diretoria da União Operária de Araraquara, que permitiu o acesso à importantes documentos de seu arquivo, e que sem eles não seria possível a elaboração desse resgate histórico da memória do movimento operário em Araraquara. Queremos agradecer também a funcionária, Srta. Valéria que gentilmente se preocupou na busca desses documentos.

Nosso agradecimento especial é para a Sr.^a Lélia Abramo, que nos confiou importante material de pesquisa sobre Giovanni De Marchi, que estava em poder de sua família a muitas décadas, material esse, que encaminhamos como doação ao Museu Histórico e Pedagógico "Voluntários da Pátria" de Araraquara, através do Prof. Dr. Rodolpho Tellarolli, a quem também agradecemos pelas diversas observações que nos foram transmitidas.

Ao Prof. Dr. Mivaldo Messias Ferrari, o nosso agradecimento pelas sugestões que foram apresentadas.

Agradecemos também o apoio dado pela direção da Federação das Faculdades Isoladas de Araraquara (FEFIARA) ao nosso trabalho.

Financeiramente, essa dissertação foi possível através do apoio do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

E viva il Primo Maggio! Non piu oppressi,

Non piu oppressori, ma fratelli tutti

Nel santo agone del lavor. Che ascolto?

Vengo, o compagni! E com le braccia aperte

Corsi, anch'io lieto per l'immensa speme

Che alla tradita Umanità sorride.

Giovanni De Marchi

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
-----------------	---

CAPÍTULO 1

MUTUALISMO E RESISTÊNCIA OPERÁRIA.....	14
1 - Origens do mutualismo assistencial.....	15
2 - A “experiência humana” no mutualismo operário.....	19
3 - Mutualismo e ideologia libertária no Brasil.....	22

CAPÍTULO 2

FORMAÇÃO DO OPERARIADO PAULISTA.....	32
1 - Imigração em São Paulo.....	34
2 - Operário paulista: ideologia e organização.....	43
3 - Formação operária em área cafeeira.....	56

CAPÍTULO 3

FERROVIA E IMIGRAÇÃO NA REGIÃO DE ARARAQUARA.....	63
1 - A elite cafeeira e a rede ferroviária paulista.....	65
2 - Companhia Estrada de Ferro de Araraquara.....	73
3 - Café e imigração na região de Araraquara.....	79

CAPÍTULO 4

ORGANIZAÇÃO DA UNIÃO OPERÁRIA DE ARARAQUARA E A GREVE FERROVIÁRIA DE 1919.....	94
1 - A influência libertária.....	96
2 - A greve na The São Paulo Northern Railroad Company.....	108
3 - A desapropriação da The São Paulo Northern Railroad Company.....	125

CAPÍTULO 5

A VIDA DE UM LIBERTÁRIO.....	132
------------------------------	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144
---------------------------	-----

BIBLIOGRAFIA.....	148
-------------------	-----

ANEXOS.....	153
-------------	-----

GOBATTO, OSMAR OSSIS. *Mutualismo e resistência operária em Araraquara*. Araraquara, 1997. 153p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

RESUMO

Nos objetivos que foram propostos neste trabalho, analisamos o movimento mutualista e resistência operária, que ocorreu em Araraquara, cidade do interior paulista, através da União Operária de Araraquara. Procuramos analisar especialmente a influência anarquista por ocasião de sua organização, e suas relações na deflagração da greve de outubro de 1919, na The São Paulo Northern Railroad Company. Procuramos demonstrar que esse movimento operário possibilitou a formação de um núcleo de resistência que através da greve conseguiu seus objetivos, estabelecendo-se um vínculo entre os operários e o governo do Estado de São Paulo, em decorrência da ferrovia ser um setor fundamental para o complexo exportador cafeeiro paulista. A greve não foi espontânea e sua mobilização foi organizada antecipadamente, existindo uma orientação alheia ao movimento operário, quando posteriormente, foi desapropriada pelo governo paulista, sendo que, essa atitude veio governamental veio em resposta aos interesses da elite cafeeira paulista, que visava uma solução para o transporte do café da Zona Araraquarense à exportação, e não tinham interesse que uma empresa estrangeira participasse internamente da economia de uma região que representava uma parcela importante da produção cafeeira do Estado de São Paulo.

INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa tem como objeto de estudo o movimento mutualista e resistência operária, que ocorreu em Araraquara, cidade do interior paulista, através da União Operária de Araraquara. Procuramos analisar especialmente a influência anarquista por ocasião de sua organização, e suas relações na deflagração da greve em outubro de 1919, na The São Paulo Northern Railroad Company.

Esse movimento operário influenciado pela doutrina anarquista, possibilitou a formação de um núcleo de resistência, ressaltando-se que a greve da estrada de ferro não foi espontânea e sua mobilização foi organizada antecipadamente, existindo uma orientação que não fazia parte do meio ferroviário. As reivindicações desses trabalhadores estavam direcionadas por aumentos salariais e diminuição da jornada de trabalho para oito horas. Também não houve nesse movimento nenhuma contestação ao poder do Estado e à elite cafeeira. A greve foi uma decorrência do agravamento das condições de vida dos trabalhadores, que receberam apoio de outros segmentos da sociedade local e não enfrentou uma resposta repressiva do governo paulista.

A nossa hipótese de trabalho visa demonstrar que através da greve os trabalhadores conseguiram seus objetivos, estabelecendo-se determinadas relações com o governo do Estado de São Paulo, que posteriormente, desapropriou a The São Paulo Northern Railroad Company. Com essa medida, o Estado demonstrava que essa estrada de ferro representava um setor estratégico e

fundamental para o complexo agro-exportador cafeeiro paulista, favorecendo os interesses da elite cafeeira do Estado de São Paulo. De acordo com as circunstâncias que aconteceram na evolução desse episódio, podemos considerar que a elite cafeeira paulista saiu-se vitoriosa com a desapropriação da ferrovia, advindo também dessa situação as relações que foram estabelecidas entre o governo paulista e os trabalhadores da estrada de ferro que passaram a ser empregados do Estado. Portanto, o escoamento da produção cafeeira da Alta Araraquarense estava resolvido, não havendo mais problemas a serem considerados relativos a essa preocupação dos cafeicultores.

O que se observa nos estudos sobre os movimentos operários dos grandes centros da época, é que eles quase sempre ocorriam em função do crescimento industrial, e ligados aos movimentos associativos ou sindicais com um certo grau de militância e de consciência política dentro da ação operária. Porém, este estudo da União Operária de Araraquara foge desse contexto, uma vez que a maioria de seus associados estavam ligados a uma estrada de ferro inserida numa região cafeeira. Portanto, faltava a devida vivência e militância a esses trabalhadores, que estiveram empenhados em resolver seus problemas imediatos de sobrevivência, aplicando uma forma de resistência na obtenção de seus interesses.

As dificuldades e a inquietude forçaram esses trabalhadores a se organizarem numa associação de auxílio mútuo, e também como núcleo de resistência, em razão das péssimas condições financeira e de tráfego da estrada de ferro que afetava a vida dos trabalhadores, bem como, da própria elite cafeeira da

região que não dispunha de um meio eficiente de transporte. Dessa maneira, os principais líderes do movimento e da greve, tinham a função de organizar os sentimentos do grupo operário. O primeiro momento, era conseguir fazer com que os operários se sentissem com os mesmos problemas, e o segundo momento, era de se unirem numa ação objetiva através da solidariedade, porque:

Quando uma pessoa se junta ou atravessa um piquete grevista, está fazendo uma escolha de valores, mesmo que os termos da escolha e parte daquilo que a pessoa escolhe sejam social e culturalmente determinados (Thompson, 1981, p.194).

Esse movimento operário pode ser considerado como o resultado de uma inquietação coletiva, motivada por um desejo de melhor condição de vida. De certa forma, era uma expressão de inconformismo com a situação de pobreza e exploração a que estavam submetidos. A partir do momento que os ferroviários conseguem seus objetivos com o término da greve, e com a conseqüente desapropriação da estrada de ferro pelo Estado, a União Operária retornou às atividades assistenciais mutualistas.

Nossa intenção em apreender o resgate da história social desse movimento operário ligado a uma ferrovia em área cafeeira, foi de analisar a influência anarquista nesta organização demonstrando que esses indivíduos saíram de sua passividade, e mostraram que era possível lutar pelos seus direitos e pela sua cidadania, mesmo levando-se em conta, a duração efêmera de resistência na conquista de suas reivindicações.

O conteúdo doutrinário anarquista está presente na linguagem do estatuto social de 1919 da União Operária, orientando de alguma forma, o que era

aplicado nos movimentos operários da época. A organização reunia poucos associados, mas que se dispuseram a agir, através da solidariedade que os envolvia, levando-os a uma obstinação na busca de acabar com a exploração que os afligia.

A história social desses pequenos movimentos, significa uma ampla possibilidade de investigação da intensa mobilização operária ocorrida na conjuntura entre 1917 a 1920, e que foi originada pelo impulso da insatisfação que ocorria em seu meio, principalmente quando os anarquistas se dispuseram a uma intensa mobilização da classe operária, originando manifestações e greves em várias partes do país. Dessa maneira, esse é um caminho possível para se interpretar a forma de resistência dos movimentos operários diante dos mecanismos de poder e dominação, e entender sua prática social e política.

Nosso trabalho se desenvolveu da seguinte forma: o capítulo 1 analisa a trajetória do mutualismo operário e a origem do anarquismo europeu como doutrina reformista, focalizando a essência de alguns conceitos de Proudhon e Bakunin que foram os principais teóricos do anarquismo, bem como a influência do anarco-sindicalismo nos movimentos operários na França, Itália, Espanha e Portugal. Os imigrantes europeus, principalmente italianos e espanhóis, trouxeram para o Brasil a ideologia libertária que exerceu enorme influência nos movimentos operários, principalmente em São Paulo. A propagação do anarco-sindicalismo foi difundida pelas associações operárias que agiam como núcleo de resistência, e às vezes, como socorro mútuo. Nesse capítulo, também analisamos a “experiência humana” como prática do cotidiano no contexto da luta dos

movimentos operários, inerentes à realidade de exploração e dominação a que estavam expostos.

No capítulo 2, é nosso objetivo demonstrar um aspecto geral da formação do operariado paulista, enfocando a importância da imigração principalmente italiana, no suprimento da força de trabalho, tanto rural, como urbana. Quantidade substancial dessa força de trabalho foi absorvida pela indústria que estava em crescimento, sendo que, muitos desses elementos contribuíram para a organização de núcleos de resistência operária, e para a propagação de ideologias reformistas trazidas da Europa. Ressaltando, que esses movimentos operários atingiram também regiões cafeeiras paulistas com menor intensidade.

O capítulo 3, relata a importância das estradas de ferro nas regiões cafeeiras de São Paulo, e também da construção da Companhia Estrada de Ferro de Araraquara, surgida em função da expansão cafeeira na região de Araraquara. Neste capítulo, também focalizamos a contribuição do imigrante como força de trabalho no meio rural e urbano, analisando alguns aspectos econômicos e sociais desses imigrantes em Araraquara, bem como, alguns conflitos envolvendo imigrantes na região, principalmente de italianos.

A nossa preocupação no capítulo 4, esteve voltada para o estudo da organização da União Operária de Araraquara e a influência anarquista na organização, como núcleo de resistência operária e também de ajuda mútua. Em razão das precárias condições de vida e exploração de trabalho, os ferroviários da The São Paulo Northern Railroad Company deflagraram em outubro de 1919, uma greve geral na estrada de ferro por aumento salarial e redução da jornada de

trabalho. Destacamos também no capítulo 4, uma análise da íntima relação entre a elite cafeeira paulista e o Estado, pois a desapropriação da The São Paulo Northern Railroad Company favoreceu o interesse da elite cafeeira paulista, principalmente de alguns dirigentes da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. A região da Araraquarense era de grande interesse à elite cafeeira, e a estrada de ferro representava um setor estratégico ao sistema agro-exportador, e não era de interesse da burguesia que essa ferrovia estivesse em poder de uma empresa estrangeira.

No capítulo 5, inserimos o relato da história de vida do poeta e pintor italiano, Giovanni De Marchi, que era anarquista e foi um dos principais organizadores da União Operária de Araraquara, além de ter sido eleito como seu primeiro presidente. É importante destacar o papel de Giovanni De Marchi nos primeiros meses e na greve da estrada de ferro, isso porque, ele representou o sentido da ideologia anarquista num movimento operário que não possuía o devida experiência e militância, como ocorria nos movimentos operários da capital paulista.

No transcorrer de nosso trabalho, estivemos pesquisando em documentos primários ou secundários como fontes de informações nos seguintes locais, (às vezes, com a frustração da pesquisa não encontrada): Arquivo "Edgard Leuenroth" - UNICAMP, Arquivo do Estado de São Paulo, Arquivo da FEPASA em Jundiaí, Arquivo da União Operária de Araraquara, Biblioteca Pública Municipal "Mário de Andrade" de Araraquara, Biblioteca da UNESP - Campus de Araraquara, Cemitério São Bento de Araraquara, Imprensa Oficial do Estado

de São Paulo, Matriz de São Bento de Araraquara, Museu Ferroviário de Araraquara, Museu Histórico e Pedagógico "Voluntários da Pátria" de Araraquara, Primeiro Cartório de Registro Civil de Araraquara, Jornal O Imparcial de Araraquara e material de pesquisa sobre Giovanni De Marchi doado pela Sra. Lélia Abramo.

CAPÍTULO 1

MUTUALISMO E RESISTÊNCIA OPERÁRIA

Utilizamos o passado histórico como a representação vinculada à memória, e tentamos reconstruir dentro das limitações que dispomos, o espaço das lembranças que serviram como formas de expressão e prática social da história dos movimentos operários, que ficaram perdidos nas associações e uniões operárias do interior paulista, e que necessitam ser recuperados para terem sentido como elos de uma cadeia que se prende ao presente, principalmente para entendermos a trajetória dos dominados.

Na concepção de solidariedade que os movimentos operários brasileiros aplicaram na sua evolução desde o final do século XIX até 1920, é possível se perceber os limites de sua ideologia que se fundia no interesse e na busca de esforços, para consolidar a formação de associações que se projetavam com objetivos definidos na defesa do trabalho e resistência ao capital.

As relações histórico-sociais eram representadas por personagens reais, que ampliaram suas formas de atuação dentro de um conteúdo ideológico, às vezes, incipiente, definindo a maneira de configurarem seus interesses próprios dentro de uma perspectiva de estarem sendo forçados a exercitarem uma resistência diante de sua desigualdade social. Essa ação de resistência, estava voltada contra uma trama do jogo de poder e dominação que a elite da época dispunha, com a

finalidade de expandir os seus interesses, mediante a exploração e opressão que exerciam sobre a massa trabalhadora.

O sentido da solidariedade que os libertários apregoavam, era a condição que se atribuía ao ser humano como necessidade natural, onde a liberdade e a verdade deveriam ser aplicadas num novo estilo social igualitário, livre das ingerências do Estado e das instituições burguesas que somente serviam para dominar e explorar o trabalhador. A organização, a resistência e a cooperação mútua, representaram nos movimentos operários as condições de atuação que deviam seguir, no propósito de alcançar um significado de preparação e luta, vinculado a uma ação direta das práticas que se faziam necessárias para tentar transformar a sociedade burguesa, cuja atuação estava dirigida à exploração da classe trabalhadora. Dessa forma, é preciso associar esta realidade aos imigrantes europeus, principalmente italianos, que trouxeram sua ideologia e cultura reformista tentando criar uma situação propícia para aplicar o conteúdo utópico de transformar uma sociedade em igualitária e livre.

1 - ORIGENS DO MUTUALISMO ASSISTENCIAL

O sentido de direitos e deveres que eram encontrados nos primeiros grupos sociais humanos, assumiam uma noção de solidariedade que era expressada através de um comunismo primitivo, onde o coletivismo representava o elo mais forte de união e durabilidade do grupo.

Essa solidariedade, com o passar dos séculos, evidenciou-se no mutualismo assistencial, cujas origens são encontradas nas corporações de ofício da Idade Média, onde a finalidade era prestar auxílio mútuo aos artesãos inválidos e outros dependentes que necessitassem da assistência dessas corporações.

Com o crescimento dos movimentos operários na Europa, durante as primeiras etapas da Revolução Industrial, a tendência desses operários foi de se organizarem em associações de socorro mútuo, que, posteriormente, deram origem aos sindicatos de classes. Dessa maneira, a cooperação e o sentimento mutualista preenchiam de certa forma, as insuficientes condições de amparo aos operários, isso devido a falta de uma legislação trabalhista que os protegessem.

Os movimentos reformistas que apareceram na Europa durante o século XIX, tinham a pretensão de solucionar o problema da exploração dos operários e dos conflitos de classe, através do processo revolucionário terminando assim com as desigualdades sociais. Dentre esses movimentos, destacou-se o anarquismo que propunha a supressão do Estado e uma sociedade igualitária e livre que pudesse proporcionar aos indivíduos uma existência sem opressão e exploração.

Apesar de não alcançarem a mesma repercussão do marxismo, as idéias libertárias tiveram grande influência no pensamento social e político da época. Todo o seu conteúdo doutrinário era nitidamente racionalista, criando valores que tivessem condições de transformar radicalmente a sociedade, a fim de que os homens se aperfeiçoassem no sentido de terem uma vida mais justa.

A origem do anarquismo, pode estar associada a alguns movimentos religiosos ocorridos na Europa entre os séculos XIV e XVII, isso devido ao fato

dessas crenças terem pregado um desprendimento pelas coisas materiais, bem como, a transformação da sociedade voltada aos valores éticos e morais. Rousseau, também pode ser considerado como um dos precursores do anarquismo, pois, através da sua obra escrita durante o século XVIII, encontra-se o fundamento doutrinário do anarquismo, onde os próprios valores da natureza e o sentido de auxílio mútuo entre os homens representavam:

A idéia fundamental de que o homem é por natureza bom e que são as instituições que o corrompem está na base de todo o pensamento anarquista (Joll, s/d, p.33).

Na realidade, as idéias de Rousseau contribuíram para aperfeiçoar as doutrinas sociais, apregoando o sentido de liberdade inerentes a cada ser humano, como a base da idéia de igualdade entre todos.

No século XIX, o pensador francês Proudhon, via na essência dessa busca de liberdade do ser humano, o questionamento enfático de que a propriedade era considerada como uma apropriação indébita. Como precursor do anarquismo, Proudhon, priorizou o trabalho como o fundamento da organização social e defendia a idéia do anarquismo mutualista, onde os operários através da participação na vida econômica poderiam instalar cooperativas de produção para enfrentar o capitalismo. Para ele, o mutualismo seria a forma ideal para substituir o Estado e o capitalismo, através dos operários em associações autogestadas e voluntárias. Assim, o princípio mutualista apresentava-se como doutrina na organização operária, com a intenção de transformar o capitalismo, proporcionando uma melhor distribuição da riqueza, a valorização da dignidade

humana do operário e uma sociedade mais igualitária. Proudhon não deu grande importância à parte política dentro da doutrina anarquista.

Para Proudhon, portanto, a base do anarquismo era o trabalho, influenciando sobremaneira, a doutrina libertária no tocante ao comportamento ético e moral dos anarquistas, pois:

...o trabalho é não só uma necessidade social mas também uma virtude moral. É ele o elemento básico da vida econômica e social e ao mesmo tempo padrão básico da ética (Joll, s/d, p.76)

A ênfase dada à idéia de liberdade, o combate à opressão do homem, a não aceitação do Estado e da propriedade, e a família como instituição básica da sociedade, constituíram os pontos fundamentais do pensamento de Proudhon. Toda atividade econômica, social e política deveriam ser regidas mutuamente através de seus participantes, ressaltando que, praticamente, toda a base doutrinária do anarquismo foi concebida por Proudhon.

A ação para o desencadeamento revolucionário do anarquismo foi constituído por Bakunin, criador do anarco-coletivismo, na metade do século XIX (Joll, s/d). Ele afirmava, que a sociedade baseada em critérios econômicos e políticos só teria sucesso através de associações livres de operários. Era contrário ao mutualismo de Proudhon, achando que os meios de produção deveriam pertencer a todos. Propunha o sindicato e a greve como formas de resgatar a sociedade. Durante a revolução de 1848, na França, Bakunin, sobressaiu-se pela sua posição radical, voltada para o sentido revolucionário das transformações sócio-econômicas de sua época (Joll, s/d). Era uma personalidade que buscava nas

idéias o fundamento de seu teor revolucionário, propondo derrubar os governos e instituições, acabando com o sistema legal e propiciando um mundo livre para todos. Esta afirmação de Bakunin define bem a sua personalidade revolucionária:

Não temos de ensinar o povo, mas incitá-lo à revolta (Joll, S/D, p.97).

Foi justamente com essa ideologia revolucionária que Bakunin chegou à Itália em 1864, onde conseguiu arregimentar muitos adeptos, isso porque o anarquismo italiano estava bem estruturado e exercia grande influência entre os estudantes, intelectuais e operários. Sua idéia inicial era de fomentar uma revolução anarquista na Itália onde julgava ter condições favoráveis para tanto, mas não chegou a desencadear nenhuma ação revolucionária, indo posteriormente, fixar-se na Suíça (Joll, S/D). Também na Espanha a receptividade do anarco-coletivismo foi intensa, o mesmo ocorrendo em Portugal.

No final do século XIX, desenvolveu-se na França o anarco-sindicalismo, que propugnava que era através do sindicato que se podia estabelecer uma greve geral revolucionária com valores políticos. Também a corrente anarco-sindicalista teve grande participação nos movimentos operários na França, Itália, Espanha e Portugal.

2 - A "EXPERIÊNCIA HUMANA" NO MUTUALISMO OPERÁRIO

A história não é produzida e transformada pela ação de um indivíduo somente. Qualquer fato histórico ou prática social só tem sentido e utilidade, se for realizado por segmentos da sociedade que têm os mesmos sentimentos,

desejos e objetivos comuns, na busca ou no resgate de seus direitos e de sua dignidade humana. A expressão “experiência humana”, na afirmação de Thompson faz com que:

Os homens e mulheres retornam como sujeitos, dentro desse termo - não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações produtivas determinadas como necessidade e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e cultura (as duas expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras, (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultante) agem, por sua vez, sobre situação determinada (Thompson, 1981, p.182).

Dentro dessa nova visão da realidade histórico-social é que podemos entender os movimentos operários no Brasil antes de 1930. Essa nova postura de pesquisa e análise, desenvolve formas de conhecimento e interpretação, com a finalidade de se compreender a dimensão do cotidiano social e político dos movimentos operários naquela época.

Esses movimentos operários podem ser inseridos dentro de um contexto social, que não seja àquele relacionado com a luta de classes. As manifestações e as lutas sociais podem ser avaliadas num conjunto de relações histórico-sociais, onde se entrelaçam com as questões referentes ao poder e à dominação.

Thompson (1981), afirma que, a experiência humana não se limita à verificação da classe social, mas são seres que transformam o seu cotidiano em práticas sociais, envolvendo a própria estrutura da sociedade. A existência e a ação dos operários, situados no âmbito das relações históricas, formam uma nova

concepção de classe como categoria de sujeito histórico. É através da experiência humana, como diz Thompson (1981), que o indivíduo agindo como sujeito histórico transforma o seu cotidiano, mas ressalta, que suas manifestações podem não ser produzidas pelos movimentos de classe.

Na experiência humana, o importante é entender as condições de exploração e dominação social, e compreender as limitações dos seres humanos como sujeitos ou classes históricas. Na verdade, não se pode remeter o operário como sujeito histórico às condições do determinismo econômico das classes. A prioridade deve ser enfocada a partir do contexto onde se processam as práticas sociais. A classe e o sujeito histórico não se definem a partir de conceitos e teorias, mas também dos interesses, das dificuldades, das aspirações e sentimentos existentes e vivenciados, ao que Thompson acrescenta:

E enquanto à “experiência humana” fomos levados a reexaminar todos os sistemas densos, complexos e elaborados pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização expressão (sistemas que o próprio rigor da disciplina, em Ricardo ou no Marx de O Capital, visa excluir): parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, leis, instituições e ideologias - tudo o que em sua totalidade, compreender a “genética” de todo o processo histórico, sistemas que reúnem todos, num certo ponto, na experiência humana comum que exerce ela própria (como experiências de classes peculiares) sua pressão sobre o conjunto (Thompson, 1981, pp.188 e 189).

Dentro dessa visão histórico-social, novas abordagens de pesquisa se abrem na investigação dos movimentos operários no Brasil anterior a 1930, dentro

de sua prática e espaço social, tentando indagar sobre o seu desenvolvimento de resistência, frente à dominação e exploração a que estavam condicionados. Assim, a existência dos “vencidos” emerge como consequência direta de suas manifestações de inconformismo, tentando modificar sua situação de passividade, porque possuíam desejos próprios de resgatar sua cidadania, e de mostrar a situação de miséria que estavam expostos. Portanto, esses indivíduos conseguiam demonstrar o contexto da experiência e da ação humana, provando assim, que a sua prática histórico-social não podia estar separada de sua consciência e cultura:

Mas, como sugeriu Rubem Alves, não podemos tratar os trabalhadores como se não tivessem corpo, não experimentassem prazeres e perdas. Em outras palavras, não podemos colocar o seu corpo entre parênteses, para nos deter em seu movimento de classe (Dutra e Grossi, 1986, p.125).

Ao contrário, é necessário mostrar a relevância da ação de indivíduos que criaram suas condutas através da resistência e dominação, e mesmo reprimidos, conseguiram transformar sua condição de subordinação. Assim, a experiência reproduz em cada ser, o sentido de consciência que permite modificar o seu cotidiano na busca de identidade social.

3 - MUTUALISMO E IDEOLOGIA LIBERTÁRIA NO BRASIL

Em 1854, no Rio de Janeiro, era organizada a primeira sociedade italiana, a “Società Italiana de Beneficenza”. No Rio Grande do Sul, em Bajé, no ano de 1871, imigrantes italianos criaram a “Società Italiana di Mutuo Soccorso e

Beneficenza", e em Porto Alegre, em 1877, surgiu a "Società di Mutuo Soccorso e Beneficenza" (Trento, 1989). Em São Paulo, em 1878, foi formada a "Società Italiana di Beneficenza Vittorio Emanuele II". A partir da década de 1880, a imigração italiana para o Brasil teve um impulso acentuado, ao mesmo tempo, que as sociedades de socorro mútuo proliferavam em consonância com o crescimento do movimento imigratório italiano. Em razão do aumento progressivo dessas associações, foi tentado em 1884, em São Paulo, a organização de uma confederação das sociedades italianas, mas sem sucesso (Cenni, 1975).

O crescimento das sociedades de beneficência e mútuo socorro organizadas pelos imigrantes italianos no Estado de São Paulo, tinham o sentido de dar alguma assistência aos seus associados, pois, era natural que essas pessoas se sentissem com certo desamparo vivendo num país distante. Muitas dessas associações tinham vida efêmera, com número reduzido de participantes e onde as divisões internas eram freqüentes. Na sua maioria, não tinham conotação política e não participavam de manifestações contrárias aos seus princípios mutualistas. Onde houvesse um núcleo de concentração de imigrantes italianos, era comum o aparecimento de uma associação de socorro mútuo, ressaltando que essas organizações dividiam-se segundo a origem regional que seus participantes tinham na Itália. Somente no Estado de São Paulo, em 1906, existiram 136 associações de italianos, aumentando para 392 em 1912 (Trento, 1989).

Apesar dessas associações estarem ligadas ao aspecto assistencial, era comum a formação de sociedades voltadas às atividades recreativas, musicais, esportivas, religiosas e mesmo algumas que reuniam pessoas da mesma profissão.

Muitas dessas organizações mantinham uma escola destinada aos filhos de seus associados.

O número de sócios era de certa forma, muito reduzido, levando-se em consideração a massa de imigrantes italianos radicados no Brasil, principalmente em São Paulo. No mesmo sentido que essas associações aumentavam de número, outras encerravam suas atividades. Também foi pequeno o número de sociedades italianas que se dedicaram às atividades políticas. Somente em 1904, em São Paulo, é que foi possível com certo êxito, a realização de um congresso das associações italianas no Brasil (Trento, 1989). Outras correntes de imigrantes como portugueses, espanhóis e alemães também organizaram suas sociedades de beneficência e de socorro mútuo no Brasil.

Na opinião de Rodrigues (1969), o período mutualista operário no Brasil vigorou até 1888, data da abolição dos escravos, e que:

O trabalho livre se restringia à algumas categorias urbanas que, desprovidas de qualquer amparo, numa sociedade de bases rurais, se organizam para fins de defesa mútua. Mas não são todas as categorias de trabalhadores urbanos livres que empreendem uma iniciativa nos quadros da vida monárquica. São apenas algumas profissões tipicamente operárias, como a construção de navios e impressão de livros e jornais respectivamente (Rodrigues, 1969, p.6).

Simão (1981), comenta que, as sociedades de socorro mútuo surgiram em São Paulo de certa forma ligadas:

...de um lado, a efeitos econômico-sociais da incipiente urbanização e de outro, em face deles, à retomada de modelos associativos já elaborados no processo de industrialização europeu (Simão, 1981, p.160).

Essas sociedades que se organizaram em São Paulo, no final do século XIX, e nas duas primeiras décadas deste século, estavam inseridas no contexto dos movimentos imigratórios, e consequentemente, dos movimentos operários. Era com fundamento na solidariedade que se organizaram as primeiras associações mutualistas operárias no Brasil, com a finalidade de proporcionar aos trabalhadores alguns benefícios. Simão (1981) afirma, que muitas dessas organizações não incluíam a assistência mútua em seus programas. Para isso cita um texto do jornal A Plebe:

As primeiras organizações operárias no Brasil foram por certo as ligas operárias que reuniam quase sempre indistintamente os operários de diversos ofícios e industriais e tinham por objetivo fora uma ou outra de caráter beneficente, a defesa dos interesses imediatos e comuns, a todas as classes, isto é, a melhoria de salários, e diminuição de horas e pouca coisa realizaram, porque lhes faltava a força necessária mercê do amorfismo que as caracterizava. Mais tarde, apareceram as sociedades de resistência, que já eram núcleos mais homogêneos surgidos dos primeiros centros ou ligas. São uniões que ao se desenvolverem fundam pelo país sucursais ou filiais, diretamente dependentes da central estabelecida na grande cidade. Ao lado destas existem uniões autônomas mais ou menos beneficentes, ora apoiando greves, ora fazendo manifestações políticas (Simão, 1981, p.162).

Em algumas correntes anarquistas propagadas no Brasil, a idéia mutualista não era bem aceita, porque achavam que a melhoria das condições do trabalhador não estava apoiada no caráter assistencialista ou beneficente. Ao contrário, propunham a resistência como forma para alcançar seus objetivos. Segundo Simão (1981), isso não implicava que os anarquistas assumissem a solidariedade

em favor de seus companheiros, na medida em que necessitassem. Era importante, a formação de entidades que defendessem os direitos dos trabalhadores. No entanto:

O mutualismo e o cooperativismo, aparentemente marginais ou prejudiciais ao processo de pressão social sobre o poder econômico capitalista, nele participam, embora indiretamente, pois, contribuem para a consecução daquele objetivo. Todavia, devem constituir uma área de relações econômico-sociais distinta daquela conferida ao sindicalismo (Simão, 1981, pp.163 e 164).

Durante o Primeiro Congresso Operário realizado em 1906, havia uma orientação para que os operários se organizassem em sociedade de resistência (Pinheiro e Hall, 1979). Porque, era uma das formas que os trabalhadores encontravam para fazer frente aos patrões e ao Estado, na defesa dos seus interesses. Nesse congresso, assim os trabalhadores se expressaram:

Considerando que a resistência ao patronato é ação essencial, e que, sem ela, qualquer obra de beneficência, mutualismo, ou cooperativismo seria toda a cargo do operariado, facilitando mesmo ao patrão a imposição das suas condições; que essas obras secundárias, embora trazendo ao sindicato grande número de aderentes, quase sempre sem iniciativa e sem espírito de resistência, servem muitas vezes para embaraçar a ação da sociedade que falta inteiramente ao fim para que fora constituída - a resistência; o Congresso aconselha, sobretudo, resistência, sem outra caixa a não ser destinada a esse fim e que, para melhor sintetizar o seu objetivo, as associações operárias adotem o nome de sindicato (Pinheiro e Hall, 1979, p.48).

Esse ambiente de resistência operária, era encontrado nos centros industriais da época, principalmente em São Paulo. A mobilização operária

tornava-se mais eficaz, devido ao fato de sua maior concentração, e também em virtude da grande manifestação político-sindical.

Quando se estuda o movimento operário dos grandes centros urbanos brasileiros, entre 1900 e 1920, a tentativa de análise é feita em função do crescimento industrial, e ligado ao sindicalismo que podia apresentar um certo grau de consciência política. No entanto, o mutualismo operário praticado em regiões mais afastadas dos grandes centros industriais da época, podem oferecer e estimular a pesquisa histórico-social, contribuindo para o resgate da memória individual e coletiva dessas organizações operárias. Dessa forma, onde a industrialização era escassa ou inexistente, surgiram associações mutualistas que desempenharam um papel de caráter assistencialista e beneficente, sem as características de uma ação político-sindical, mas sendo guiadas por um sentimento de solidariedade entre os operários. Muitas dessas associações organizaram-se num misto de ajuda mútua e como núcleo de resistência, dependendo das categorias industriais ou de serviços que representavam.

Com o aumento da corrente imigratória para o Brasil e Argentina, de 1880 até 1920, introduziu-se as idéias anarquistas trazidas pelos imigrantes, sobretudo de italianos e espanhóis. No Brasil, foi incontestável a participação dos anarquistas nos movimentos e na organização operária, principalmente no setor têxtil, onde se encontrava a maior parte dos imigrantes na indústria, principalmente na cidade de São Paulo.

No interior do movimento operário brasileiro, a corrente libertária que mais se destacava era a anarco-sindicalista que podia ser definida como um tipo

de doutrina que defendia a supressão do capitalismo, onde somente a ação revolucionária e a greve é que poderiam resgatar a dignidade e a igualdade dos operários. Sua atividade de arregimentação operária visava principalmente a organização de associações, uniões, sindicatos e federações operárias.

Boa parte da imprensa libertária, também sofreu grande influência do anarco-sindicalismo, que divulgava e orientava as manifestações operárias durante os períodos de agitações, de modo mais acentuado na capital paulista. Todo o conteúdo doutrinário que se difundia pela imprensa libertária vinha abastecido de valores que ressaltavam o papel da educação, da moral, da ética e da liberdade natural e humanista. Seu objetivo também era a campanha anticlerical contra a Igreja Católica, pois, acreditavam que a religião representava uma forma de alienação do operário que tentava alcançar liberdade, igualdade e ajuda mútua.

A moral libertária significava uma atitude de comportamento e postura, que infundia ao anarquista o valor da família, a dignidade de seus atos e também o combate ao vício do alcoolismo, que para eles representava um flagelo ao ser humano. Ressaltavam o valor da prática teatral e outras atividades, bem como, reuniões festivas principalmente nas comemorações do Primeiro de Maio.

A militância operária através da influência anarco-sindicalista, procurava organizar-se pela resistência contra uma burguesia poderosa e com influência no Estado. Através de associações, uniões ou sindicatos de resistência, tentavam conseguir que suas reivindicações tivessem êxito. Tanto o Governo, através da polícia, como os patrões, usavam de vários métodos repressivos no intuito de não

atender e formalizar o que de fato representava os direitos dos operários. Dessa forma, a repressão policial se voltava contra os operários imigrantes ou nacionais, que tentavam colocar em prática seus direitos de cidadãos. Os próprios jornais anarquistas e socialistas, denunciavam a violência de que eram vítimas os operários, sendo presos sem formulação de processos, com torturas físicas e colocados em cárcere por tempo indeterminado.

Essa repressão, se tornava mais acentuada e brutal nas épocas em que eclodiam os movimentos grevistas, pois, segundo o ponto de vista do Estado e da classe empresarial, essas greves representavam uma ameaça ao sistema político vigente no Brasil.

As propostas operárias como: jornada de trabalho de oito horas, contrato de trabalho e aumentos salariais, figuravam como maiores motivações para os movimentos grevistas, que se sucederam entre a última década do século passado até 1920. Era portanto, através da organização e da resistência em suas entidades que os operários puderam alcançar algumas melhorias nas suas condições de vida e de trabalho. Não havia legislação trabalhista que amparasse a classe operária. Todo tipo de negociação era realizada entre operários e patrões em cada estabelecimento industrial ou comercial, colocando os operários em situação de inferioridade. Não havia outra alternativa, senão aceitar as condições impostas pelos patrões e amargar essa desvantagem através da exploração e opressão exercidas sobre a classe operária. Assim, quando surgiam injustiças praticadas contra os operários, como maus tratos, quebra do cumprimento do contrato de trabalho e demissões, é que eles se uniam para fazer prevalecer seus direitos.

A solidariedade, era a maneira mais aceitável de que dispunham para se defenderem das injustiças e arbitrariedades que surgiam dentro das fábricas, e conseguirem ver atendidas muitas das suas reivindicações. A tentativa de conscientização dos operários por parte dos núcleos de resistência, figurava como um dos objetivos da doutrina libertária no sentido de alicerçar mais a união entre os operários.

Para o anarquismo, a educação sempre representou uma atitude de conscientização com o intuito de arregimentar a classe na formação dos núcleos de resistência, ante as pressões exercidas pela burguesia e pelo Estado. Assim, as organizações operárias de resistência se tornavam os centros de debates e propagação e solidariedade das idéias libertárias, à medida que crescia a industrialização, e conseqüente, o número de operários, sobretudo italianos que no ano de 1900, representavam 81% dos trabalhadores em atividade na cidade de São Paulo (Trento, 1989).

Nos movimentos operários a experiência libertária conclamava a uma "ação direta" para atingir os seus objetivos, tanto de ordem imediata, como aquelas ações de longo alcance que objetivavam uma sociedade livre, sem preconceitos e sem o Estado e os capitalistas que representavam o poder, a exploração e a repressão. Numa sociedade agrária, como era a brasileira, e sem uma participação popular nas atividades partidárias e políticas, nada mais restava aos militantes do anarquismo senão desenvolverem manifestações voltadas à luta e à solidariedade dos operários. Por conseqüência, a participação libertária não se interessava por todos os grandes problemas que afligiam a realidade brasileira,

estavam mais interessados nos problemas mais imediatos que atingiam a classe trabalhadora.

Os ideais reformistas de uma sociedade mais justa, representavam o ponto mais importante que os anarquistas propagavam em suas manifestações públicas e pela imprensa. Nem sempre as entidades operárias eram bem organizadas e duradouras, motivo pelo qual, a agitação e aglutinação operária estavam sempre voltadas às lideranças que tinham grande influência sobre a massa operária. Às vezes, dependendo também da categoria a que estavam ligados, representavam uma menor ou maior força de organização durante as manifestações ou deflagrações de greves. Grande parte do sucesso das greves, estava baseado na solidariedade entre as várias categorias operárias, sendo que, às vezes, quando eclodia uma greve em uma fábrica, outras categorias aderiam em solidariedade aos seus companheiros. A experiência da prática operária, começava a se substanciar como uma essência dos princípios que eram necessários para aperfeiçoar essa solidariedade entre eles.

CAPÍTULO 2

FORMAÇÃO DO OPERARIADO PAULISTA

No seu conjunto, a partir de 1890, a economia cafeeira expandiu-se em função da abundância de terras virgens no Oeste paulista, apesar das crises que surgiram no período devido às oscilações de preços no mercado internacional. A grande oferta de mão-de-obra imigrante européia e a disposição do governo republicano em apoiar ostensivamente a política cafeeira, também contribuíram para a expansão do produto, pois, o poder da elite cafeeira impunha-se sobre o governo, forçando a sua intervenção no mercado cafeeiro a fim de estabilizar os preços do produto.

A valorização da terra elevou-se rapidamente, e os negócios da transação fundiária expandiram-se, fazendo o dinheiro circular com mais rapidez entre as várias atividades financeiras. O intenso comércio cafeeiro possibilitou a formação de uma acumulação de excedente de capital, abrindo amplas possibilidades do crescimento do comércio e da indústria.

Os cafeicultores diversificaram suas atividades, tornando-se proprietários de indústrias, bancos, ferrovias e participaram ativamente do comércio de exportação e importação. Os grandes produtores de café do Estado de São Paulo lideraram todo o complexo cafeeiro da época, ao mesmo tempo, em que o capital externo aplicava seus investimentos nas mesmas atividades econômicas, em razão da íntima associação da economia cafeeira com o mercado internacional.

O suporte inicial dessa grande transformação econômica, social e política, foi a grande lavoura de café que colocou o Estado de São Paulo como centro de importância nacional, influenciando os destinos do País. O café representava 60% das exportações brasileiras, sendo responsável pela formação de uma burguesia comercial ligada aos grandes plantadores de café, que passaram a controlar toda a economia nacional.

A tendência ao suprimento de mão-de-obra à lavoura cafeeira, foi o incentivo à imigração de grandes contingentes de lavradores europeus, principalmente italianos, espanhóis e portugueses que eram destinados às regiões cafeeiras paulistas. A imigração subvencionada com recursos governamentais geralmente era direcionada às fazendas de café, enquanto a imigração espontânea era dirigida aos centros urbanos paulistas. Muitos chegavam ao Brasil com certas habilidades profissionais ou técnicas, e se lançavam em atividades comerciais ou industriais. A grande maioria sem qualificação profissional, empregava-se em outros ramos industriais, principalmente na indústria têxtil.

Conforme a diversificação e a complexidade das atividades comerciais e industriais eram modificadas, havia a necessidade de arregimentação de grande quantidade de mão-de-obra egressa do meio rural, acelerando o processo de urbanização e tornando possível o surgimento de novos segmentos sociais.

O processo de formação e de crescimento da indústria paulista não seria possível em grande parte, sem a participação da numerosa mão-de-obra imigrante, principalmente a italiana:

O papel desempenhado por estes no primeiro surto de industrialização foi crucial, sob vários aspectos: pela ampliação do mercado de trabalho e de consumo; pela preferência em inverter a poupança no setor comercial e industrial, tendo-se em conta as dificuldades impostas ao acesso à propriedade da terra; pelo impulso dado ao crescimento da cidade de São Paulo (Fausto, 1975, p.17).

1 - IMIGRAÇÃO EM SÃO PAULO

Na década de 1880, os fazendeiros de café das regiões novas do Oeste paulista, perceberam claramente que o sistema de trabalho vinculado ao escravismo não oferecia as condições de produtividade para acompanhar a evolução da lavoura cafeeira.

As condições favoráveis do trabalhador assalariado eram superiores em comparação ao elemento escravo, e diante dessa situação, necessitava-se de maior número de mão-de-obra alternativa. Mediante a pressão dos fazendeiros de café do Oeste paulista, o Governo de São Paulo, passou a subsidiar a partir de 1886, o transporte de grandes contingentes de imigrantes europeus que eram destinados à lavoura cafeeira. Essa medida desobrigava os imigrantes de um compromisso futuro de saldarem sua dívida de transporte, como era realizado anteriormente. Com isso, estimulava-se o fluxo imigratório para a produção cafeeira.

Essa preocupação com o abastecimento de mão-de-obra para a cafeicultura paulista, levou o governo republicano a modificar a Constituição de 1891, passando para o controle dos Estados a posse de terras devolutas e a

iniciativa da imigração e colonização. Essas medidas na realidade beneficiaram o Estado de São Paulo, pois:

...graças à riqueza criada pelo café, significava uma maior autonomia com relação a tão crucial problema, ou seja, o da mão-de-obra para a grande fazenda de café. Praticamente só São Paulo consegue manter a imigração subvencionada, isto é, traz imigrantes mediante o pagamento da passagem (Petrone, 1977, pp.98 e 99).

Os fazendeiros davam preferência a lavradores e suas famílias, de maneira que os imigrantes chegavam em unidades familiares e se fixavam nas fazendas de café como colonos. Dispunham de uma carteira fornecida pela Hospedaria de Imigrantes, na qual constava um contrato de trabalho com a duração de um ano. O contrato também estipulava o recebimento de uma importância mensal, bem como, uma participação por alqueire na época de colheita. Era permitido ao colono plantar gêneros de subsistência entre as ruas de pés de café em formação, ou em pedaços de terras cedidas pelos fazendeiros. Essa cultura intercalar permitiu a venda de excedentes de produtos agrícolas, e mediante essa pequena acumulação de capital é que muitos imigrantes puderam investir em compra de terras ou em negócios nas cidades, pois:

Ao lado dos brasileiros proprietários de grandes fazendas, a estrutura social rural apresentava um crescente número de sítios pequenos e médios, adquiridos por imigrantes de primeira geração. Alguns estrangeiros residentes, bem-sucedidos no comércio ou na indústria, adquiriam propriedades rurais, porém muitos dos imigrantes que se tornaram proprietários de fazendolas operadas pelo trabalho familiar começaram provavelmente como colonos de café. O trabalho na fazenda era o emprego rural de acesso mais imediato e embora aqueles imigrantes que adquiriam capital em ocupações urbanas possam ter investido subsequentemente

na produção de café, é menos provável que muitos deles tenham voltado à lavoura como ocupação (Holloway, 1984, p.212).

O estímulo à imigração, principalmente do elemento italiano, era conduzido de preferência aos trabalhadores rurais que estavam habituados aos rudes trabalhos agrícolas. Também chegavam os imigrantes que não tinham vocação agrícola, bem como, determinadas categorias de artesãos: alfaiates, ferreiros, sapateiros, pedreiros, pintores e outros. Todas essas pessoas eram registradas nos órgãos de imigração na Itália como agricultores. No Brasil, eram encaminhados às fazendas de café e na primeira oportunidade abandonam as lavouras para se concentrarem nas cidades (Hutter, 1972). Os trabalhadores industriais, artesãos e demais ligados às atividades urbanas não eram subsidiados. Havia também o interesse dos fazendeiros de café de que os imigrantes italianos radicados no Estado de São Paulo, se propusessem a chamar seus familiares e amigos a virem ao Brasil para se dedicarem à lavoura de café.

A instabilidade dos imigrantes nas fazendas de café era uma constante. Vencido o contrato de um ano, muitos colonos abandonavam as fazendas. Os atritos e desacordos entre colonos e fazendeiros, em grande parte referiam-se às condições de trabalho. A desilusão e a falta de adaptação na nova terra, forçaram muitos imigrantes a voltarem à Itália, ou então, emigrarem para a Argentina ou Estados Unidos. Não existem registros confiáveis em relação à saída de imigrantes do Brasil, embora considerados expressivos (Petrone, 1977).

Com a imigração subsidiada, era possível repor-se o contingente de trabalhadores que voltavam às suas terras de origem, ou mesmo, àqueles que

migravam para os núcleos urbanos atraídos por melhores condições de vida.

Assim, o deslocamento das novas levas de imigrantes eram direcionadas:

Em São Paulo, como já foi dito, a imigração destinava-se a fornecer braços para a grande lavoura, havendo, entretanto, também, a localização do imigrante na pequena propriedade, que surge ao lado do latifúndio, às vezes, apesar dele, mas geralmente fazendo parte integrante do sistema. A pequena propriedade deve funcionar como "isca" para atrair imigrantes como reservatório de mão-de-obra, aparecendo por iniciativa oficial, e muitas vezes, em decorrência da desagregação dos sistema latifundiário, devido à decadência dos cafezais em áreas velhas, na retaguarda da frente pioneira (Petrone, 1977, p.103).

A proliferação da pequena propriedade no Oeste paulista, foi devida em grande parte à vinda do imigrante, principalmente o de origem italiana. Muitos conseguiam algumas economias na produção cafeeira como colonos, assim, sempre era possível a compra de uma gleba de terra, aumentando a saída dessas unidades familiares das fazendas de café. Geralmente, esses trabalhadores italianos e de outras nacionalidades dedicavam-se à produção cafeeira, mas também cultivavam gêneros de subsistência. Alguns italianos tornaram-se fazendeiros de café nas frentes pioneiras:

Em 1901, existiam no Estado 1057 fazendeiros italianos que complexivamente possuíam cerca de 32 milhões de plantas de café. Já em 1906, segundo estatísticas formuladas pela Secretaria da Agricultura, nos cinco distritos do Estado de São Paulo havia 5197 proprietários agrícolas italianos, contra 1607 portugueses, 675 alemães, 470 espanhóis, 117 austríacos, 76 franceses, 25 ingleses e 255 de nacionalidades diferentes (Cenni, 1975, pp.182 e 183).

Nas crises cafeeiras ocorridas entre 1893 e 1903, muitos colonos tinham seus ganhos reduzidos pelos fazendeiros de café, que enfrentavam dificuldades financeiras para saldarem suas dívidas. Dessa maneira, acentuavam-se as saídas desses colonos para as cidades, disputando com os trabalhadores nacionais os empregos e oportunidades existentes. Na década de 1920, elevou-se a migração de trabalhadores nacionais destinados para as frentes pioneiras do café, estimando-se em 156 mil o número de mineiros e nordestinos que chegaram ao Estado de São Paulo (Cano, 1977).

Com a valorização do café, a partir de 1906, o aumento da imigração européia foi significativo, principalmente entre 1910 a 1914. Com o começo da Primeira Guerra Mundial, houve uma desaceleração da imigração provocada, ressaltando-se que no período de 1900 a 1914, a imigração espontânea foi responsável pelo aumento ocorrido no Estado de São Paulo. A maioria eram trabalhadores com alguma qualificação profissional, que procuravam colocação nos ramos industriais de São Paulo. Com relação a procedência dos imigrantes italianos, que chegaram à São Paulo, a maioria dos imigrantes que se fixaram nas regiões cafeeiras paulistas, eram provenientes do Sul da Itália, enquanto que:

Os italianos provenientes do Norte preferiam ao contrário, se dedicar às atividades industriais ou eram pintores, pedreiros, marceneiros, ferreiros, sapateiros, construtores, etc., quando não se dedicavam ao comércio (Cenni, 1975, p.173).

Entre 1877 a 1914, as três principais correntes imigratórias que chegaram ao Estado de São Paulo, estavam assim distribuídas: 846.816 italianos, 293.916

espanhóis e 260.537 portugueses (Cenni, 1975). Mas foi o imigrante italiano que mais se sobressaiu nas atividades cafeeiras, e também como operário urbano. Todos na realidade, tinham a esperança de serem bem sucedidos porque:

Começava logo mais, a "conquista" de um lugar ao sol. Enquanto os verdadeiros agricultores se dirigiam em grande número às fazendas, procurando realizar o sonho tão acalentado de se tornar proprietário de terras e de culturas mais ou menos vastas, havia milhares e milhares de pessoas sem profissão definida que após ter usufruído de viagem gratuita, sumiam à primeira ocasião, deixando-se ficar nas cidades à procura de qualquer serviço (Cenni, 1975, p.221).

Essa força de trabalho imigrante que chegava ao Estado de São Paulo, estava destinada maciçamente a trabalhar nas regiões produtoras de café, representando praticamente 87% da mão-de-obra disponível, enquanto uma minoria inseria-se na capital paulista em busca de trabalho chegando a 9% do total, sendo que, o restante fixou-se no Vale do Paraíba com 1% e nas demais regiões paulistas com 2% do total (Holloway, 1984).

Devido ao aumento de trabalhadores italianos no meio urbano paulista, principalmente na capital, havia por parte dos trabalhadores nacionais alguns ressentimentos em relação ao imigrante, não só devido à concorrência na busca de empregos no meio urbano, mas percebiam também que muitos imigrantes eram mais qualificados e tinham mais facilidade de mobilidade sócio-econômica devido a sua formação cultural européia, conseguindo melhores oportunidades de ascensão no meio urbano. Em cidades do interior, muitos desses imigrantes trabalhavam nas mais variadas profissões, principalmente como artesãos e

prestadores de serviços, e muitos conseguiram ser pequenos industriais ou se dedicaram ao pequeno comércio.

No período, entre 1914 e 1918, a entrada de imigrantes diminuiu em razão da Primeira Guerra Mundial, criando preocupações aos cafeicultores quanto ao suprimento de mão-de-obra para a lavoura de café. Também muitos imigrantes abandonavam as fazendas e vinham às cidades, onde achavam que encontrariam melhores condições de vida. Essas mudanças nas diversas regiões cafeeiras do Estado de São Paulo, com o passar do tempo, diminuiu em muitas fazendas a figura do colono. Alguns tornavam-se pequenos proprietários de terra, principalmente sitiante em terras de segunda.

Mesmo com todas as dificuldades existentes com relação aos problemas migratórios, a aplicação do sistema de colonato na lavoura cafeeira paulista foi favorável:

Devido às condições inerentes ao sistema de trabalho da fazenda de café paulista e por causa dos incentivos nele contidos, há uma constante pressão do mercado de trabalho para dirigir a frente pioneira. A força de trabalho, os colonos, aliados a um sistema capitalista em expansão participaram do avanço da frente pioneira, sendo, portanto, a grande mobilidade do colono a responsável, em parte, pelo sucesso do sistema de trabalho paulista (Petrone, 1977, p.116).

Apesar das dificuldades que ocorriam no meio urbano, os imigrantes foram sendo inseridos e absorvidos pelas atividades industriais e de serviços. Na medida em que as crises cíclicas atingiam o setor cafeeiro, mais trabalhadores imigrantes dirigiam-se às cidades, onde representavam maior acumulação de capital à nascente indústria paulista. Dessa forma, não havia dificuldades em se

arregimentar trabalhadores no meio urbano, pois havia se formado um enorme reservatório de mão-de-obra disponível a qualquer momento para as atividades industriais.

A cafeicultura pela sua própria dinâmica capitalista começou a se modernizar, liberando em consequência mais trabalhadores para o setor industrial (Fausto, 1975). A oferta de mão-de-obra acelerou-se, criando um excedente que tinha dificuldades em ser absorvido por um setor industrial que não era estabilizado, e também pelas próprias dificuldades decorrentes das crises cafeeiras:

Deste modo, embora o núcleo estrutural da economia residisse no campo, o conflito social concentrou-se nos setores secundário e de serviços (Fausto, 1975, p.21).

Não se pode negar a imensa importância que a imigração teve na formação do operariado paulista, nas duas primeiras décadas do século XX. Isso se torna fundamental, quando se analisa o aspecto quantitativo da absorção dessa força de trabalho vinda do campo, e dirigida aos setores industrial e de serviços, e também quanto aos aspectos doutrinários reformistas que foram difundidos entre a massa trabalhadora, devido à participação de operários imigrantes que propagavam essas idéias reformistas que vinham da Europa contra o capitalismo imperialista e monopolista.

Na realidade, essa difusão doutrinária atingia o incipiente operariado urbano paulista, com maior intensidade na capital, demonstrando que essa

assimilação era necessária a esses operários, no propósito de aperfeiçoar sua experiência e atividade a fim de conquistar suas reivindicações e seus direitos.

A grande preocupação reivindicatória dos movimentos operários, centralizava-se nos aumentos salariais e na redução da jornada de trabalho para oito horas diárias, além de outras conquistas sociais. Os anarco-sindicalistas propugnavam a greve como a mais eficaz condição de pressão sobre a classe patronal, considerando as atividades sindicais como expressão de luta na conquista de seus direitos, e não dando a devida importância na ação partidária nos movimentos dos trabalhadores.

Nessa fase, antes da Primeira Guerra Mundial, os movimentos operários na cidade de São Paulo não refletiam inteiramente a sua força de organização, mesmo as greves deflagradas não continham a necessária condição de sucesso, pois era difícil conseguir as reivindicações perante a classe empresarial. Às vezes, a repressão do Estado era violenta contra os trabalhadores.

O que também atrapalhava o sucesso das greves dos trabalhadores na cidade de São Paulo, era as diferenças étnicas que refletiam os conflitos existentes nas bases dos movimentos operários. Essa falta de assimilação entre as associações de imigrantes, principalmente de italianos, conduzia a um enfraquecimento que colocava em risco a própria estabilidade da ação e da luta operária:

Em geral, os antagonismos étnicos foram um traço dificilmente eliminável num mercado de trabalho em que os brasileiros eram relegados às tarefas mais humildes e percebiam uma atitude de superioridade cultural e até mesmo racial

por parte dos estrangeiros que, por sua vez, os acusavam de serem constantemente fura-greves. A isso acrescentavam-se os contrastes étnicos entre os próprios emigrados, sobretudo entre italianos e portugueses, que juntos representavam 2/3 dos estrangeiros entrados entre 1890 e 1920. O conflito étnico foi motivo de enfraquecimento do movimento operário e fez falir greves e até mesmo organizações sindicais (Trento, 1989, p. 230).

2 - OPERÁRIO PAULISTA: IDEOLOGIA E ORGANIZAÇÃO

A origem da industrialização paulista tem como circunstância favorável a expansão cafeeira, que proporcionou às demais atividades econômicas do Estado um desenvolvimento substancial. O capital acumulado era direcionado a investimentos em novas indústrias, como as de máquinas de beneficiar cereais, sacos de juta, tecidos, alimentos, bebidas, calçados, forjarias e outras. Esse crescimento econômico contribuiu para investimentos em obras de infra-estrutura, como portos, armazéns de estocagem, transporte ferroviário e melhoria das condições urbanas. O setor bancário desempenhou um grande papel nos negócios comerciais e industriais. A realidade demonstrava que, todas as atividades econômicas do Estado de São Paulo estavam, de certa forma, atreladas ao capital cafeeiro.

A disposição de concentrar investimentos no setor industrial, atraíam alguns fazendeiros de café com o objetivo de diversificar suas atividades econômicas, pois, mesmo em cidades interioranas paulistas, sem uma industrialização mais concentrada, era comum fazendeiros de café participarem

desses empreendimentos. Havia também grande oferta de trabalhadores que vinham do campo, em razão das crises cafeeiras ou por atração pelas cidades.

Nesse sentido, as exportações cafeeiras e a indústria se complementavam, como atividades geradoras de renda, pois, os cafeicultores não colocavam ênfase nas importações, seus interesses estavam mais voltados às atividades exportadoras. Assim, produziram-se condições favoráveis à industrialização a partir do início do século XX, possibilitando uma modificação nos hábitos de consumo da população, isso porque:

A estrutura que se desenvolveu nesse período de crescimento industrial foi dominado por indústrias leves. Indústrias têxteis, de vestuário, calçados e alimentos representavam mais de 57 por cento da produção industrial em 1907 e acima de 64 por cento em 1919. A força básica por trás deste crescimento inicial foi o "boom" do café, baseado na mão-de-obra livre. Investimentos substanciais de infra-estrutura para servir ao setor cafeeiro (estradas de ferro, usinas elétricas, etc.) financiadas pelos plantadores ou por capital estrangeiro, proporcionaram as condições para uma maior produção industrial local, e conseqüentemente criaram uma demanda por peças sobressalentes produzidas no local. A grande população de imigrantes empregados no setor cafeeiro e setores correlatos, proporcionaram um grande mercado de consumo barato (Baer e Villela, 1972, p.117).

Esse crescimento industrial paulista até 1920, não seria possível sem a numerosa participação da força de trabalho imigrante, com a predominância dos italianos. Essas pessoas eram arregimentados pela indústria paulista com baixos salários, sendo ainda reprimidos e explorados pelos patrões com o beneplácito do Estado. A única solução que restava a esses operários urbanos, era a de

solidarizarem-se e organizarem-se em núcleos operários de resistência, como formas de conseguir suas reivindicações como cidadão e operário.

Dessa forma, o movimento operário urbano paulista começou a expressar um sentido mais consistente de organização, quando acentuaram-se as correntes imigratórias européias que chegavam ao Estado de São Paulo estimuladas pela expansão cafeeira. A propagação das idéias reformistas difundidas na Europa, tiveram grande influência na formação do operário urbano paulista com forte conotação das correntes anarquista e socialista, que puderam infundir o suporte doutrinário necessário à sua organização.

O imigrante europeu conseguiu infundir essa postura ideológica e de organização no movimento operário paulista, em razão de sua cultura de experiência e de luta exercida na Europa, notadamente os italianos. Essa influência estrangeira, em grande parte, era devida a imensa quantidade de imigrantes radicados no Estado de São Paulo. Na capital paulista, em 1893, segundo relatório da Secretariado dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo, de uma população de 130.775 habitantes, 71.468 eram estrangeiros. No ano de 1900, a Diretoria Geral de Estatística, apontava que 92% dos operários existentes nas indústrias do Estado de São Paulo eram estrangeiros, onde os italianos representavam 81% desse total. Pelo levantamento realizado pelo Departamento Estadual do Trabalho na indústria têxtil, em 1912, no Estado de São Paulo, 80% eram estrangeiros e 65% eram italianos (Pinheiro, 1977).

A realidade numérica da presença do imigrante em São Paulo, denotava o perfil de quanto foi importante sua influência ideológica na organização e na

militância do operariado paulista. As lideranças das associações operárias em São Paulo, estavam em grande parte sendo influenciadas por imigrantes italianos, e em proporção menor pelos espanhóis e portugueses (Trento, 1989). Dessa maneira, a participação do imigrante europeu nessa transição do fortalecimento dos movimentos operários em São Paulo foi decisiva, isso porque, os principais líderes operários chegavam da Europa com ideologia definida e experiência de luta sindical.

Esses fluxos imigratórios dirigidos ao Estado de São Paulo, permitiram que a atividade cafeeira e a indústria tirassem proveito da situação. O abastecimento substancial da força de trabalho estrangeira pressionou os níveis salariais para baixo. Assim, os industriais eram beneficiados com esses contingentes extras de mão-de-obra. O aproveitamento indiscriminado da força de trabalho feminina e infantil, contribuiu para a manutenção desse tipo de relação salarial entre os operários. Os trabalhadores eram expostos a condições degradantes de trabalho, com jornadas que variavam entre 12 e 14 horas por dia. A alta do custo de vida, e a conseqüente queda do poder de compra criou uma dificuldade imensa aos operários, ao tentar conciliar seus salários miseráveis com as suas sobrevivências. A situação tornou-se mais insuportável durante a Primeira Guerra Mundial, quando os gêneros de primeira necessidade e os aluguéis subiram de forma acentuada.

Nessa época, a crise da atividade cafeeira refletiu-se sobre o meio urbano, e a mão-de-obra liberada pelas fazendas de café, demandavam às cidades em busca de colocações forçando mais o declínio dos salários urbanos.

Diante dessa situação econômica-social, desde o final do século XIX, os operários articulavam-se através das primeiras ligas e associações operárias. Sua finalidade era direcionada em parte, à ajuda mútua, e também pela conquista de melhores salários e redução da jornada de trabalho. O início desse movimento operário, marcou, de certa forma, a debilidade de sua atuação.

Nessa fase, surgiram os primeiros jornais operários dirigidos por imigrantes europeus que divulgavam as correntes ideológicas anarquista e socialista. Posteriormente, elementos brasileiros começaram a participar ativamente nesses jornais. As mensagens da imprensa operária era no sentido da difusão dos princípios reformistas, enfatizando a resistência como base no encaminhamento da luta operária por melhores condições de vida.

A corrente ideológica anarco-sindicalista, foi a que mais se destacou nos movimentos operários em São Paulo. Manifestavam insatisfação com a realidade vivenciada pelo operariado, e se organizavam em associações ou uniões operárias de resistência. Assim, foi possível algum impulso ao movimento organizatório do operariado paulista. A independência de atuação dessas associações, dentro do movimento operário foi de grande importância, pois, essa atitude de liberdade representava um dos pontos básicos da doutrina anarquista. A capacidade de articulação e atividade das sociedades de resistência, nem sempre conseguiu atingir seus objetivos através das greves ou manifestações, faltando-lhes uma ação mais qualitativa e persistente de organização, embora a intenção de luta e sacrifício fossem ardorosamente preservadas.

O que prejudicava o movimento operário paulista influenciado pelo anarco-sindicalismo era a propaganda que divulgavam, contendo um sentido utópico e universal da sociedade que jamais aconteceu em parte alguma. Na realidade, mesclavam essa concepção ideológica reformista, com os problemas imediatos e cotidianos que os operários enfrentavam contra a classe patronal e o Estado. Essa atitude utópica do operariado, representava uma espécie de “fuga” de propósitos, diante da impossibilidade da existência de uma sociedade igualitária.

O protesto era uma forma de expressão que utilizavam no resgate de sua condição de vida, na valorização do seu trabalho e no seu cotidiano dentro da fábrica. Essa experiência de conduta, capacitava-o a refletir sobre seus direitos compreendendo que a dignidade do seu trabalho era inerente às suas necessidades econômicas e sociais.

O anarco-sindicalismo procurava infundir em cada trabalhador, o sentimento humanitário envolvendo um elenco de idéias e atitudes, revelado num ser humano consciente e útil, não condicionado à alienação e sempre expontâneo à pratica da solidariedade.

Esses princípios libertários, implantados pelos imigrantes no movimento operário paulista, estavam direcionados no sentido de tentar acabar ou diminuir com a desigualdade social, num país agrário dominado pelo Estado repressivo, e uma burguesia fechada a qualquer entendimento de conquista econômica e social do operário. A repressão e a perseguição eram vigorosas e até violentas, levando ao desespero seus principais militantes. Para os repressores tudo era válido, desde

que os anarquistas não pudessem estabelecer nenhuma forma de expressão de inconformismo aos operários e ao povo.

Nem mesmo o desenvolvimento industrial, e as conseqüentes reivindicações trabalhistas contidas no II Congresso Operário de 1913, tiveram receptividade no Estado que continuava renitente em atender aos direitos dos trabalhadores. A burguesia industrial também não exprimia a mínima intenção de conceder qualquer benefício à classe operária. O comportamento dos patrões forçava o operariado a lançar mão da greve, como o único instrumento de pressão para modificar a atitude patronal.

Durante as greves, alguns operários se negavam a participar com medo de repressão ou de serem despedidos. Dessa maneira, os próprios companheiros se voltavam contra os “fura-greves” como eram chamados. Não havia muita complacência com esses elementos, que não seguiam as regras estabelecidas pelas associações ou sindicatos operários.

Em 1907, foi aprovada a Lei de Expulsão do Estrangeiro, apresentada pelo senador Adolfo Gordo, possibilitando que os agitadores anarquistas e socialistas que mais se destacavam no movimento operário fossem processados e expulsos do país, como elementos indesejáveis que violavam a segurança nacional. Dessa maneira, no período compreendido entre 1907-1921, foram expulsos do Brasil 556 operários estrangeiros, sendo que, o período de 1917 a 1921, representou o mais alto índice de expulsões, devido ao momento de intensas mobilizações e greves dos operários brasileiros (Trento, 1989). Aos operários, nada restava senão

a resistência como expressão de luta, exercida na sua experiência cotidiana praticada nas entidades operárias e nas fábricas.

No ano de 1913, a economia cafeeira entrou em crise, e as perspectivas tornaram-se sombrias, porque:

A crise internacional de 1913 atinge a economia brasileira, pela brusca redução de preços dos principais produtos de exportação, acarretando o déficit da balança comercial. Após a crise de 1913, o preço do café no mercado internacional permanece cerca de 30% mais baixo que os níveis de 1911-1912. As construções param, as fábricas reduzem a produção e o trabalho semanal; e em muitos casos, fecham as portas. As raras greves que ocorrem nos anos de 1914, 1915 e 1916 são motivadas por reclamação dos salários atrasados (Pinheiro, 1977, p.159).

A participação do operariado no processo político e eleitoral da época praticamente era nula. As decisões políticas e o poder ficavam restritos à vontade das minorias burguesas e oligárquicas, que não aceitavam a presença dos trabalhadores nas questões referentes à disputa política.

A alternativa que restava aos trabalhadores para contrapor a sua debilidade política, era voltar-se aos problemas mais prementes de sua existência, que era a solidariedade e a tentativa de conseguirem melhores salários e condições de trabalho mais condicentes às suas necessidades. Dessa forma, a grande massa de trabalhadores rurais, os imigrantes, as mulheres e mesmo os trabalhadores nacionais estavam alijados de todas as decisões políticas que pudessem reverter algum benefício às camadas inferiores. Essa situação forçava o operariado a buscar dentro do plano doutrinário reformista, as soluções utópicas que as

lideranças operárias proclamavam diante da injustiça e exploração a que eram submetidos, dessa forma:

Isolada, sem meios de pressão mais eficazes, sem acesso ao Poder, a classe operária contrapõe à realidade presente utopias igualitárias, concorrendo os diversos grupos socialistas e anarquistas na formulação de sistemas produtivos ideais, através dos quais, com a simples abolição da propriedade privada, estabelecer-se-ia a igualdade entre os homens e a miséria seria abolida da face da terra (Rodrigues, 1979, p.122).

A propaganda e a greve, eram os meios que os movimentos operários usavam para fortalecer a sua marginalidade econômica, social e política, ante à impossibilidade de se fazer ouvir e ter participação nas decisões nacionais. O caminho alternativo ficava restrito às suas manifestações de princípios ideológicos, que tinham origem européia, mas ficavam deslocados dentro de uma realidade burguesa agrária, e sem uma consistência industrial mais desenvolvida.

As próprias organizações operárias que se apoiavam na resistência como instrumento de pressão, não tinham a necessária vivência para contraporem-se às investidas patronais e do Estado. Não havia uma atuação sistemática e forte que levasse a efeito o sentido coletivo dessas associações, a não ser em momentos de crise que se tornava insustentável às vidas dos trabalhadores. Apesar que em determinados momentos havia certa reciprocidade entre os trabalhadores imigrantes italianos e alguns industriais, isso porque, boa parte desses industriais eram italianos e se desenvolveram algumas relações paternalistas e de identificação étnica entre eles.

Com a greve geral de 1917, em São Paulo, a situação dos trabalhadores começou a sofrer mudanças, isso porque, tanto os industriais, como o Governo, começaram a perceber que a realidade dos trabalhadores não podia ser ignorada, e era necessário conceder conquistas trabalhistas a uma classe que despontava como força social (Fausto, 1975). Porém, tudo não passava de tentativas não concretizadas. A liberdade de ação e justiça, que os anarquistas tentavam promover em benefício dos trabalhadores, ficaram reduzidas às vagas insinuações e tentativas que o Estado acenava aos trabalhadores. Os sentimentos de solidariedade e ajuda mútua, começaram a cair no vazio das pretendidas mudanças que sonhavam os anarquistas.

A partir de 1920, as transformações que ocorreram no Brasil, levaram a diminuição das manifestações da ideologia anarquista entre os operários.

A influência de outras posições doutrinárias que estavam acompanhando um mundo em transformação, principalmente após a experiência da Primeira Guerra Mundial, também contribuíram para direcionar o movimento operário na busca desses princípios que infundiam novos valores.

O capitalismo começava a infundir nos indivíduos, o gosto da ambição e do sucesso, anulando os vestígios da solidariedade libertária, que ainda, permanecia dentro do movimento operário paulista. Esse deslocamento do ideal anarquista, numa sociedade capitalista em mudança, somente conseguiu produzir o abastardamento da ética e da moral, que tanto os anarquistas preconizavam em suas propagandas e manifestações. Dessa maneira, desvaneceu-se a esperança de que os trabalhadores almejavam, de que o Estado e a sociedade burguesa

desapareceriam pelo poder revolucionário e transformador, onde os decadentes valores burguesas seriam substituídos, passo a passo, pelo aperfeiçoamento da racionalidade libertária.

A motivação ideológica e a organização dos movimentos operários, que se projetaram entre 1900 a 1920, foi imprescindível para dar sentido reivindicatório ao operariado paulista, objetivando os seus direitos, diante da incapacidade do Estado e da burguesia de resolverem as questões mais prementes que agitavam a classe operária.

As manifestações contra a carestia, os aumentos salariais, as jornadas prolongadas de trabalho e as péssimas condições de trabalho nas fábricas não sensibilizavam as elites porque:

As instituições tradicionais, ou os homens que por ela falavam, timbravam em não tomar conhecimento dos anseios e problemas do povo: repetidamente afirmavam solenemente a inexistência da chamada questão social entre nós, visto que éramos um país essencialmente agrícola e onde a indústria não contava (Rodrigues, 1969, p.32).

Aos operários, nada mais restava, senão a resistência as tentativas de opressão, tanto do Estado, como da burguesia. As entidades operárias que se organizavam com esse objetivo influenciadas pelas correntes libertárias, tinham por princípio a solidariedade entre os seus membros, procurando doutrinar os operários à ação e às reformas econômicas e sociais. Mas, as associações operárias não conseguiam arregimentar o número suficiente de militantes, nem obter o sucesso necessário em seus movimentos. Esses motivos estavam

relacionados a várias circunstâncias de ordem profissional, étnica, doutrinária e até geográfica.

Entre 1900 e 1920, na cidade de São Paulo, organizavam-se muitas associações operárias que, de forma singular, aceitavam associados de qualquer categoria, desde que fossem realmente trabalhadores. Havia tipos de associação ou sindicato, que se constituíram a partir de uma situação específica de profissão ou especialização operária. Era comum aparecer na cidade de São Paulo várias associações da mesma categoria profissional localizadas em bairros diferentes, ou, às vezes, restritas a uma fábrica ou setor de serviços.

Logicamente, pela sua quantidade numérica eram os imigrantes europeus que mais atuavam nessas organizações operárias, principalmente os italianos que se encontravam mais envolvidos nesse tipo de associação. No geral, a classe empresarial paulista infundia um sentido de perseguição e opressão contra as associações operárias, principalmente quando se encontravam circunscritas a um determinado bairro onde exerciam influência, ou mesmo dentro de suas próprias fábricas. Foram poucos os exemplos de empresários que dispensaram um tratamento mais digno aos seus operários, concedendo-lhes algumas garantias ou vantagens de ordem econômica ou social.

Diante desse quadro de desigualdade e exploração, o anarquismo preconizava que:

...a adesão dos trabalhadores às associações livres, derivadas da luta econômica, pressupõe a evolução da consciência dos setores explorados da sociedade ao nível libertário (Fausto, 1975, p.64).

Porém, faltava uma base doutrinária, experiência, liderança e militância para implantar esse tipo de organização operária. Faltava também uma industrialização mais desenvolvida, possibilitando a formação de uma classe operária mais consciente.

Os operários percebiam as diferenças econômicas e sociais existentes, tinham a percepção de sua inferioridade de poder perante as classes sociais superiores, mas sentiam o sentido antagônico entre eles e o Estado e a classe patronal. Assim, a hostilidade dos opressores, tinha que ser respondida pela resistência dos operários. Difícil era se prever naquele momento histórico, se os operários teriam condições de formar uma consciência de classe.

A alternativa para suprir a falta de uma consciência de classe, era o empenho que as lideranças operárias se esforçavam no objetivo de infundir no operariado, a formação de uma ideologia de resistência com base na sua experiência cotidiana. Na verdade, a experiência dos operários no procedimento do seu cotidiano produziam sobre:

...as uniões, ligas e, mais tarde, sindicatos de resistência que estruturam suas reivindicações, alguns casos com sucesso, não apenas na unidade fabril em que se luta e na qual se negocia a demissão de tal chefe, o abrandamento de tal disciplina, o alargamento do intervalo do almoço, os turnos, a dignidade do tratamento à mulher operária; mas também, com sucesso, em questões de jornada, tabelas salariais, modalidades de trabalho no processo de produção. O insucesso destas pequenas lutas, certamente mais freqüente, dada a espantosa violência de repressão, não anulam a enorme importância deste campo de luta no engendramento da luta de classe. Estas lutas, organizadas ou não pelos

anarquistas, formam uma prática política que tenta ser expressão de existir cotidiano de uma classe e propõem simultaneamente, a dimensão do próprio significado das experiências comuns e do reconhecimento mútuo: isto é, propõem a interpretação de sua própria dominação (Paoli, s/d, p.62).

Assim, o operariado lançava o seu ímpeto de resistência, influenciado pela experiência de luta do imigrante anarquista, com maior ênfase no militante italiano. Entre 1900 e 1914, as associações operárias sindicais se ampliaram na capital paulista com a organização de 42 delas, sendo que, em cidades do interior paulista foram criadas 26 associações operárias (Simão, 1966). A resistência e a solidariedade entre os operários paulistas representava uma necessidade imperiosa de organização.

3 - FORMAÇÃO OPERÁRIA EM ÁREA CAFEEIRA

A irradiação da lavoura cafeeira a partir do Oeste paulista, ocasionou um surto de desenvolvimento ao final do século XIX, onde a industrialização e o trabalho assalariado ligado à agricultura de exportação, contribuíram de modo fundamental para modificações das áreas cafeeiras mais distantes. As forças capitalistas agrárias ligadas ao café estavam ávidas de transformações, acompanhando dessa forma, a evolução do capitalismo internacional que procurava realizar investimentos, influenciando a formação de necessidades de transformações nas regiões cafeeiras que permitissem maior lucratividade. Novas

áreas de plantio foram formadas, voltadas ao comércio externo, em detrimento da agricultura de subsistência que ficava diminuída de suas áreas cultivadas e:

Em consequência, decaíra a produção de gênero de consumo interno que se tornam mais insuficientes para as necessidades do país, e obrigam a importar do estrangeiro a maior parte dos mais vulgares artigos de alimentação. Os gêneros alimentícios figurarão na importação com porcentagens consideráveis, cerca de 30 por cento, situação paradoxal e inteiramente anômala num país exclusivamente agrário como o Brasil (Prado Júnior, 1977, p.210).

Uma parte desses trabalhadores que vivia na agricultura de subsistência, como os arrendatários, meeiros e posseiros engrossaram as fileiras de trabalho assalariado nas fazendas de café, outra parte, encaminhou-se para os núcleos urbanos em busca de trabalho.

Nessas regiões, em razão das diversas crises cafeeiras ocorridas nas duas primeiras décadas do século, provocaram o êxodo rural trazendo às cidades um grande contingente de mão-de-obra imigrante e qualificada, que aceitava baixos níveis de remuneração, gerando a acumulação de capital e possibilitando o progresso econômico, contribuindo também para o desenvolvimento industrial e acelerando o processo de urbanização. Com o crescimento cafeeiro e sua ligação com o comércio externo, foi possível aplicar-se investimentos em outros setores, como ferrovias, bancos, portos, indústrias de beneficiamento e expansão comercial interna. Portanto, a renda gerada pelo capital cafeeiro possibilitava um fluxo de investimentos a nível interno, reforçando a expansão da indústria em áreas cafeeiras.

Dessa forma, surgiram pequenas unidades industriais de transformação, de beneficiamento, instalações mecânicas de manutenção e unidades mecânicas artesanais. A mão-de-obra que supriu as necessidades dessas indústrias em formação, era a dos próprios imigrantes que deixavam as fazendas e migravam para as cidades, isso porque, muitos não se ambientavam com o tipo de trabalho realizado nas fazendas.

Esses imigrantes chegavam ao Brasil, iludidos pela propaganda da “terra prometida”, e em pouco tempo, percebiam a realidade precária em que eram submetidos. A maioria era de italianos que chegavam como unidades familiares de agricultores, artífices ou aventureiros, em busca de oportunidades, trabalho ou riqueza, sendo que, a fiscalização das autoridades de imigração italiana não eram muito rígidas na seleção dos imigrantes. O restante dos imigrantes eram compostos por espanhóis, portugueses, e minoritariamente por outras nacionalidades. A grande maioria destas pessoas chegavam para trabalhar nas lavouras de café. Os que não se submetiam às atividades agrícolas, ou mesmo, os que, posteriormente, abandonavam as fazendas, estavam direcionados:

Para trabalhar nos “modestos centros” industriais que surgiam onde as estradas de ferro mantinham oficinas mecânicas, preferia-se estrangeiros em vez do proletariado local, que era grande maioria analfabeto e raramente demonstrava espírito de iniciativa (Dulles, 1977, p.17).

As pequenas indústrias que se formaram em cidades interioranas, de certa forma, preenchiam necessidades de consumo local e regional. O operariado que surgiu em decorrência da indústria tradicional, como produtos alimentícios,

bebidas, calçados e tecidos, tinham pouca qualificação profissional representando uma mão-de-obra excessiva e barata.

Nessas regiões cafeeiras paulistas, os operários que tiveram melhores condições de articulação e organização foram os ferroviários, isso porque, a estrada de ferro era considerada um setor vital da economia dessas regiões e do país. Em vista disso:

O setor de serviços (ferrovia e portos) é estrategicamente o mais relevante, dele dependendo o funcionamento básico da economia agro-exportadora, assim como se apresenta o maior grau de concentração de trabalhadores (Fausto, 1975, p.217).

Não havia tradição operária no Brasil no início deste século, os próprios movimentos operários que ocorriam em centros urbanos maiores, como São Paulo e Rio de Janeiro, não apresentavam uma união de princípios ideológicos entre as várias organizações operárias. Seus objetivos eram inatingíveis, dentro de uma sociedade burguesa agrária, e onde a repressão do governo e dos patrões, era, às vezes, violenta. Os anarquistas propugnavam pelos seus ideais em suas manifestações, no intuito de alcançar seus propósitos reformistas como foi exposto neste trecho do jornal A Plebe:

Os anarquistas querem uma sociedade sem governos, sem leis, constituídas por federações de trabalhadores que produzem segundo suas necessidades; uma sociedade onde toda a terra e suas riquezas sejam de todo os trabalhadores; uma sociedade sem opressão da massa dos trabalhadores por uma minoria de ricos egoístas; uma sociedade sem dinheiro, instrumento de agiotas; uma sociedade sem polícias, sem prisões, sem ditaduras; uma sociedade onde o indivíduo

desenvolva livremente sua personalidade no trabalho, na ciência, nas artes (Rodrigues, 1969, p.10).

Num país agrícola, com uma indústria incipiente e com a debilidade da organização operária, não era possível aplicar-se aspirações utópicas. A única maneira de se fazer frente às dificuldades e opressões, era a tentativa de exercitar uma experiência nascida dessa ideologia numa busca de tempos melhores.

Nas regiões interioranas paulistas produtoras de café, esses movimentos operários manifestavam-se sem uma prática definida, e quando deflagravam numa greve, o motivo quase sempre referia-se a aumento salarial e redução da jornada de trabalho. Foram poucas, as organizações operárias do interior paulista que receberam a influência anarquista ou socialista até 1920, e que tentaram uma base doutrinária na conquista de seus objetivos. Geralmente, o que propunham era a resistência frente à classe patronal. Dessa experiência aplicada nos movimentos grevistas, foi possível a aplicação da experiência humana vivenciada, a fim de que sua prática social fosse alcançada. Nestas regiões, os movimentos políticos-sindicais operários não conseguiram desenvolver uma militância bem estruturada.

Entre 1900 e 1920, a maioria dessas entidades operárias paulistas foram organizadas em São Paulo, ou em cidades próximas, como Santos, Santo André e São Caetano. Nas regiões cafeeiras tiveram menor incidência, citando como exemplos: Campinas, Sorocaba, Limeira, Rio Claro, São Carlos, Araraquara, Ribeirão Preto, Jaú, Batatais e outras. Quanto ao tipo de arregimentação e organização dessas associações interioranas:

Nas pequenas cidades, e onde o número de operários era insuficiente para permitir a organização por ofício ou por indústria, criavam-se uniões, ligas gerais, ligas de ofícios vários que reuniam indistintamente trabalhadores de todos os setores da atividade econômica (Rodrigues, 1979, p.154).

Em relação as greves ocorridas nas regiões cafeeiras, entre 1900 e 1914, no meio rural, os motivos mais freqüentes diziam respeito às questões trabalhistas entre colonos e fazendeiros, enquanto, no meio urbano, os trabalhadores lutavam por melhores salários e redução da jornada de trabalho:

Movimentos grevistas atingindo várias fazendas ocorreram em 1902 e 1905, tendo havido uma vasta onda de greves em todo o Oeste paulista em agosto de 1911. A causa geral foi uma queda nos preços do café, mas as motivações foram várias. Essas iniciativas não tiveram forma organizada e não conseguiram angariar a simpatia dos operários das fábricas urbanas. O proletariado das cidades entrou em várias greves, a primeira das quais data de 1892. Houve importantes greves gerais começadas pelos empregados das estradas de ferro em 1901 e 1906. Havia vários sindicatos nas cidades, mas não estendiam sua organização até o campo. Os fazendeiros proibiam qualquer tipo de associação entre os colonos, de medo que se transformassem em veículo de protesto trabalhista (Dean, 1977, pp.171 e 172).

Era natural que nesse período, os movimentos operários ocorressem no interior paulista, isso porque, as transformações econômicas e sociais aconteciam com maior rapidez, devido à ferrovia, à imigração, ao aumento dos operários na indústria e ao crescimento urbano. Por outro lado, a solidariedade e a resistência operária praticadas nas associações, ligas ou uniões operárias do interior, não tinham a mesma intensidade daquelas praticadas nas entidades operárias da

capital paulista. No entanto, o conteúdo ético e moral cuja origem encontramos no mutualismo proudhoniano, era assimilado e praticado dentro das circunstâncias que envolviam cada entidade, sendo que:

A recorrência de associações de tipo mutualista em cidades menores do interior ou em regiões de baixa concentração industrial, onde inclusive não é raro encontrar-se sinais de sobrevivência, e até mesmo, entidades ainda em funcionamento (...) indica a extrema complexidade de fatores que intervêm no processo de penetração do capitalismo, do Estado nacional burguês e das formas de organização e controle que lhe correspondem. A permanência do mutualismo em localidades "remotas" oferece um estimulante material para um exame exploratório do conceito de "tempo histórico" no capitalismo e suas diferentes repercussões sobre as classes trabalhadoras... (Hardman, 1984, pp. 31 e 32).

A realidade com que nos defrontamos com referência ao estudo das associações mutualistas operárias interiorana, prende-se a um processo da história operária onde se nota que esses personagens se lançavam à luta sem terem a devida experiência, numa busca de conquista que estava intimamente relacionada a suavizar a um sentido de exploração e miséria a que estavam submetidos.

CAPÍTULO 3

FERROVIA E IMIGRAÇÃO NA REGIÃO DE ARARAQUARA

Em 1870, devido ao aumento da produção de café, e ao intenso comércio resultante desta atividade, intensificaram-se as ramificações férreas que faziam conexão com a São Paulo Railway até Santos, a fim de exportar o café. Com a expansão cafeeira, houve a necessidade da instalação de uma ferrovia tronco dentro da região cafeeira do Oeste paulista, sendo organizada a Companhia Paulista de Estradas de Ferro ligando Jundiaí a Campinas, e posteriormente atingindo Rio Claro.

Na década de 1870, as ferrovias começaram a desempenhar efetivamente suas atividades como empresas capitalistas, buscando um retorno financeiro compensador como meio de transporte. Regionalmente, os fazendeiros de café, principalmente do Oeste paulista, organizavam-se e construíam novas ferrovias e ramais ferroviários, acompanhando a “onda verde” da cultura cafeeira que cobria vastas regiões do interior paulista. A produção cafeeira expandiu-se, atendendo às exigências do mercado externo, ligando a elite cafeeira paulista aos interesses do capitalismo internacional, resultando grandes investimentos no setor ferroviário, principalmente em relação ao capital inglês.

Dessa maneira, as regiões cafeeiras paulistas foram sendo povoadas e denominadas de acordo com a localização das ferrovias:

Zona Paulista, Zona Araraquarense, Zona Sorocabana, Zona Noroeste, Zona Mogiana... (Matos, 1974, p.114).

A estrada de ferro penetrava pelos sertões paulista trazendo o progresso, riqueza, pessoas, e assim:

A via férrea progride aos saltos, tendo por ponto terminal, durante três ou quatro anos, um centro urbano importante, uma boca de sertão; durante esse período forma-se mais para diante um novo foco de densidade, nasce e se desenvolve uma pequena cidade pioneira (Matos, 1974, p.113).

Nessas novas regiões pioneiras por onde o café e a ferrovia penetravam, era possível deixar seus traços característicos de ordem econômica e social, distinguindo as “áreas velhas” das “áreas novas”, e também as alterações que se seguiam na sua história e na sua influência humana refletidas em cada realidade.

Portanto, a prosperidade chegava com o café, e as cidades cresciam e o dinheiro corria movimentando os negócios. Na verdade, o café representou uma importância fundamental para o Estado de São Paulo, possibilitando transformações econômicas, sociais, políticas e culturais, criando uma nova “fisionomia” característica da atividade cafeeira. O transporte ferroviário representou efetivamente uma complementação importante no desenvolvimento da economia cafeeira, portanto:

A chegada dos trilhos é quase sempre um marco na história de uma cidade. Com a estrada de ferro, vem todo o aparelhamento que ela exige, especialmente quando a cidade, por alguma razão, é escolhida para sede de qualquer atividade especial da estrada: armazéns, oficinas, escritórios, ponto de cruzamento de trens, ou local de baldeação. Tudo isso reflete sobre a vida da cidade, pois constitui mercado de trabalho de certa atração e estimula numerosas atividades correlatas,

dando ao local mais animação do que as demais cidades. Casos existem de cidades que chegaram a depender de sua função ferroviária (Matos, 1974, p.120).

A imigração também colaborou no aparecimento da nova paisagem cafeeira, surgindo como expressão do aumento da força de trabalho e ampliação do mercado de consumo. Introduziu sua cultura e valores sociais de origem, familiarizando-se com o novo ambiente, e exercendo sua influência no desenvolvimento da cultura cafeeira paulista. A imigração representou o fornecimento de "braços para a lavoura" para o Estado de São Paulo, onde deu continuidade à produção do "ouro verde" para exportação.

1 - A ELITE CAFEIEIRA E A REDE FERROVIÁRIA PAULISTA

Era inegável a íntima associação dos interesses econômicos da elite cafeeira com o governo do Estado de São Paulo. A expansão do café pelo Oeste Paulista foi um dos fatores importantes no crescimento das estradas de ferro, pois, no período entre 1890 até o final dos anos 20, praticamente toda estrutura da rede ferroviária paulista estava organizada (Matos, 1984).

As ferrovias desempenharam efetivamente suas atividades como empresas capitalistas, buscando um retorno financeiro compensador como meio de transporte. Mas nem tudo ocorreu satisfatoriamente, isso porque, as oscilações dos preços do café no mercado mundial em função da política cambial, a partir de 1890, resultavam em períodos de crise para o comércio cafeeiro e também para as

ferrovias. Mesmo assim, houve um aumento progressivo das áreas de cafezais plantados, e também uma expansão da rede ferroviária, trazendo o progresso e o aumento populacional para algumas regiões paulistas.

Entre 1870 e 1890, as ferrovias proporcionaram um volume considerável de renda aos seus investidores, apesar das crises cíclicas que atingiram a economia cafeeira paulista. A implantação das estradas de ferro no Estado de São Paulo, nesse período, estava associada também a um crescente interesse do capitalismo internacional em aplicar investimentos no transporte ferroviário.

Na década de 1890, a cultura cafeeira avançou em direção à Alta Araraquarense ocupando as vastas extensões de terras férteis da região. A fronteira agrícola foi se expandindo, estabelecendo os grandes latifúndios destinados à produção do café. Uma das preocupações dos fazendeiros de café estava direcionada à ocupação dos espaços de terras devolutas existentes na região, ampliando mais as áreas cafeeiras. A própria especulação imobiliária, proporcionou um valor de mercado à terra contribuindo com a acumulação de capital gerado na economia cafeeira e desenvolvendo todos os setores.

Os grandes plantadores de café representavam o poder econômico, social e político em suas regiões, mas também vinculavam-se nas práticas comerciais, bancárias e até mesmo industriais. Tinham consciência do sentido capitalista mais progressista, conduzido nas relações do país com o capitalismo internacional através das exportações cafeeiras. Mas o seu íntimo relacionamento com o poder estadual representava a sua sobrevivência econômica e política, através da atitude

do governo em manter a estabilidade da política cafeeira pela valorização do produto.

Dessa forma, o Estado aplicava o privilegiamento à elite cafeeira paulista nas concessões de novas estradas de ferro em zonas cafeeiras. Mas a partir do momento que as ferrovias paulistas começavam a reverter a sua rentabilidade em razão da política cambial, a elite cafeeira começou a solicitar ajuda ao Estado, com a finalidade de amenizar a sua desvantagem financeira em relação as ferrovias.

Como as estradas de ferro em território paulista representaram de fato, “as estradas do café”, a cada etapa da ocupação da terra voltada à produção do café, as ferrovias acompanhavam conjuntamente a expansão do produto, que se tornara o principal esteio econômico do Império e da Primeira República. A aceitação do café no mercado internacional, impulsionava internamente o complexo cafeeiro beneficiando todos os setores econômicos onde a elite cafeeira tinha interesses.

A dinâmica da propagação das ferrovias criou efetivamente uma complementação importante no desenvolvimento da economia cafeeira, refletindo todo um processo de transformação no Estado de São Paulo, que originava características próprias pela influência de um só produto agrícola, influência essa, confirmada neste argumento de Pierre Monbeig:

O desenvolvimento das vias férreas não obedeceu pois a um plano sistemático: ele foi comandado pelos interesses de administradores, produtores e comerciantes de café (Saes, 1981, p.33).

A irradiação e os espaços geográficos ocupados pela lavoura cafeeira, foram sendo preenchidos consistentemente pela formação de grandes latifúndios cafeeiros, núcleos urbanos e o aumento do fluxo populacional, originando dinamismo, progresso e vida ao interior paulista. O transporte não era mais o problema para escoar a produção do café ao porto de Santos, dessa forma:

A partir de fins do século passado, quando o porto de Santos superou o do Rio de Janeiro na exportação do número de sacas de café, já se havia estruturado na sua praça o que se chama até hoje de alto comércio do café". Foi essa riqueza a criadora de uma classe de homens de negócios, a dos comissários e exportadores de café... (Araújo Filho, 1969, p.152).

A elite cafeeira paulista, a partir da década de 1870, começou a participar ativamente na construção de ferrovias com dupla finalidade: solução do transporte cafeeiro à exportação e rentabilidade aos seus investimentos. Na consecução desta finalidade, sempre contou com a estreita colaboração governamental, tanto do período imperial, como do republicano. O caso da Companhia Paulista de Estradas de Ferro é o exemplo típico desse privilegiamento concedido à elite cafeeira paulista:

Assim, vinha o Estado, desta vez, atuar como força econômica, criando as condições gerais para o capital privado local se reproduzir.

As cláusulas que garantiram privilégios de zona, juros sobre o capital investido (7%), subsídios para importação de trilhos, máquinas, instrumentos, gratuidade no transporte de carvão, direito ao uso de madeiras, o de desapropriação, inclusive de minas de carvão, areia, pedreiras, etc., foram mantidas. Estabelecia o Estado, também no contrato celebrado entre o governo da Província e Companhia Paulista, a sua proteção com relação às tarifas e os regulamentos da

empresa. (...) Durante todo o período marcado pela economia agrário-exportadora, os "barões do café" detêm o poder do Estado. A política estatal, portanto, é sempre de proteção a qualquer empreendimento que viesse possibilitar a aceleração da acumulação de lucros proporcionados pelo café (Segnini, 1982, p.32).

Conforme crescia a produção cafeeira pelo Oeste paulista, chegando às promissoras regiões de São Carlos, Araraquara e Jaú, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro empenhava-se em ser a única detentora das concessões ao prolongamento das ferrovias nessas regiões:

A Companhia Paulista no intuito de chamar a si toda a produção compreendida entre os rios Moji-Guaçu e Tietê, procurou tornar o Morro Pelado ponto obrigado de seu traçado, e daí aproximar-se a Brotas para excluir a Companhia Ituana da concorrência a esse objetivo.

Assim ficaria a Companhia com o monopólio de quase toda a região do Oeste. Nenhuma outra empresa se aventuraria a construir estradas de ferro em prolongamento de qualquer das direções mencionadas, porque não encontraria renda para seus capitais (Saes, 1981, p.64).

Das empresas ferroviárias no Estado de São Paulo, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro era a mais poderosa, mantendo com o Estado profundas ligações de caráter econômico e político. O café e a ferrovia conjugavam seus interesses, com o beneplácito estatal refletindo esse processo por todo o sistema cafeeiro, buscando o retorno de lucratividade que haviam auferido até a década de 1890.

Era evidente, que a elite cafeeira paulista controlava a economia do país, mas as crises cíclicas do café no mercado mundial forçavam-na a amenizar os

efeitos das crises buscando auxílio com o Estado. Dessa maneira, em 1906, por ocasião do Convênio de Taubaté, quando o Congresso brasileiro aprovou o plano de valorização do café, e era necessário um montante de 15 milhões de libras esterlinas para implementar o plano, os Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, bem como, o Governo federal, mostraram-se sem perspectivas de arcarem com os compromissos assumidos durante o Convênio (Delfim Neto, 1979):

Diante desses fatos, o Estado de São Paulo decidiu empreender por sua própria conta, a valorização, obtendo financiamentos por caminhos inteiramente diferentes dos que até então haviam sido pensados (Delfim Neto, 1979, p.50).

A solução encontrada, foi o levantamento de empréstimos em bancos europeus e americanos para a compra de estoques de café, que foram armazenados no exterior (Delfim Neto, 1979). Essas medidas colocadas em prática favoreceram o mercado do café, com a normalização das vendas e com preços relativamente compensadores. O capital cafeeiro paulista tinha profunda conexão com o capital internacional, pois, as transações advindas do comércio cafeeiro, demonstravam que a política de valorização assegurou à elite cafeeira paulista enormes lucros tendo a participação do capital bancário externo.

Internamente, com a acumulação de capital proveniente da produção cafeeira, aumentava o poder da elite cafeeira paulista que direcionava sua vocação capitalista ao desenvolvimento de outras atividades, pois esses elementos tornavam-se banqueiros, comerciantes ou exportadores de café (Silva, 1976). Alguns se destacaram mais, e não eram simplesmente plantadores de café:

Encontramos muitas vezes, os mesmos homens que estão à frente de empresas que desempenham as funções mais diversas. Eles estão também - é importante destacá-lo - à frente do aparelho do Estado, seja ao nível regional (Estado de São Paulo), seja ao nível federal (Silva, 1976, p.59).

Desses empreendedores, o que mais se destacou durante longo período na economia cafeeira foi Antônio Prado, sendo:

...um dos principais personagens da marcha para o oeste, um dos pioneiros do café. Mas ele era também o proprietário de um dos principais bancos de São Paulo e do Brasil; um dos principais dirigentes do Ofício de Imigração; o mais importante acionista da Paulista (companhia de estrada de ferro), onde exercia as funções de presidente (Silva, 1976, pp.59 e 60).

A economia cafeeira paulista foi criando uma estrutura de financiamento que era dirigida a vários setores de atividades, alicerçando cada vez mais sua dominação. A valorização do café contribuiu para o aumento do poder da elite cafeeira paulista, atingindo o lado oficial dessa valorização, porque os mecanismos desse processo:

...são dirigidos pelos representantes da grande elite cafeeira, isto é, dos homens que, sendo também fazendeiros, são antes de tudo banqueiros e exportadores (Silva, 1976, p.69).

Logo após a Primeira Guerra Mundial, a situação cafeeira no mercado internacional teve um aumento expressivo, em função da grande demanda mundial (Prado Júnior, 1977). Os cafeicultores foram estimulados a ampliarem suas áreas de plantio, e o estoque nacional de café foi totalmente negociado. A euforia voltava novamente em certos setores da economia cafeeira, principalmente com os exportadores. Os estoques de café no mercado

internacional tinham declinado, e o Estado de São Paulo, ao final de 1918, possuía a metade do café estocado, portanto, cabendo-lhe uma posição confortável em relação as vendas do produto:

Com essa situação, o Estado de São Paulo dispôs de todo o seu estoque de café com lucros fabulosos - 129 mil contos de réis - que foram repartidos em partes iguais com a União (Delfim Neto, 1979, pp.70 e 71).

Os preços do café elevaram-se, em 1918, o preço da saca de 60 kg valia 47\$390, em 1919, subiu para 94\$612 (Delfim Neto, 1979). Com isso, os lucros da elite cafeeira subiram aceleradamente, acumulando mais capital, segundo Sérgio Silva, citando Leôncio Basbaun, o capital dos bancos em 1913, era de 3,23 bilhões de mil réis, em 1919, passou para 8,11 bilhões de mil réis (Silva, 1976). Nota-se que todo esse capital, encontrava-se em poder dos bancos nacionais e internacionais no país.

A ligação da economia cafeeira com o capital externo era bastante estreita, revelando uma evolução de interesses em todos os níveis econômicos dentro do Brasil, especialmente no Estado de São Paulo. Não havia, portanto, nenhuma possibilidade de desvinculação entre a elite cafeeira paulista e o capitalismo internacional, em função da economia de exportação cafeeira que evidenciava boas margens de lucros:

Onde quer que apareçam oportunidades de negócios rendosos, para lá afluirá imediatamente o capital financeiro, procurando escamotear em seu proveito a maior parcela da margem de lucros que oferece (Prado Júnior, 1977, pp.272 e 273).

2 - COMPANHIA ESTRADA DE FERRO DE ARARAQUARA

Na década de 1870, foi possível o surgimento de várias estradas de ferro pelo Oeste paulista, como o caso da Paulista, Ituana, e a Mogiana. A burguesia empenhou-se, de fato, na concretização desse sistema ferroviário, porque representava um significado enorme aos destinos da economia cafeeira.

O governo imperial em 1873, estava interessado na construção de uma estrada de ferro, ligando o Rio de Janeiro à Cuiabá, na Província de Mato Grosso. O projeto revestiu-se de um sentido estratégico. Esse fato ficou evidenciado durante a Guerra com o Paraguai, quando devido a falta de uma estrada de ferro em Mato Grosso, o transporte de tropas, armamentos e gêneros foram enormemente prejudicados.

O traçado inicial da ferrovia foi elaborado pelo engenheiro Pimenta Bueno, sendo que, a ferrovia em território paulista estava projetada para passar por Rio Claro, São Carlos, Araraquara e Ribeirãozinho até alcançar o Rio Grande. O projeto não foi realizado, e a maior pressão sobre a não concretização do empreendimento partiu da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que era a detentora da preferência sobre o traçado, argumentando que a época não era oportuna para a construção da ferrovia.

Em 1880, o engenheiro Adolfo Pinto conseguiu do governo provincial paulista, a concessão para a construção de um trecho ferroviário de Rio Claro à Araraquara. Pela falta de investimentos para a implantação da estrada de ferro,

Adolfo Pinto transferiu a concessão ao Conde do Pinhal que constituiu a Companhia Rio Claro de Estrada de Ferro.

Por iniciativa e dinamismo dos fazendeiros de café, as ferrovias foram sendo organizadas e ampliadas modificando a paisagem paulista, e criando condições efetivas de povoamento e colonização por onde passavam. Fazendeiros de café, com visão capitalista de progresso como o Conde do Pinhal, perceberam claramente a perspectiva de desenvolvimento que o café proporcionava, e Araraquara como "boca de sertão" era o ponto estratégico ao avanço do café rumo aos "sertões de Araraquara".

Ao Conde do Pinhal interessava que a ferrovia chegasse até Araraquara, para isso, foi convocada uma reunião com os cafeicultores na Câmara Municipal de Araraquara, sendo proposta a venda de ações da ferrovia no valor de 600 contos de réis, o que foi integralizado. Prometeu-se também, a construção do trecho ferroviário entre São Carlos e Araraquara no prazo de seis meses. Aos fazendeiros de café de Araraquara, a iniciativa da construção da estrada de ferro representava uma questão vital para o escoamento da produção cafeeira à exportação. Dessa maneira, a Companhia Rio Claro de Estrada de Ferro foi:

Autorizada a funcionar pelo decreto de 12 de agosto de 1882, tratou a empresa de construir as linhas programadas, inaugurando-se o trecho de Rio Claro a São Carlos, a 15 de outubro de 1884, de São Carlos a Araraquara a 18 de janeiro do ano seguinte e o ramal da estação de Visconde do Rio Claro a Jaú em 18 de fevereiro de 1887. Sua extensão total era de quase 265 quilômetros, tendo custado aproximadamente cinco mil contos de réis, ou seja, menos de vinte contos por quilômetro, economia devida em grande parte ao zelo do presidente

da companhia, o Conde do Pinhal, segundo o depoimento do próprio Adolfo Pinto. Mas, não tendo condições para levar adiante o arrojado empreendimento, apesar de todas as vantagens aparentes, foi a estrada vendida a uma companhia inglesa, a The Rio Claro São Paulo Railway Company (Matos, 1974, p.81).

Ao capital internacional interessava aplicar investimentos na economia cafeeira, porque a lucratividade gerada pelo consumo do café no mercado mundial, representava efetivamente um retorno financeiro considerável. A própria ferrovia, como componente fundamental de infra-estrutura cafeeira, estava portanto, entre esses investimentos externos, sendo que, foi o capital inglês que mais investiu em ferrovias no Brasil no período de 1890 a 1910.

Em função do mercado externo, a lavoura cafeeira avançou pela Região Araraquarense, atingindo na década de 1890, Matão e Ribeirãozinho, ocupando as grandes extensões de terra roxa da região. Como o Município de Araraquara era servido pela estrada de ferro, era natural, o prolongamento de seus trilhos até onde o café era cultivado, isso porque, era intensa a pressão dos fazendeiros de café da região que buscavam a solução para o transporte cafeeiro. Em 1895:

Por iniciativa do Sr. Carlos Batista de Magalhães, um grupo de agricultores congregou-se, nesta cidade, em benefício do interesse coletivo, dotar as suas lavouras de um caminho vicinal, capaz de obviar os custosos gravames do transporte de carros de bois do produtos de suas propriedades rurais (França, 1915, p.27).

A licença para a construção a estrada de ferro foi concedida a Guilherme Lebeis e Lara, Magalhães & Foz, pelo Governador do Estado de São Paulo,

Bernardino de Campos, através do decreto nº. 310 de 17 de setembro de 1895, denominando-se Companhia Estrada de Ferro de Araraquara.

Na realidade, o empreendimento da estrada de ferro estava praticamente sob a direção de uma casa bancária de Araraquara, da qual, a maior parte dos concessionários participavam, com exceção de Guilherme Lebeis. A evidência pode ser percebida pelo seguinte relato:

Joaquim Martins Lara, procedente de Portugal, estabeleceu-se em Araraquara em 1880. Dedicando-se ao comércio chegou a ser um dos comerciantes mais importantes da localidade, organizando uma casa bancária juntamente com Carlos Batista de Magalhães, Manuel Gonçalves Foz e Francisco Coelho de Castro (Corrêa, 1967, p.161).

Inicialmente, todo o capital da estrada de ferro foi subscrito pelos maiores fazendeiros de café de Araraquara, no valor de 2.000 contos de réis, no total de 182 acionistas. Durante a construção, foram integralizados 1.600 contos de réis. Também, diante das dificuldades relativas ao aumento de preços dos equipamentos ferroviários que foram importados, a alternativa encontrada pela administração da estrada de ferro, foi um empréstimo de 600 contos de réis através de uma instituição bancária do Rio de Janeiro. Posteriormente o governo paulista concedeu um empréstimo de 370 contos de réis.

Mesmo com dificuldades, a empresa conseguiu completar o seu trecho ferroviário inaugurando a estação ferroviária de Ribeirãozinho, em dezembro de 1901. Devido a crise cafeeira, a estrada de ferro não aumentou o seu percurso até 1906 (França, 1915). Prosseguindo a construção, depois dessa data, a estrada de ferro alcançou Cândido Rodrigues em 1908, e Fernando Prestes, em 1909 (Matos,

1974). Nesse período, o governo estadual paulista concedeu autorização à Companhia Estrada de Ferro de Araraquara para o seu prolongamento até São José do Rio Preto. A necessidade de transporte ferroviário era premente devido à expansão cafeeira pela região Araraquarense.

As dificuldades da Companhia Estrada de Ferro de Araraquara persistiram, e em 1909, um grupo de engenheiros paulistas adquiriram a maioria das ações da estrada de ferro, sendo que, o interesse dos novos proprietários era a extensão dos trilhos até São José do Rio Preto (França, 1915). O objetivo inicial do trajeto era atingir o Rio Paraná (Matos, 1974), numa posição geográfica estratégica para alcançar o Estado de Mato Grosso. A estrada de ferro conseguiu um empréstimo com o Banco Benson de Londres para saldar dívidas em atraso, dando continuidade ao traçado da estrada de ferro inaugurando a estação ferroviária de São José do Rio Preto, em 1912.

Entre 1908 a 1913, a Companhia Estrada de Ferro de Araraquara, conseguiu manter em crescimento suas atividades de cargas e passageiros, chegando a possuir 30 locomotivas, 257 vagões de carga e 35 carros de passageiros (França, 1915).

As oscilações do preço do café a partir de 1913, colocou a economia do país em crise e com o aumento da inflação:

Quando se apresentou o déficit do balanço comercial de 1913 (ampliado por uma redução do movimento de capitais em consequência das perspectivas de guerra) os déficits governamentais eram enormes; a situação de prosperidade criada pela própria inflação tinha colocado grandes estoques nas mãos dos canais de

comercialização; os salários haviam-se elevado, etc, de maneira que a violenta compressão dos meios de pagamentos gerou um estado de pânico (Delfim Neto, 1979, p.68).

Diante dessa situação, o governo federal conseguiu mais empréstimos no exterior, e a solução a partir de 1914, foi a emissão de dinheiro gerando mais inflação e crise sobre a economia cafeeira. Os bancos estavam a ponto de quebrar necessitando do auxílio governamental através de novas emissões (Delfim Neto, 1979).

Essa crise econômica refletiu-se na região cafeeira de Araraquara, forçando a decretação da falência da Companhia Estrada de Ferro de Araraquara. Depois de muitas controvérsias em relação à sua falência, a estrada de ferro foi adquirida em 2 de fevereiro de 1916, com todos os seus ativos por uma empresa americana que tinha sua sede na cidade de Wilmington, no Estado de Delaware, passando a denominar The São Paulo Northern Railroad Company. A sede da estrada de ferro no Brasil, estava localizada em Niterói, sendo o seu administrador geral, um francês de nome Paul Deleuze, que segundo consta, nunca visitou a estrada de ferro em Araraquara.

Em Araraquara, a estrada de ferro era administrada por um inspetor geral, sendo que, todo o movimento financeiro era enviado a sede da empresa em Niterói. Posteriormente, o caos administrativo e técnico foi se ampliando, sendo precário os serviços de conservação da linha férrea, além de não haver reposição do material rodante. Os agricultores, industriais, comerciantes e a população de Araraquara manifestaram o seu descontentamento às autoridades locais, bem

como, à administração da estrada de ferro pelos péssimos serviços prestados, que causavam prejuízo à economia da cidade e região. A situação dos ferroviários também era de revolta devido aos baixos salários e às condições de trabalho.

Algumas providências tinham que ser tomadas em razão da própria realidade da importância da estrada de ferro na vida da cidade, principalmente com relação aos trabalhadores que ficaram completamente desprotegidos diante da miséria e exploração a que ficaram condicionados. Nos momentos de crise e dificuldades, sempre era possível o surgimento de um movimento, que viesse criar a expectativa de solução para o problema.

3 - CAFÉ E IMIGRAÇÃO NA REGIÃO DE ARARAQUARA

O café começou a ser cultivado na região de Araraquara, a partir da metade do século XIX:

Ao mesmo tempo que surgiram as fazendas mistas, com a plantação da cana e a criação do gado, em algumas delas teve início a lavoura de café. Os cafeeiros começaram a ser citados nos inventários dessa época, mas ainda de modo muito restrito. O café era geralmente citado com as benfeitorias, pois era planta de pomar, não tendo ainda uma finalidade comercial. Entretanto, já nessa fase, alguns fazendeiros começaram a cultivá-lo, prevendo sua utilização comercial (Corrêa, 1967, p.77).

O plantio e a comercialização cafeeira avançou pelo Vale do Rio Mogi, atingindo também Limeira e Rio Claro. A partir da década de 1870, a cultura cafeeira expandiu-se pela região de Araraquara, onde o solo era de excelente

fertilidade. Nesse período, a preocupação também era com a falta de mão-de-obra devido a insuficiência de escravos, pois, com as restrições impostas à escravatura a aquisição do escravo tornou-se onerosa.

Essa situação obrigou os agricultores da região a encontrar outra alternativa para substituir a mão de obra escrava. A tentativa foi a vinda de imigrantes norte-americanos para a região de Araraquara. Isso porque, ao término da Guerra da Secessão, nos Estados Unidos, em 1865, muitos americanos dos estados sulistas, a maioria arruinados pelos resultados da guerra, procuraram o Brasil buscando a reconstrução de suas vidas. Nos Estados Unidos, as condições agrícolas de alguns estados do Sul assemelhavam-se às condições brasileiras, pois, cultivavam produtos tropicais como o algodão, tabaco, cana-de-açúcar e arroz, além da utilização do trabalho escravo antes da guerra (Gobatto, 1976).

O Dr. Gaston Macfadden e o General William Wood, foram os emissários encarregados de procurar regiões na Província de São Paulo, para encaminhar os imigrantes norte-americanos, sendo que, verificando a respeito do assunto, encontramos no Álbum de Araraquara de 1915, o seguinte trecho extraído dos livros de atas das sessões da Câmara Municipal de Araraquara na época:

Em 30 de setembro de 1865 foi resolvido felicitar-se ao General Wood e Dr. Gaston, que se achavam na fazenda do Tenente Coronel Joaquim Lourenço Corrêa comissionados por diversos norte-americanos que os encarregaram de procurar terrenos neste Município, para se mudarem (França, 1915, p.28).

Os vereadores da época, Manoel Francisco Oliveira e José Aranha do Amaral, assinaram uma manifestação, em data de 29 de outubro de 1865, onde afirmaram:

Permaneça Doutor entre nós, bem como seus amigos de modo a poder obter terras a seus enérgicos fazendeiros e mecânicos; e esteja seguro que os receberemos como irmãos recebem irmãos (Goldman, 1972, p.63).

A visita dos emissários norte-americanos ao Município de Araraquara não surtiu o efeito esperado. Posteriormente, a imigração norte-americana fixou-se na região de Americana e Santa Bárbara (Gobatto, 1976).

A partir de 1880, o café absorveu grandes extensões de terras em Rio Claro, São Carlos, Araraquara, Jaú e Ribeirão Preto, substituindo outros produtos agrícolas mais tradicionais da região. A expansão cafeeira foi possível devido às condições físicas, principalmente de solo que encontrou nessa região do Estado de São Paulo uma aclimação excepcional.

As terras virgens da região de Araraquara atraíram outros produtores de café, que vinham em busca de riqueza, contribuindo assim para o desenvolvimento da região de Araraquara:

Quando o café encontrava em seu caminho terras que já eram propriedades, os proprietários dessas terras tinham, em regra geral, duas soluções: integrar-se na expansão cafeeira ou vender suas terras. Todas as duas conduziam ao mesmo resultado: a dominação do capital. Se eles participavam da expansão cafeeira, tornavam-se eles mesmos membros da elite cafeeira (Silva, 1976, p.72).

A acumulação de capital proveniente do café na região de Araraquara, propiciou a especulação do preço do alqueire de terra, elevando-se sobremaneira,

chegando a valer, em 1890, a quantia de 101\$000 réis, criando uma distinção para diferenciar as terras menos férteis, das "terras de cultura" que eram destinadas ao café (Corrêa, 1967). A lavoura comercial cafeeira integrou-se à expansão capitalista internacional, buscando a apropriação da abundância de terras disponíveis, anexando-as ao processo produtivo cafeeiro da região. Novas áreas foram agregadas aumentando a produção na região, configurando portanto, a lucratividade que auferiam os plantadores de café, estimulando ainda mais novos plantios. O valor das fazendas aumentavam, à medida que o café foi se concretizando na região, promovendo grande número de transações rurais, desenvolvendo em consequência, o setor urbano de Araraquara.

O café como cultura nômade, requeria cada vez mais um grande contingente de mão-de-obra necessário à sua expansão. O trabalho baseado no elemento servil estava quase extinto, e o imigrante europeu era a solução para a continuidade monocultural cafeeira. A cafeicultura paulista estava absorvendo toda a mão-de-obra disponível, portanto, a urgência daquele período era a falta de "braços para a lavoura" (Gobatto, 1976). Assim, após a Abolição da escravatura, a situação da falta de mão-de-obra na lavoura de café era precária em Araraquara, forçando alguns fazendeiros a se desfazerem de suas fazendas diante das dificuldades de pagarem salários aos ex-escravos (Corrêa, 1967), e nessas circunstâncias:

As fazendas de café começaram a se expandir num período crítico quanto à mão-de-obra, justamente numa época em que o abolicionismo ganhava intensidade permitindo aos fazendeiros a visão de uma perspectiva futura de mudança nas

condições de trabalho. A mão-de-obra cuja duração não se sabia até quando se poderia contar, representava aos fazendeiros uma insegurança total. Um substitutivo deveria ser encontrado (Corrêa, 1967, p.170).

Na década de 1890, havia grande quantidade de trabalhadores agrícolas italianos no Município de Araraquara. A relação de trabalho desses elementos, com as fazendeiros de café era sob a forma de colonato. Alguns fazendeiros permitiam que as famílias dos colonos lavrassem pequenos pedaços de terra, para dali tirarem seus sustentos. Desse modo, o colono tinha melhores condições de produzir, pois, esse tipo de retribuição era um estímulo para ele, segundo o ponto de vista desses fazendeiros (Gobatto, 1976). Assim, o crescimento da lavoura de café no Município de Araraquara ampliava a chegada de imigrantes, pois:

Em 1889, o vereador Germano Xavier de Mendonça pediu à Câmara autorização para construir uma hospedaria de imigrantes. Talvez o pedido não tivesse sido atendido pois alguns anos mais tarde, o mesmo vereador fez semelhante pedido em nome de vários fazendeiros que nessa ocasião esperavam a chegada de 1.000 imigrantes. A presença de italianos poder ser evidenciada ainda em 1891, pela abertura da escola "Giuseppe Garibaldi" regida pela professora D. Elisa Artioli (Corrêa, 1967, p.172).

Com a intensificação da entrada de imigrantes na região, começaram a surgir os conflitos entre colonos e fazendeiros principalmente relacionados com a quebra de contrato de trabalho, falta de pagamentos, diminuição de salários, exploração, maus tratos, violência física e até assassinatos. Eram proprietários e administradores que se envolviam em conflitos com os colonos ou os próprios colonos que se rebelavam contra àquelas pessoas.

A falta de pagamento aos colonos era um dos principais motivos por demandas judiciais, em contrapartida, havia a resposta repressiva de alguns fazendeiros em relação a esse aspecto:

Ao chegar em Araraquara, o Sr. Dr. José Saraiva Júnior foi agredido e espancado pelo Sr. Castilho, um sobrinho e mais alguns capangas. Isso porque o Dr. Saraiva Júnior há pouco tempo foi procurado por um comissão de colonos da fazenda do Srs. Antônio e Augusto Ferreira Castilho, os quais, alegando achar-se atrasado o pagamento de seus salários, o constituíram seu advogado, a fim de propor em juízo a competente ação para haverem seus salários, dos proprietários da fazenda. O advogado aceitou lutar pela causa dos colonos e propôs perante o juiz de direito de Araraquara, uma ação ordinária, que agora está seguindo sua marcha regular. O Dr. Saraiva já havia sido ameaçado anteriormente (quando esteve em Araraquara) pelos Castilhos; porém no dia 22 de outubro ao desembarcar na estação de Araraquara foi agredido pelo fazendeiro e seus capangas, isso embora já tivesse pedido garantias à polícia, que não deu atenção ao fato, e de alguns soldados estarem na estação presenciando a agressão e nada fazendo em defesa do agredido (Barriguelli, 1981, p.27).

O movimento grevista rural na região afigurava-se em situações isoladas em algumas fazendas, cujos proprietários não cumpriam com o estipulado nos contratos, em muitos casos devido às dificuldades financeiras geradas pelas crises cafeeiras. Exemplo desse tipo de greve por falta de pagamentos foi na Fazenda Fosca:

O correspondente do Avanti em Araraquara anuncia uma greve no Bairro de Santa Lúcia na Fazenda Fosca. (...) Os colonos fizeram greve em virtude do grande atraso no pagamento, e aproveitaram para isso a época da colheita do café. Foram logo prá lá soldados, que prenderam como cabeças três colonos. (...)

Notícias ulteriores mandadas a La Battaglia, dizem que além de serem presos os três grevistas, oito famílias foram expulsas à vergastadas e à pranchada, sem receber um vintém! Trabalhavam nove meses de graça e acham-se na maior miséria (...) Outro correspondente do mesmo jornal, em São Carlos do Pinhal, presta-lhe esclarecimentos interessantes sobre a greve de colonos na fazenda Fosca, greve a que nos referimos no nº. 2. O Vice-Cônsul de São Carlos aconselhou a greve por um dia. Retomada a greve acudiu o delegado de Araraquara com 10 soldados, havendo cutiladas e prisões... Os salários não foram pagos porque o agente consular, Januário Giudice, recebeu 500\$000 para dar razão ao patrão (Barriguelli, 1981, pp.55 e 59).

Os conflitos entre imigrantes e fazendeiros tornavam-se mais constantes com as crises cafeeiras, sendo que, a partir de 1897, os preços do café no mercado mundial começaram a despencar demonstrando que:

A queda dos preços do café colocava agora os cafeicultores em situação quase desesperadora e também o próprio governo, pois a redução dos preços tornava insolváveis os fazendeiros e a pressão do setor importador sobre o mercado de câmbio tendia a depreciar ainda mais a taxa cambial (Delfim Neto, 1979, p.23).

Essa situação refletiu-se nas regiões cafeeiras paulistas, gerando uma grande expectativa em relação aos plantios de novas áreas de café. Desse modo, os fazendeiros ficavam sujeitos às oscilações dos preços do café, pois essa realidade econômica comprometeu de forma efetiva os cafeicultores, os exportadores e o próprio governo. Essa preocupação refletiu-se profundamente em Araraquara, porque:

No Município de Araraquara a expansão dos plantios que se vinha realizando desde os anos oitenta do século passado, ficou praticamente interrompida nos

últimos anos deste século. De 1899 a 1901, não se registraram novas plantações de café, e nesse ano a produção foi de 450.000 arrobas. A partir de 1901, muito embora não se dispor de dados exatos, apesar da crise deve ter havido alguma expansão dos plantios, pois em 1905 a produção de café no município elevou-se para 896.000 arrobas (Lorenzo, 1979, pp.42 e 43).

Mesmo com o crescimento das áreas plantadas, o café continuou em crise devido às flutuações de preços no mercado externo. A solução encontrada foi o Convênio de Taubaté, onde os governos dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais assinaram um acordo com a finalidade de por em prática a valorização cafeeira, estabilizar o comércio ligado ao café, expandir o seu consumo, bem como, organizar uma Caixa de Conversão em relação ao valor da moeda.

Essas medidas protegiam os interesses da classe cafeeira, porque, de certa forma, colocavam ordem na estabilização cambial por um período. A partir de 1903, o governo restringiu a expansão de novos plantios devido as superproduções que, às vezes, ocorriam, principalmente no biênio 1906/1907. Assim:

O Convênio dava realmente a impressão de um passe de mágica, pois permitia resolver o problema sem custo aparente para o país: realizava-se um empréstimo externo, comprava-se o café, os preços subiam e, com uma taxa de exportação e com a venda posterior dos cafés retirados do mercado o empréstimo seria resgatado (Delfim Neto, 1979, p.57).

A valorização do café colocou a esperança de mais progresso no meio cafeeiro de Araraquara, possibilitando uma série de investimentos, tanto na

agricultura, como na indústria, além de incrementar o comércio e serviços, tanto foi que:

A assinatura do Convênio de Taubaté, em 1906, foi recebida com muito entusiasmo pelos fazendeiros da região. No Município de Araraquara foi realizada uma sessão na Câmara para apoiar essa política. Entretanto, só após 1907 a situação da lavoura começou a se normalizar. Apesar disso, aparentemente não houve mais expansão do plantio do café no Município de Araraquara (Lorenzo, 1979, p.44).

Nessa fase, os fazendeiros de café começaram a diversificar suas atividades econômicas no município e região de Araraquara, pois organizaram bancos, instalaram máquinas de beneficiamento de cereais, construíram ferrovias e desenvolveram vários melhoramentos urbanos.

Os imigrantes e seus descendentes, passaram a ter uma participação importante no desenvolvimento de Araraquara. Segundo o Álbum de Araraquara de 1915, nessa data, havia 452 propriedades rurais no Município de Araraquara. O número de propriedades pertencentes a brasileiros era de 295, de portugueses 75, de italianos 68 e o restante a outras nacionalidades. Nesse ano, o contingente de trabalhadores no setor agrícola era de 9.777, sendo 1.859 de brasileiros e 7.918 de estrangeiros, na sua maioria de italianos. Os agricultores de origem estrangeira eram pequenos proprietários de terras com pouca produção cafeeira, um ou outro, se destacava, com maior participação quanto ao número de pés de café plantados. Depois dessa data, a participação dos imigrantes italianos, saindo da condição de colonos, e adquirindo pequenas propriedades rurais foi se acentuando no Município de Araraquara.

A maioria dos imigrantes italianos que se fixaram na região de Araraquara, eram da região setentrional da Itália, sendo que, aproximadamente no ano de 1897, haviam chegado na região 1.500 famílias de vênnetos e mantuanos (Hutter, 1972), para trabalharem nas fazendas de café. Durante a última década do século XIX, começaram a chegar algumas levas de italianos oriundos da parte meridional da Itália, destinados também para as lavouras de café da região de Araraquara.

Com essa predominância de imigrantes italianos na região, era natural que no meio urbano se concentrassem também essas pessoas que se dedicavam a exercer atividades como barbeiros, carroceiros, cocheiros, ferreiros, pedreiros, seleiros, etc., ou como pequenos industriais nos ramos de bebidas e produtos alimentícios. Também atuavam no comércio como vendedores ambulantes ou estabelecidos com pequeno comércio.

Pela própria realidade dessas pessoas serem de várias regiões italianas, elas refletiam o seu caráter regionalista, pois, o Estado italiano tinha sido unificado em 1870, e não havia ainda aquele sentido de nacionalidade arraigado na sua cultura e personalidade. Dessa forma, era comum se reunirem em associações de socorro mútuo a fim de terem alguma assistência ou mesmo outra finalidade de atuação:

As diferenciações regionais existentes na Itália eram tão arraigadas que, mesmo no exterior, permaneciam por algum tempo com a mesma força. No entanto, apesar desse regionalismo que os italianos mantinham uns com relação aos

outros, eles se integraram rapidamente no contexto brasileiro (Hutter, 1972, p. 117).

Também em Araraquara, em 1915, existiram duas organizações associativas italianas que seguiam a mesma diferenciação regional: A Sociedade Italiana de Beneficência, que congregava italianos da região norte, e a Sociedade Italiana de Mutuo Soccorso, que reunia italianos do sul, sendo que, na década de 1920, fundiram-se, originando a Sociedade Italiana Uniti. Em 1914, foi organizada a Beneficência Portuguesa de Araraquara mantida por portugueses e seus descendentes, que algum tempo depois construíram um hospital. Nesse período também foi formado o Centro Espanhol de Beneficência.

Apareceram também em Araraquara, em 1900, alguns jornais impressos no idioma italiano que noticiavam fatos de interesse da comunidade italiana: La Colônia Italiana, Alpino, Li Devore e La Verità de cunho anarquista sob a orientação de G. Amado e G. De Marchi (Trento, 1989), todos eles de efêmera duração.

Os imigrantes europeus socialistas e anarquistas começaram a atuar no Brasil a partir de 1890, quando acelerou-se o processo imigratório, principalmente nos centros de maior adensamento operário. Na capital paulista, essas manifestações tiveram mais intensidade em função do crescimento industrial, do número de operários e da atuação da imprensa reformista operária. Nesse período, os socialistas tentaram a organização de um partido socialista mas sem nenhum êxito através do jornal o Avante. No interior do Estado de São Paulo, esse movimento para organizar um partido socialista ficou restrito em algumas regiões

de concentração de italianos como na região de Araraquara, onde foi organizado o Centro Socialista 1º. Maio em Araraquara, bem como em Jaú, São Carlos do Pinhal, Ribeirãozinho e Dobrada (Trento, 1989).

A concentração de italianos, possibilitava o surgimento de associações de socorro mútuo e de outras finalidades, embora as associações e movimentos de cunho político tivessem sido escassos. A grande preocupação desses imigrantes italianos no interior paulista, era a necessidade da sobrevivência e de alguma forma se sentirem protegidos diante de alguma situação adversa. Apesar de que o desejo dessas pessoas era o de alcançar algum sucesso nas suas atividades econômicas nas regiões onde viviam.

Entre 1900 a 1920, os pequenos industriais e comerciantes que desenvolveram suas atividades em Araraquara, na sua maioria, eram indivíduos de origem modestas, boa parte deles eram imigrantes que conseguiram com grande esforço ampliar seus negócios, e começaram a ter uma participação mais efetiva na vida social e política de Araraquara. Uma característica no ano de 1915, era a grande concentração de pequenos industriais, mecânicos e artífices italianos ou descendentes na cidade de Araraquara com 66,2% do total. Os comerciantes com as mesmas características atingiam 48,2% das casas comerciais instaladas na cidade. Os profissionais liberais italianos ou descendentes, representavam 28,5% do total desses profissionais em atividade no município de Araraquara. (Gobatto, 1976).

Durante o período imperial, o poder no do Município de Araraquara ficava a cargo dos coronéis pertencentes aos partidos conservador ou liberal, que

disputavam o poder local. Nos primeiros anos da República, ligavam-se invariavelmente ao Partido Republicano Paulista. O poder político dos coronéis no município não era questionado pelo governo estadual, que, em troca, tinha a solidariedade dos chefes políticos locais, pois:

...o processo político brasileiro continuava girando em torno do coronel, cujos parentes e afilhados, representantes do seu clã, ocupavam postos nos diferentes ramos do serviço público (Souza, 1969, p.91).

No final do século passado, em Araraquara, a situação de poder caracterizava-se do mesmo modo, exercido pela elite cafeeira local. A propriedade da terra em grande quantidade e o número de pés de café plantados, representavam efetivamente o poder e a dominação no município. A expansão da lavoura cafeeira em Araraquara tinha engendrado o poderio econômico, político e social de algumas famílias que tinham parentesco entre seus membros. A própria relação de parentesco entre essas famílias, possibilitou de certa forma, a acumulação de capital através do matrimônio (Corrêa, 1967).

Até 1920, essa situação de poder por parte da elite cafeeira se fazia sentir em Araraquara, embora evidenciavam-se as mudanças decorrentes do aumento demográfico urbano, das alterações da estrutura social e econômica com a participação do imigrante e seus descendentes, além das modificações dos traços culturais que principiavam a se infundir na sociedade.

Todo esse esquema de mudanças estava acompanhado pela crise cafeeira, que começou a ressurgir com os reflexos decorrentes da Primeira Guerra Mundial, e estavam sendo sentidos na região de Araraquara, acarretando a diminuição das

exportações de café, e conseqüentemente, atingindo as demais atividades econômicas da região.

Os estoques de café avolumavam-se no porto de Santos dificultando as exportações do produto à Europa e Estados Unidos. Diante da dificuldade de conseguir empréstimos no exterior, o governo federal começou a emitir papel-moeda a fim de diminuir os efeitos da crise, aplicando também medidas para auxiliar os bancos em dificuldades. O recurso que o governo estadual paulista encontrou foi o de socorrer-se com o governo federal, através de novas emissões e compra de parte dos estoques de café (Delfim Neto, 1979).

Para completar as dificuldades, em novembro de 1918, um forte geada atingiu a lavoura de café no Oeste paulista provocando uma queda substancial na produção cafeeira, afligindo ainda mais os fazendeiros de café na região de Araraquara. Devido a crise que abalou a todos, a população do Município de Araraquara solicitou o auxílio das autoridades, isso porque:

No ano de 1919 a instabilidade econômica resultante da situação do pós-guerra, novamente alarmou a população da região, que enviou ao Governador do Estado a seguinte mensagem: "A Câmara Municipal de Araraquara, como legítima representante dos habitantes desse município, cujo trabalho concorre com a avultada quantidade de mercadorias para a exportação do país, impressionado com o alarmante fenômeno da instabilidade do valor da nova moeda circulante, que neste momento, pela excepcional alta do câmbio vem quase a paralisar a venda dos produtos de nossa agricultura e pecuária, resolve telegrafar ao Sr. Dr. Presidente da República solicitando a adoção de medidas tendentes a remediar

urgentemente a penosa situação que tão profundamente afeta a economia nacional, nos seus reais e legítimos interesses (Lorenzo, 1979, p.300 e ss.).

Nesse ano de 1919, a crise econômica atingiu indistintamente a toda a população de Araraquara, principalmente os trabalhadores que não tinham condições de fazer frente ao alto custo de vida. Essa situação forçou os trabalhadores da The São Paulo Northern Railroad Company a se organizarem num núcleo de resistência, e em consequência, deflagrar uma greve geral na ferrovia, entre 1 a 30 de outubro de 1919, por melhores salários e redução da jornada de trabalho para oito horas.

CAPÍTULO 4

ORGANIZAÇÃO DA UNIÃO OPERÁRIA DE ARARAQUARA E A GREVE FERROVIÁRIA DE 1919

Os movimentos operários ocorridos entre 1906 e 1908, em São Paulo, receberam a influência do anarco-sindicalismo, principalmente na organização e direcionamento da greve geral de 1907, ocorrida em São Paulo. Essa greve contribuiu para que o operariado paulista aumentasse a sua experiência de ação e luta.

O Primeiro Congresso Operário reunido em 1906, no Rio de Janeiro, tentou implantar uma ação sindical livre de ingerências doutrinárias ou políticas orientando os operários a se organizarem em núcleos de resistência. Durante esse Congresso, entre os principais pontos, recomendavam ao operariado a dar mais atenção ao seu aperfeiçoamento intelectual. Ressaltavam, igualmente o papel da educação como forma de conscientização, além de uma propaganda contra o vício do alcoolismo entre os operários (Pinheiro e Hall, 1979).

Nos temas discutidos no Segundo Congresso Operário de 1913, é possível se perceber a influência ideológica do anarco-sindicalismo nas diretrizes dos movimentos e comportamentos dos operários, onde novamente enfatizavam que:

O Segundo Congresso Operário Brasileiro aconselha que as federações estaduais ou locais só admitam em seu seio os sindicatos exclusivamente formados de

trabalhadores assalariados e que tenham como base principal a resistência (Pinheiro e Hall, 1979, p.189).

Entre os vários temas discutidos, a educação figurava como questão importante, na tentativa de conscientizar o operário contra o misticismo e as várias religiões:

...tomando como princípio o método racional e científico, contra posição ao ensino místico e autoritário... (Pinheiro e Hall, 1979, p.198).

Reforçavam igualmente, o combate ao alcoolismo, declarando que esse vício levava o trabalhador à miséria, abatendo a sua dignidade como ser humano, e também:

...que a classe capitalista tem um interesse duplo no aumento do consumo do álcool, visto que, além desse consumo concorrer para conservar o operariado na inconsciência e na miséria, é uma fonte de renda e de exploração para o industrial... (Pinheiro e Hall, 1979, p.199).

Essa resistência que os operários aplicavam contra o Estado e a burguesia industrial, permitiu de certa forma, que se aperfeiçoasse o sentido de sua experiência na aplicação de um ideal na conquista de seus direitos, num país onde a legislação trabalhista ainda era inexistente. Apelavam então, à greve, como medida mais eficaz, para convencer os patrões a conceder melhores salários e condições mais dignas de trabalho.

No interior do Estado de São Paulo, nas duas primeiras décadas deste século, a resistência operária tinha um caráter diferenciado, porque as entidades operárias não tinham tradição suficiente para promover o aparecimento de uma

militância operária atuante que assimilou a doutrina anarquista para modificar a realidade de dominação e exploração em que se encontrava o operariado.

Quando se organizavam essas associações operárias, o máximo que se conseguia era uma "adaptação ideológica" dos princípios anarquistas de acordo com as circunstâncias que existiam nessas regiões. A própria resistência e experiência praticadas pelos operários, tinham que se amoldar a cada realidade. Cada movimento operário era uma situação diferente que tinha que ser "acomodada" com o ambiente de poder e dominação que a envolvia.

1 - A INFLUÊNCIA LIBERTÁRIA

A crise econômica de 1918 e 1919, refletiu-se de maneira acentuada sobre os trabalhadores, e a carestia tornou-se o tema mais importante no debate das associações operárias que pressionavam o governo e os patrões. Os preços dos alimentos e aluguéis aumentaram de forma aflitiva, corroendo mais os baixos salários dos operários.

Em Araraquara, a situação de crise afetou sobremaneira, os ferroviários da The São Paulo Northern Railroad Company, que chegaram ao desespero em razão da defasagem de seus salários e das condições da jornada de trabalho. O administrador geral da ferrovia, o francês, Paul Deleuze, reduziu os salários dos ferroviários com o intuito de amenizar a crise financeira da empresa. A atitude do administrador da ferrovia revoltou os ferroviários, que obtiveram o apoio das classes produtoras, comerciantes e da população de Araraquara. Os serviços

prestados pela ferrovia eram de péssima qualidade não havendo conservação da linha férrea, bem como, a reposição de materiais e equipamentos utilizados. Os pedidos das autoridades municipais de Araraquara ao administrador geral, não reverteu a situação de desmantelamento que se encontrava a The São Paulo Northern Railroad Company. Os problemas financeiros enfrentados pelos ferroviários gerados pela crise econômica e pela crise da estrada de ferro em particular, criou uma situação, na qual:

Quando o desespero chegou ao auge, a idéia de formação de um centro de resistência germinou no cérebro de alguns dentre aqueles que sofriam a rudeza de tão rude tratamento. Era preciso que alguém se incumbisse de coordenar, disciplinar, organizar o trabalho de fazer sentir ao estrangeiro (Paul Deleuze) que não se zombava impunemente de toda a coletividade na livre América (Ehmke, 1944, p.10).

Esse sentimento de revolta e inconformismo, levou os operários daquela época a expressarem uma forma de reação diante das dificuldades. Na verdade, não se tem conhecimento ou registro de quem teve a iniciativa de organizar a União Operária de Araraquara. Nessa época, em Araraquara, não existia nenhum núcleo ou movimento operário que tivesse influência anarquista ou socialista, a não ser a figura isolada do pintor e poeta italiano Giovanni De Marchi que era anarquista.

Pelas evidências apresentadas, a única pessoa que teria condições de propor e formar esse núcleo operário de resistência, era Giovanni De Marchi, em virtude de sua posição ideológica e cultural, além de ter sido eleito como o primeiro presidente da União Operária de Araraquara. Sua ideologia anarquista,

caracterizava-o como um homem que tinha a dignidade de viver nos princípios que acreditava. Sua sinceridade de existência era a principal qualidade que possuía.

Outro elemento importante na organização da União Operária, foi o propagandista anarquista Antônio Soares. De acordo com o Livro de Atas da União Operária, Antônio Soares residia em Bauru, e era um elemento estranho ao movimento operário de Araraquara. Sua participação foi fundamental nas fases iniciais das atividades da organização. Foi possível encontrar-se uma referência desse militante operário, como participante do Segundo Congresso Operário em 1913, realizado no Rio de Janeiro, onde figurava como representante do Sindicato dos Estucadores do Rio de Janeiro, juntamente com outro representante do mesmo sindicato, Manuel Ferreira Garrido (Pinheiro e Hall, 1979).

Em Bauru, onde residiu Antônio Soares, havia um núcleo anarquista atuante de ferroviários da Estrada de Ferro Noroeste. Entre 1901 e 1915, o consulado italiano em São Paulo manteve um representante da polícia italiana, com a finalidade de observar a atuação dos anarquistas italianos no Estado de São Paulo. Esse policial em seu relatório à polícia italiana, fez referência a esse núcleo de resistência anarquista em Bauru, além dos seguintes núcleos: um no Rio de Janeiro, um em Ribeirão Preto, quatro em São Paulo, um em Santos, um em Ponta Grossa e um em São Carlos (Pinheiro e Hall, 1979).

A primeira assembléia para a organização da União Operária de Araraquara, realizou-se em 13 de julho de 1919, no Teatro Central. O trecho

reproduzido da primeira ata da União Operária de Araraquara demonstra o objetivo desta assembléia presidida por Antônio Soares:

Acta da primeira reunião, presidida pelo propagandista Antonio Soarez. Aos treze do corrente mes de Julho, no Theatro Central de Araraquara, presente grande numero de Operarios o Presidente abriu a sessão discursando em seguida sobre o fim da reunião apelando para que se unam, com intuito de tratarem da fundação de uma Sociedade de resistencia onde defender os próprios interesses menos prezados pelos especuladores. Em seguida tomou a palavra o Srº. Dorival Alves que em poucas palavras deu maiores explicações sobre o assumto, sendo ambos os Oradores vivamente aclamados (Livro de Atas da União Operária de Araraquara, 1919, p.1).

Além de presidir a primeira reunião da instalação da União Operária de Araraquara, novamente o nome de Antonio Soares é citado:

Depois do Srº. Presidente ter aberto a sessão, o socio Srmº. Francisco Castro Vice-Presidente, em bellas palavras apresenta a assemblea o Srmº. Antonio Soarez propagandista e orador que em nome dos socios a honra de visitar nos e convida a assistir a sessão (Livro de Atas da União Operária de Araraquara, 1919, p.4).

Na mesma ata, encontra-se o seguinte registro:

O Srmº. Antonio Soarez aprovou a bôa iniciativa da criação de uma bibliotheca sociologica, e offerece demandar diversas obras litterarias (Livro de Atas da União Operária de Araraquara, 1919, p.5).

Na qualidade de "propagandista e orador", na ata da sexta sessão foi aprovada uma proposta para gratificar Antônio Soares:

Em seguida foi aprovada a proposta de diversos socios de gratificar com a quantia de R\$ 50.000 o Sr^o. Antonio Soarez, por serviços prestados a União Operaria (Livro de Atas da União Operária de Araraquara, 1919, p.5).

No entanto, a imprensa anarquista na época declarava:

Não é verdade que a propaganda anarquista entre nós seja feita por agitadores profissionais. Todos os propagandistas estrangeiros ou brasileiros, operários ou não, tem profissão declarada e vivem exclusivamente do exercício dela. É falso e arquifalso que haja entre nós agitadores subsidiados por associações ou por quer que seja. Desafiamos nossos inimigos da imprensa e do governo que citem nomes e apontem fatos (Pinheiro e Hall, 1919, p.244).

Na ata da 11^a. sessão da União Operária, em 3 de outubro de 1919, estando os operários em greve na The São Paulo Northern Railroad Company, existe o registro de Antônio Soares falando aos grevistas na reunião. Na ata da reunião do dia seguinte (4 de outubro de 1919), há o relato da despedida de Antônio Soares aos associados da União Operária (Livro de Atas da União Operária de Araraquara, 1919). Depois desses fatos, não há mais referências à sua pessoa, tampouco, foi possível pesquisar mais informações sobre sua atuação no movimento anarquista nas várias fontes consultadas. As evidências demonstram claramente, que Antônio Soares veio à Araraquara especialmente para colaborar na organização da União Operária, e orientar na deflagração da greve geral da ferrovia, pois os registros das atas demonstram a sua permanência entre 13 de julho a 4 outubro de 1919.

De acordo com que a imprensa anarquista anunciava na época, era evidente que os seus propagandistas atuaram no movimento operário no Estado de São Paulo, isso porque:

Os anos de 1917-1920 serão os anos do apogeu e de sua crise. Centro do debate ideológico, os libertários prevalecerão no movimento operário, na maioria das ações coletivas (Fausto, 1975, p.174).

Dessa forma, os movimentos operários ocorridos nessa época, tiveram as influências das vertentes libertárias que atuavam no seu meio. O Segundo Congresso Operário, em 1913, seguiu praticamente os mesmos temas e resoluções do Primeiro Congresso Operário de 1906, embora a posição doutrinária do Segundo Congresso reforçasse mais a tendência anarco-sindicalista.

Essa influência doutrinária, estava também contida na elaboração dos estatutos da União Operária de Araraquara de 1919, de uma forma um tanto diluída, isso porque, o anarco-sindicalismo não pretendia desenvolver nos movimentos operários, nenhuma tendência partidária, mas, ao mesmo tempo, estava aberto a todas as posições políticas. No entanto:

...representava a adaptação de certos princípios anarquistas às condições industriais. Quaisquer que fossem suas limitações, entretanto, o anarco-sindicalismo brasileiro era uma doutrina tanto proletária como revolucionária (Pinheiro e Hall, 1985, p.111).

A questão que se depreende desse fato, é que os operários de uma estrada de ferro em região cafeeira não tinham uma vivência de luta operária. A realidade desses indivíduos estava direcionada a uma situação de crise econômica, onde

tentavam uma possível conquista de melhores salários e diminuição da jornada de trabalho.

Sua fraqueza ideológica e doutrinária era compensada por um sentimento de solidariedade e resistência, que colocava em prática a sua experiência cotidiana exercida no interior das oficinas, onde os instrumentos de poder e dominação, pressionavam os operários a uma "atitude passiva", diante da situação de penúria em que se encontravam. Mas essa situação tinha um limite suportável de disciplina pelos operários, diante da persuasão e repressão das chefias que controlavam os operários sob forte imposição da inspetoria geral da estrada de ferro.

Não era portanto, a consciência de classe ou a luta de classe, ou mesmo, uma posição sindical-política qualquer, que infundiria no operário da ferrovia a compreensão ideológica necessária para conseguir o seu objetivo imediato. Dessa maneira, não podemos interpretar esse movimento operário através de uma ótica conceitual mecanicista ou determinista, porque:

Nas margens do mapa, encontraremos sempre as fronteiras do desconhecido. O que resta fazer é interrogar os silêncios reais, através do diálogo do conhecimento. E, à medida que esses silêncios são penetrados, não cosemos apenas um conceito novo ao pano velho, mas vemos ser necessário reordenar todo o conjunto de conceitos. Não há nenhum altar mais oculto que seja sacrossanto de modo a obstar a indagação e a revisão (Thompson, 1981, p.185).

Naquele momento, era necessária a organização desse núcleo de resistência operária em Araraquara, bem como, era preciso a aplicação de um certo conteúdo doutrinário, para servir como embasamento às pretensões

operárias. Assim, explica-se a presença de um anarquista que tinha essa percepção doutrinária, como foi Giovanni De Marchi, que nos poucos meses de sua atuação na presidência da entidade, conseguiu implementar a resistência e a conquista dos anseios dos operários através da ação grevista. Mas a colaboração e orientação da militância, principalmente na greve, foi de Antônio Soares, pois, as evidências demonstram também sua participação na elaboração do estatuto da União Operária de Araraquara.

Podemos verificar que uma das resoluções do Segundo Congresso Brasileiro de 1913, era orientar para que a organização dos sindicatos de resistência fosse "por ofício ou indústria", e se não houvesse número suficiente de associados, poderiam aceitar operários de outras categorias profissionais. (Pinheiro e Hall, 1979). Também, o artigo 1º. do estatuto da União Operária de 1919, determinava que:

A União Operaria de Araraquara tem por objetivo reunir e associar obreiros de todos os ramos de actividade, não só desta cidade como das cidades e localidades circunvisinhas, a fim de formarem um centro de resistencia propriamente dito (Estatuto da União Operária de Araraquara, 1919, p.1).

A maioria dos associados eram ferroviários, e embora faltem informações concretas, as evidências demonstram que eram descendentes de italianos e portugueses.

O estatuto também previa no seu artigo 2º. que:

A Sociedade salvaguardará os interesses dos proletarios (Estatuto da União Operária de Araraquara, 1919, p.1).

No parágrafo 1º. do artigo 2º. a União Operária protestará:

...contra as violencias e maos tratos infligidos aos seus associados nas officinas que estes trabalharem (Estatuto da União Operária de Araraquara, 1919, p.1).

Também no parágrafo 2º do artigo 2º. consta:

Protegendo os vencimentos dos obreiros, para que os salarios seja remuneradores de accordo com a habilitação de cada artista (Estatuto da União Operária de Araraquara, 1919, p.1).

O que se observa no conteúdo do estatuto da União Operária de Araraquara, são as várias nomenclaturas existentes na classificação dos associados, como obreiros, proletários e artistas. Não há uma coerência definida, talvez em função da inexperiência de seus organizadores, bem como, da influência difusa do anarco-sindicalismo no seu estatuto. Fausto, comentando a respeito de uma tabela da estrutura ocupacional da cidade de São Paulo de 1893:

A vaga expressão "indústria artística" parece abranger categorias dispares: artesão em geral, empresários e operários da construção civil, gráficos, músicos (Fausto, 1975, p.30).

A preocupação com a liberdade de pensamento e expressão, e também com o aperfeiçoamento intelectual do operário, que sempre foi manifestado na ideologia libertária, era também previsto no estatuto da União Operária:

Art.3º. - Para o conseguimento dos fins da Sociedade: § 1º. - Haverá reuniões regulares com discursos e livre discussão. § 2º. - Será creada e sempre aumentada uma bibliotheca sociologica (Estatuto da União Operária de Araraquara, 1919, p.4).

O único amparo legal que o operário brasileiro tinha em 1919, foi inserido no estatuto:

Art.5º. - Em caso de infortunio, para o cumprimento da Lei sobre os accidentes de trabalho (Decreto N.12498 do Governo Federal), fica a Directoria autorizada a intervir directamente e, em caso de necessidade, contractar um advogado, sendo este pago pela propria causa (Estatuto da União Operária de Araraquara, 1919, p.4).

Os artigos 6º. e 7º. do estatuto demonstram com clareza o sentido ideológico libertário que foi implantado na organização da União Operária:

Art.6º. - O numero de socios é illimitado e sem distinção de nacionalidade, sexo, cor, religião ou opinião política, sendo, porém, necessário que o socio seja operario ou proletario. Art.7º. - Para ser admittido socio da "União Operaria" é preciso, alem de ser operario ou proletario que: § 1º. - Seja maior de quinze anos. § 2º. - Seja morigerado e de bons costumes, e não tenha sido pronunciado ou processado, salvo por defesa da vida ou de propriedade e de honra offendida. § 3º. - Não será permitido no recinto da sala da "União" a entrada de qualquer socio que se achar em estado de embriagues. Pela segunda vez será sujeito as penas do art.13. § 4º. - A Directoria não interverá a bem do socio que for preso em estado de embriaguez (Estatuto da União Operária de Araraquara, 1919, pp.4 e 5).

Pela descrição, percebemos que a postura do sócio deveria pautar-se pela ética e moral que a doutrina anarquista procurava difundir junto aos seus militantes. Observa-se também, que não discriminavam as pessoas, mas ressaltavam claramente as qualidades morais do associado. A ênfase ao vício do álcool era fortemente acentuada, pois a moral libertária reforçava constantemente esse tema em suas reuniões e congressos operários, isso porque, constituía um dos maiores males que afligia o trabalhador, levando-o a ser explorado e reduzido à miséria, assim:

...o Segundo Congresso Operário aconselha insistentemente a todas as organizações operárias do Brasil que levem a efeito uma intensa, extensa e ininterrupta campanha contra o alcoolismo, devendo nela empregar todos os meios ao seu alcance... (Pinheiro e Hall, 1979, p.199).

A atitude de ética e moral libertária era novamente acentuada com mais detalhes no estatuto:

Art.13º. - Perderá o direito de socio e jamais será admitido a "União": § 1º. - Todo aquelle que abandonando os meios honestos de vida, entregar-se a pratica de actos criminosos ou reprovaveis. § 2º. - O que tentar directa ou indirectamente a destruição da União ou lançar mão de meios que resulte o seu descredito. § 3º. - O que extraviar qualquer quantia, objeto ou movel pertencente a "União" ficando a esta a salvo o direito de reaver-os judicialmente, quando por meios amigaveis não o consiga. § 4º. - O que for condenado por crimes contra a honra, vida ou propriedade. § 5º. - O que desobedecer as decisões da Directoria ou da Assembleia geral legalmente constituída. § 6º. - O que illudir a Directoria dando falsas informações no intuito de poder ser admitido como socio em desacordo com o art.7º. e seus paragraphos (Estatuto da União Operária de Araraquara, 1919, p.7).

O estatuto da União Operária de Araraquara tinha um conteúdo voltado à resistência operária, mas dava uma ênfase acentuada aos princípios mutualistas, pois o que atraía efetivamente os operários era ajuda mútua, sendo a única maneira de conseguirem algum benefício de ordem material. Entretanto, o anarco-sindicalismo era contrário a esse tipo de associação mutualista, pois:

No plano dos princípios o anarco-sindicalismo brasileiro definia o sindicato como órgão de lutas, que recusa funções assistencialistas (em contraposição às associações mutualistas), aberto aos operários de todas as tendências políticas. A

verdadeira força do sindicato repousa na solidariedade e não nos recursos materiais. Quando reúnem fundos, os sindicatos se tornam "timoratos, inativos, conservadores". O dinheiro corruptor pode constituir apenas uma caixa de resistência e deve ser gasto sem muita demora na propaganda, na agitação. Nas greves, é preferível contar com o apoio mútuo entre os operários do que este tipo de recurso (Fausto, 1975, pp.75 e 76).

O estatuto da União Operária, no entanto, previa uma caixa de resistência aos associados:

Art.16º. - A caixa de resistência será formada com 10% (dez por cento) da renda líquida da "União" e será regida pela Directoria. Art.17º. - São seus fins: § 1º. - As greves só poderão ser decretadas pela Directoria e esta, se julgar conveniente, convocará uma assemblea geral extraordinaria para tal fim. § 2º. - Agir sempre a favor das pretensões justas dos operarios socios, socorrendo-os quando desempregados por culpa dos chefes ou mestre ou por intrigas. § 3º. - A caixa de resistencia só funcionará quando o seu capital attingir a quantia de tres contos (3:000\$000) (Estatuto da União Operária de Araraquara, 1919, p.9).

O importante que se verifica nesse conteúdo estatutário, é que os valores doutrinários e ideológicos anarquistas apresentavam-se de uma forma não muito consistente, em comparação às diretrizes dos Congressos Operários, e que eram mais praticados nas associações e sindicatos operários dos centros industriais mais avançados, como no caso da cidade de São Paulo. Tanto é, que essa forma de resistência da União Operária de Araraquara foi muito efêmera com a duração de pouco meses, desembocando, posteriormente, na deflagração da greve geral da The São Paulo Northern Railroad Company.

O realce que se faz em relação a esse movimento operário em região cafeeira, foi o espírito de união e solidariedade que se manifestou entre os operários, no sentido de um resgate, não só econômico, mas principalmente na conquista de sua dignidade, demonstrando que isso era possível, mesmo por um breve espaço de tempo.

2 - A GREVE NA THE SÃO PAULO NORTHERN RAILROAD COMPANY

Da última década do século passado até 1914, as manifestações operárias em São Paulo assimilaram um certo grau de conotação política, ao mesmo tempo, que defendiam os interesses profissionais das categorias operárias.

Ficou também evidente, que esses movimentos operários seguiram uma tendência reivindicatória, segundo as oscilações da crise da economia brasileira. Nessa fase, organizaram-se o Primeiro Congresso Operário em 1906, e o Segundo Congresso Operário em 1913. Também acentuaram-se as medidas repressivas do Estado em relação aos operários estrangeiros. A primeira, surgiu em 1907, prevendo a expulsão de estrangeiros que se insurgissem contra a segurança nacional, e perturbassem o bom andamento da ordem pública. Em 1913, revogaram o artigo da Lei de 1907, tirando o direito do estrangeiro que estivesse a mais de dois anos no país, ou fosse casado com brasileira ou viúvo com filho brasileiro, permitindo assim, a sua expulsão do país (Fausto, 1975).

Apesar das greves esporádicas e localizadas que surgiram nesse período na capital e interior do Estado de São Paulo, a greve marcante que atingiu um setor

vital da economia brasileira foi a dos ferroviários da Companhia Paulista de Estradas de Ferro em 1906:

Quando os trabalhadores da Companhia Paulista lançaram pelo telégrafo da empresa a 14 de maio de 1906, uma mensagem cifrada de paralisação do serviço, estavam iniciando a principal greve ferroviária do Estado, em toda a História da República. Na base do descontentamento, encontrava-se uma política de modernização da companhia que, em sua forma clássica, afetava o nível de emprego e o salários dos operários, ao lado de medidas contrárias à organização de autonomia destes (Fausto, 1975, p.135).

As pressões dos governos estadual e federal, foram intensas sobre os grevistas a pedido da administração da ferrovia, pois ela representava o grande meio de transporte da elite cafeeira paulista (Fausto, 1975).

Em 1907, outra greve atingiu São Paulo com os operários lutando pela conquista das oito horas de jornada de trabalho, sendo que, essa manifestação abrangeu outras cidades interioranas paulistas (Fausto, 1975). Em 1912, houve também um movimento operário na cidade de São Paulo, com uma greve de pouca duração e intensidade.

A partir de 1913, começou um período de recessão, em razão da queda dos preços do café no mercado internacional, provocando o déficit na balança comercial brasileira. Com isso, o governo federal foi obrigado a emitir dinheiro para sustentar o preço do café e impedir a quebra do sistema financeiro do país. A elevação dos preços dos alimentos foi excessivo para os mais pobres, acarretando também, a queda dos salários e desemprego. Nesse quadro desfavorável ao Brasil,

acrescentou-se o início da Primeira Guerra Mundial em 1914, ocasionando uma expectativa de pânico entre os trabalhadores.

Diante dessa situação de crise econômica, os militantes anarquistas e socialistas mobilizaram-se devido à carestia de vida, que gerava dificuldades à classe operária. Em julho de 1917, deflagraram a greve geral em São Paulo atingindo também cidades do interior paulista, além do Rio de Janeiro e outras capitais brasileiras, sendo que, posteriormente:

O ano de 1919 e os três primeiros meses de 1920 delimitam o momento mais alto da conjuntura coincidindo com o fim da guerra e a expansão da vaga anticapitalista na Europa. São Paulo reaparece como centro das mobilizações com 64 greves na Capital e 14 no interior, em 1919, se inclui a grande paralisação do mês de que abrange só na Capital, mais de 45.000 trabalhadores, é a greve generalizada do mês de outubro. Significativamente, crescem os movimentos que mencionam entre seus objetivos o reconhecimento dos sindicatos ou expressam solidariedade de classe (Fausto, 1975, pp.160 e 161).

Para a doutrina anarco-sindicalista, a greve era um dos únicos meios para que os operários conseguissem algumas de suas reivindicações, por isso valiam-se de seus centros de resistência como forma de pressão junto à classe patronal e ao Estado. Enquanto que na Europa, os trabalhadores haviam conquistado importantes direitos trabalhistas, no Brasil, somente em 1918, é que a Câmara de Deputados aprovou a Lei de Acidentes do Trabalho, sendo que, os patrões nem sempre respeitavam-na. Em 1923, foi aprovada a Lei Eloi Chaves, criando a Caixa de Aposentadoria e Pensões para os ferroviários, evidenciando-se a

importância desses operários para a economia brasileira, mas deixando fora do benefício as demais categorias de trabalhadores.

Com as crises que se abateram sobre o café oscilando os seus preços, os níveis salariais ficaram também confinados a essa tendência, pois a cafeicultura atingia todos os setores da economia do Estado de São Paulo. Nessa situação, o êxodo rural aumentava os contingentes de mão-de-obra ociosa para centros urbanos (Silva, 1976). A disputa pelas poucas vagas existentes no mercado de trabalho, forçaram também a baixa dos salários que já eram insuficientes para a sobrevivência das famílias operárias.

Para os ferroviários, a situação não era diferente dos demais trabalhadores, porque para os desempregados atingidos pela crise era:

...a oportunidade que efetivamente existia era a de se empregarem nas atividades urbanas, principalmente na indústria e nas ferrovias. Os salários industriais desde cedo, se mantiveram em níveis baixos, estabelecidos, em última análise pelo café. No início da expansão ferroviária, essa atividade pagava altos salários. Quando seu ritmo de crescimento decaía, e especialmente, se dá a constituição do mercado de trabalho, os salários dos ferroviários tendem a se comprimir, aproximando-se, cada vez mais, dos salários rurais e industriais (Cano, 1977, p.230).

Em 1919, o operário urbano recebia 160 mil réis, enquanto um ferroviário trabalhando na função de caldeireiro recebia 119 mil réis, e o trabalhador rural na colheita do café auferia 127 mil réis mensais (Cano, 1977). Dessa forma, essa situação refletiu-se na vida dos ferroviários da The São Paulo Northern Railroad Company, que pleitearam através da União Operária de Araraquara, junto à administração da ferrovia, os aumentos salariais e as oito horas de jornada de

trabalho. Neste trecho da ata da sétima assembléia da União Operária de 28 de setembro de 1919, verificamos perfeitamente as condições de dificuldades a que estavam expostos os operários:

O Presidente abriu a Secção dando a palavra ao Srnº. Pedro Belvedere, que expôz a Assembleia conforme resolução tomada juntamente aos trabalhadores da S.P.N. (São Paulo Northern) de officiar ao Srnº. Drº. Buche Varella, para que se conformasse as reclamações mais do que justas dos augmento de salarios, e as oito horas de trabalho. Enseguida falou o Srnº. Francisco de Castro, que apohio a proposta do Srnº. Pedro Belvedere; pediu a palavra o Srnº. Ubirajara que em bellas palavras demonstrou a miseria que os empregados da S.P.N. estavam passando devidos os ordenados serem insuficientes para o seu sustento en quanto as congeneres melhoram as condições dos proprios trabalhadores. A Assembleia em unisono apohio e aplaudiu o orador (Livro de Atas da União Operária de Araraquara, 1919, p.7).

Foi aprovado pela Assembléia, o encaminhamento de um officio solicitando o atendimento de suas reivindicações ao inspetor geral da ferrovia "sempre nos limites da ordem e da justiça", no sentido de sensibilizar a direção da ferrovia no Rio de Janeiro para que atendesse o que julgavam de direito. A petição ao inspetor geral estava recheada de elogios a sua pessoa, enaltecendo a "forma tão pacificadora" que em outras ocasiões ele soube manifestar em favor dos ferroviários. O teor dessa petição refletia a realidade de subordinação que estavam sujeitos os dominados, isso porque, as camadas superiores não tinham a intenção de resolver os problemas mais imediatos de sobrevivência dos trabalhadores e:

...tampouco mostravam qualquer inclinação a aceitar reivindicações que não fossem conduzidas em termos das solicitações mais humildes, dentro das normas paternalistas que deveriam regular os contatos entre superiores e inferiores (Rodrigues, 1979, p.138).

No documento, solicitavam em favor dos ferroviários da via permanente (feitores, pedreiros e carpinteiros) 25% de aumento nos salários, e para os demais trabalhadores da via permanente 20%, além da jornada de oito horas de trabalho diário. Para os operários da tração, o aumento ficava assim solicitado: 20% para quem tivesse salário acima de 200\$000 réis e 30% para quem recebesse menos dessa quantia e jornada de oito horas "com direito a pernoite". As porcentagens de aumento para os operários da oficina teriam estas proporções: aprendizes 100%, para os diaristas para quem recebesse de 3\$000 a 5\$000 réis 30%, de 5\$000 a 8\$000 réis 20%, de 8\$000 a 10\$000 réis 15% e de 10\$000 réis em diante 10%. As horas extras estariam acrescidas em 50%. Os trabalhos realizados fora da oficina ficavam acrescidos em 50%, e na eventualidade de um descarrilamento de trens, as despesas dos operários ficavam a cargo da ferrovia (Livro de Atas da União Operária de Araraquara, 1919).

Na assembléia de 29 de setembro de 1919, com grande número de associados, foram realizadas manifestações tentando demonstrar que os operários eram vítimas de uma única pessoa, que ninguém conhecia e tinha visto, e não sabiam onde residia, que era o francês Paul Deleuze:

Director e proprietario dessa malfadada Estrada (Livro de Atas da União Operária de Araraquara, 1919, p.9).

Foi convocada outra assembléia para o dia 30 de setembro de 1919, sendo formada uma comissão de associados para dirigirem-se ao inspetor geral da ferrovia, com a finalidade de conhecerem a resposta sobre as reivindicações solicitadas pela União Operária. Após breve espaço de tempo, foi exposto aos associados que o inspetor geral não podia decidir sobre as solicitações, sem uma comunicação de seus superiores, ou ele mesmo, realizar uma viagem ao Rio de Janeiro para tratar do assunto. Mediante essa posição do inspetor geral, foi proposta a deflagração de uma "greve pacífica" a começar em 1 de outubro de 1919, enquanto aguardavam a resposta da administração da ferrovia, o que foi aceito por unanimidade. O presidente da assembléia recomendou aos sócios calma e ponderação em seus atos durante a greve (Livro de Atas da União Operária de Araraquara, 1919).

O passo decisivo estava dado, a expectativa dos operários, das suas famílias e da população de Araraquara era muito grande e não sabiam qual seria o desfecho. Para os produtores agrícolas, comerciantes e da própria população, isso representava uma enorme dificuldade em função dessa paralisação. O transporte de café, mercadorias e de passageiros estava interrompido e isso refletia muito nas atividades econômicas da região.

No dia 1 de outubro de 1919, às sete horas da manhã, o recinto da assembléia da União Operária de Araraquara estava repleto de associados. Todos aguardavam notícias sobre a adesão à greve de ferroviários de outras cidades servidas pela ferrovia.

A resposta que o inspetor geral da estrada de ferro deu aos grevistas em relação ao comunicado da greve, foi que operários estavam impedidos de entrarem nas dependências da estrada de ferro, principalmente no almoxarifado. Solicitava igualmente, que a diretoria da União Operária se incumbisse da guarda dos materiais e equipamentos da estrada de ferro, para prevenção de possíveis roubos ou depredações.

Durante a assembléia de 3 de outubro de 1919, o Delegado Regional de Polícia de Araraquara, acompanhado do Dr. Rogério Pinto Ferraz, que era agricultor, e tinha ligações com a burguesia agrária local, solicitaram à diretoria da União Operária que liberassem um trem para transportar passageiros que se encontravam sem recursos na cidade. Colocada a questão em votação, foi dada uma resposta negativa ao Delegado de Polícia. Mesmo assim, o presidente da União Operária empenhou-se junto aos grevistas para que conquistassem a simpatia da cidade e da Zona Araraquarense em apoio à greve.

Na assembléia de 4 de outubro de 1919, compareceu um representante do governo estadual para conhecer a situação da greve e as reivindicações dos ferroviários, bem como, tentar a mediação do governo estadual na greve. Enquanto isso, a greve estendeu-se por toda a ferrovia até São José do Rio Preto, com adesão total dos ferroviários. Foi relatado ao representante do governo estadual, que a culpa pela greve era da administração da estrada de ferro que ficou insensível aos pedidos dos operários. Alegaram que se a população tinha falta de transporte, era de inteira responsabilidade dos dirigentes da estrada de ferro. No

mesmo dia, foram expedidos telegramas comunicando a greve ao Governador do Estado, Secretário da Agricultura e ao jornal O Estado de São Paulo.

O inspetor geral da estrada de ferro comunicou a uma comissão de grevistas que estivera no Rio de Janeiro, e que a administração da estrada de ferro concordava em conceder as oito horas de jornada de trabalho, mas que era preciso algum tempo para pensar sobre a resposta do aumento salarial. Na assembléia de 5 de outubro, o presidente da União Operária estimulou os operários a persistirem na greve, e confiarem na diretoria a fim de ganharem a causa. Houve também orientação aos grevistas para que evitassem a freqüência aos botequins da cidade a fim de não provocarem escândalos e brigas.

A preocupação da diretoria da entidade na assembléia de 6 de outubro, era em relação aos boatos que corriam pela cidade de que a greve estava "furada". A argumentação do presidente era de que tinha tomado todas as providências para que tal não ocorresse, e que tinham sido expedidos telegramas a todas as sociedades operárias de São Carlos, Rio Claro e Jundiaí e colocado um anúncio no jornal O Estado de São Paulo, enaltecendo aos grevistas para não traírem a causa. Foi também aprovada uma proposta para contratar um advogado para acompanhar o problema dos grevistas.

O inspetor geral da estrada de ferro não deu a resposta aguardada em relação aos aumentos salariais, por isso a greve persistiu. O apoio aos grevistas continuava chegando, e na assembléia de 12 de outubro, receberam a solidariedade dos prefeitos de Matão, Taquaritinga e São José do Rio Preto (Livro de Atas da União Operária de Araraquara, 1919).

A greve continuava em ordem e disciplina por parte dos ferroviários, enquanto aguardavam a resposta da administração da ferrovia. Dessa forma, os dias da greve foram passando, e a população de Araraquara em solidariedade arrecadava gêneros alimentícios e dinheiro para as famílias dos grevistas.

O governo estadual mandou à Araraquara um grande contingente de soldados da Força Pública a fim de manter a ordem. No entanto, diante da passividade da greve:

A força policial numerosa que o Governo do Estado para cá destacará, nada tendo o que fazer, irmanou-se conosco em fraterna convivência. Torneios futebolísticos Força Pública versus Grevistas, em benefício da caixa da "União". Passeios. Banhos no "Pagliarini". Grevistas e policiais, davam ao mundo uma lição de mútuo respeito e recíproca tolerância. Original situação (Revista da União Operária de Araraquara, 1944, pp.8 a 10).

Na assembléia de 30 de outubro de 1919, o advogado contratado pela União Operária, Flávio Pinheiro, comunicou aos grevistas que o inspetor geral da estrada de ferro solicitava à União Operária que restabelecesse o tráfego ferroviário, e que em nome do governo estadual havia o compromisso de aumentarem os salários imediatamente. Também o inspetor geral comprometeu-se a interceder junto ao governo estadual, de que os dias parados em razão da greve seriam pagos. O advogado da União Operária aconselhou aos grevistas a aceitarem a proposta e voltarem de imediato ao trabalho. A proposta colocada em votação foi aprovada com "grande entusiasmo" pelos grevistas (Livro de Atas da União Operária de Araraquara, 1919).

Assim, não houve consequências mais sérias em relação a greve deflagrada pelos ferroviários em 1919, demonstrando que não trouxe maiores problemas para a cidade e região. Não há registros de preocupações da burguesia agrária local com relação a greve. Conforme foi relatado, houve o apoio de prefeitos da Zona Araraquarense, como de Matão, Taquaritinga e São José do Rio Preto. A força policial mandada pelo governo estadual congratulou-se com os grevistas, participando de torneios futebolísticos para arrecadar fundos para a União Operária. A preocupação maior era a falta de transporte para algumas pessoas que se encontravam na cidade sem recursos.

Se não houve reação da burguesia agrária local, nem repressão policial e a própria população solidarizando-se com os grevistas, esses fatos indicavam um sintoma de descontentamento pelo péssimo estado da ferrovia que não servia adequadamente aos interesses da elite agrária da região e da população.

O Estado tinha interesse em terminar com a greve, pois, como foi verificado, um representante do governo estadual esteve dialogando com os grevistas tentando servir como mediador no término da greve. Essa atitude do governo poderia estar relacionada aos interesses da elite cafeeira da região, pois apesar da crise enfrentada pelos cafeicultores, a Zona Araraquarense representava uma importante região de produção de café.

Como a estrada de ferro atingiu São José do Rio Preto, em 1912, abriram-se enormes possibilidades da expansão do café com grandes espaços de terras férteis, além de São José do Rio Preto, aguardando o pioneirismo cafeeiro. Desse modo, interessava à elite cafeeira a eficiência da estrada de ferro, porque

dependiam dela para a conexão com a Paulista e a Santos-Jundiaí para o transporte do café ao porto de Santos.

As evidências apontavam o interesse do Estado em favorecer os plantadores de café da Araraquarense, por isso, desapropriou a The São Paulo Northern Railroad Company, através do Decreto nº. 3101, de 15 de outubro de 1919, assinado pelo Governador Altino Arantes. O interessante desse fato, é que na ata de 30 de outubro de 1919, da assembléia da União Operária de Araraquara, quando discutia-se sobre o término da greve dos ferroviários, o próprio representante do governo estadual propunha o Estado como mediador entre os grevistas e administração da estrada de ferro, sendo que, o decreto de desapropriação havia sido assinado em 15 de outubro de 1919. Dessa data em diante, o governo paulista era o novo proprietário da The São Paulo Northern Railroad Company. De fato, as circunstâncias da desapropriação foram complexas, envolvendo demandas judiciais, que na verdade, demonstravam a ligação da elite cafeeira paulista com a desapropriação da estrada de ferro, que servindo toda a Zona Araraquarense, representava efetivamente um setor estratégico para o complexo cafeeiro paulista. Assim, conjugavam-se os interesses da elite cafeeira paulista e o Estado.

Em Araraquara, a classe política congratulou-se com a atitude do Governo estadual pela desapropriação da estrada de ferro. Na ata da sessão da Câmara Municipal de Araraquara, em 4 de novembro de 1919, está o seguinte registro:

Pediu a palavra o vereador João Gurgel que indicou se oficiasse ao Governo estadual, congratulando-se com o fato do restabelecimento do tráfego da The São Paulo Northern e que na ata fosse considerado um voto de louvor pelo

acerto da medida posta em pratica (Livro de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Araraquara (16/11/1909 a 2/11/1920, p.561).

Em janeiro de 1920, a União Operária de Araraquara também tentou solucionar uma questão sobre jornada de trabalho de oito horas solicitada pelos operários de uma empreiteira de obras que prestava serviços ao Município de Araraquara. Nesse sentido, foram enviados ofícios a esse respeito ao Prefeito Municipal e ao empreiteiro de obras. Na reunião da União Operária de 29 de fevereiro de 1920, os operários da empreiteira, quase todos sócios da União Operária, alegaram que haviam esperado a resposta da reivindicação por um mês e nada tinham conseguido, e que, a partir de 12 de março de 1920, entrariam em greve. Colocada a proposta em votação, todos optaram por uma greve pacífica, então:

O Sr^o. Prefeito recomendou a maxima calma: não fazer reuniões e discussões na rua, não freqüentar botequins, não obrigar a deixar o serviço quem quisesse trabalhar, somente podiam persuadi-los com bons modos a aderir a greve (Livro de Atas da União Operária de Araraquara, 1919, p.30).

Foram enviados ofícios ao Prefeito e ao Delegado Regional de Polícia de Araraquara a respeito do assunto. Alguns associados duvidavam que a greve seria deflagrada. Na reunião de 1 de março de 1920, o presidente da União Operária relatou aos grevistas que tivera uma reunião com o Delegado de Polícia, e foi solicitado informações sobre boatos de que na reunião anterior, alguns operários haviam sido agredidos por desejarem trabalhar. O presidente informou que desmentia a calúnia e que:

O Sr. Dr. Delegado disse para nos fazer o possível para evitar que acontecessem fatos que violassem a lei, do contrario ele via-se obrigado a impedir o funcionamento de nossa Sociedade. Nos asseguramos ao Dr. Delegado que a lei seria sempre respeitada (Livro de Atas da União Operária de Araraquara, 1919, p.31).

Relatou também o presidente, que o Prefeito Municipal não se opunha a jornada de oito horas, mas que isso seria possível através de um acordo por hora de trabalho, e que o aumento seria concedido àquele que ele achasse merecedor e:

...cortar daquele que achasse necessário". Em seguida, a diretoria da União Operária aconselhou aos grevistas a se entenderem com o Prefeito para retornarem ao trabalho (Livro de Atas da União Operária de Araraquara, 1919, p.32).

A ata da assembléia extraordinária de 11 de março de 1920, registrou que ela foi requerida por 34 sócios, mas não pode ser realizada por falta de quorum. Outra assembléia ficou marcada para 14 de março de 1920. Mas pelos registros do livro de atas outra assembléia realizou-se somente em 21 de agosto de 1920. A partir dessa data, encontramos somente relatos administrativos da entidade.

O interessante a se observar, é que o presidente da União Operária de Araraquara, Giovanni De Marchi, exerceu o seu mandato de julho de 1919 a março de 1920, período em que ocorreram as greves relatadas. A partir daí, a União Operária voltou-se exclusivamente para as atividades mutualistas, deixando de lado, o sentido de resistência operária que manifestou nos primeiros meses de sua organização, principalmente em relação à greve da estrada de ferro. Percebe-se claramente, que os movimentos grevistas operários nessa fase, em São Paulo e

no Rio de Janeiro, começaram a declinar, e essa tendência foi seguida pela União Operária de Araraquara. Provavelmente, justificava-se a saída de Giovanni de Marchi da presidência da organização, em março de 1920, pelo fato de ser anarquista e estrangeiro, havendo inclusive a possibilidade de expulsão do país de estrangeiros envolvidos nos movimentos grevistas, como de fato ocorreram nesse período. Assim:

O momento de inflexão descendente da onda de mobilizações se dá com o desfecho desfavorável de duas grandes greves quase simultâneas: a greve do ramo têxtil de março/abril de 1920 em São Paulo e a dos ferroviários da Leopoldina em março, no Rio de Janeiro, que as federações operárias buscam transformar, com êxito limitado, em greves gerais. A partir daí, a pulsação do movimento operário começa a baixar de ritmo, de um modo mais brusco em São Paulo e mais lento na Capital da República, chegando porém a uma depressão generalizada nos dois centros (Fausto, 1975, p.163).

Portanto, não havia condições para o prosseguimento de uma ação de resistência por parte da União Operária de Araraquara, isso porque, as reivindicações dos ferroviários foram conquistadas durante a greve, e ainda, passaram a ser empregados do Estado, o que lhes dava mais segurança num país desprovido de legislação trabalhista. Esses operários não tinham vivência sindical ou política a fim de que pudessem se empenhar numa manifestação de luta e resistência na conquista de seus direitos. A ideologia anarquista não conseguiu penetrar profundamente nas consciências desses operários, porque a iniciativa de organização e resistência estava restrita a dois elementos estranhos ao meio

ferroviário, ou seja, Giovanni De Marchi e Antônio Soares, que posteriormente, se afastaram da mobilização operária.

Por todas essas condições, é possível argumentar-se que os operários puderam por pouco meses, escapar do processo de submissão e dominação a que estavam sujeitos, mediante a aplicação de uma "resistência pacífica" durante a organização da União Operária de Araraquara e deflagração da greve.

Entre janeiro de 1919 até março de 1920, eclodiram 64 greves na capital e no interior paulista (Pinheiro, 1979). Após esse período, o movimento operário começou a declinar, e os anarquistas foram perdendo sua posição de influência sobre a massa trabalhadora paulista, aparecendo outros grupos que disputavam a hegemonia ideológica e política entre os trabalhadores, como os comunistas que tentavam se infiltrar nos sindicatos em formação. Outra realidade que ocorreu foi a intensa repressão da polícia sobre os estrangeiros "indesejáveis", que eram pessoas que tinham se destacado nas lideranças dos movimentos grevistas operários. Portanto, as expulsões do país desses operários se acentuaram de forma violenta:

...intimidando as bases e eliminando os quadros de liderança, chegava-se até a subjugação quase completa do movimento. O estado de sítio, de 1922 a 1927, contribuirá para criar dificuldades a qualquer tentativa de ressuscitar a organização sindical (Pinheiro, 1979, p. 171).

O importante nesse movimento operário e na greve, é perceber que os operários agindo como sujeitos históricos conseguiram transformar o seu

cotidiano em prática social, enriquecendo a sua experiência humana, mesmo que por um breve momento de suas vidas.

A partir da década de 1920, o mutualismo assistencialista foi a maior preocupação dos dirigentes da União Operária de Araraquara. No dia 1 de maio de 1922, foi lançada a pedra fundamental do prédio social, com o comparecimento do Prefeito Municipal de Araraquara que era Plínio de Carvalho, e também de Antônio Joaquim de Carvalho Filho que exercia o cargo de Presidente da Câmara Municipal, ambos, os mais conceituados representantes da elite cafeeira de Araraquara, além de outros vereadores que também eram cafeicultores na região. O inspetor geral da Estrada de Ferro Araraquara esteve presente dando o seu apoio, pois a partir do momento que a estrada de ferro foi desapropriada pelo governo paulista, começou a haver uma íntima relação entre o quadro associativo da União Operária e a direção da estrada de ferro, pois de acordo com o estatuto da organização todos os presidentes eleitos deveriam ser ferroviários.

A União Operária de Araraquara após esse breve momento de resistência que foi sua origem, modificou totalmente sua forma de atuação, isso porque, o momento histórico da vida operária no Brasil era completamente outro, não dando margem a nenhuma realidade de resistência:

Um grande destino nos estava reservado. Enveredamos então pelo terreno do auxílio mútuo e aqui chegamos ao cabo destes vinte e cinco anos com um saldo de serviços prestados que não se expressa somente em algarismos. Porque, se socorrendo, amparando, suavizando, tem sido a União Operária incansável e

solicita, também vai, numa obra de catequese, lenta e tenaz, ensinando o trabalhador, de modo objetivo, o estupendo milagre da cooperação e lhe vai plasmando o espírito em mais nítida e mais alta compreensão de solidariedade (Ehmke, 1944, p. 10).

O importante da organização da União Operária na sua primeira fase, foi o sentido de resistência que foi aplicado na conquista de um objetivo que deu resultado. A partir desse exemplo, o que se deve levar em conta, é que a pesquisa das práticas sociais de uma realidade, deve ser analisada e interpretada a partir do cotidiano da vida social. As reconstruções e significações históricas das lutas nos movimentos operários, ainda estão para ser resgatadas nas suas mais variadas formas. A experiência dos operários no procedimento do seu cotidiano naquele momento, revelou que:

Homens e mulheres discutem sobre valores, escolhem entre valores, e em sua escolha alegam evidências racionais e interrogam seus próprios valores por meio racionais. Isso equivale a dizer que essas pessoas são determinadas (e não mais) em seus valores quanto o são em suas idéias e ações, são tão "sujeitos" (e não mais) de sua própria consciência afetiva e moral quanto de sua história geral (Thompson, 1981, p.194).

3 - A DESAPROPRIAÇÃO DA THE SÃO PAULO NORTHERN RAILROAD COMPANY

O capital financeiro internacional interessava-se por uma série de atividades econômicas no Brasil, como as estradas de ferro, energia elétrica,

portos, indústrias e outros setores econômicos. As perspectivas do café brasileiro no mercado mundial eram favoráveis, mesmo com as eventuais crises que ocorriam. As estradas de ferro nas regiões cafeeiras paulistas atraíram o interesse do capital externo, e a região cafeeira da Araraquarense passou a merecer essa atenção. Em 1920, a produção de café da região correspondia a 18,79% da produção paulista, e em 1935 alcançava 26,93% confirmando a pujança cafeeira da região (Milliet, 1938).

Era natural, que com a falência da Companhia Estrada de Ferro de Araraquara, aparecessem interessados do capital internacional pela compra da massa falida. Como já foi relatado, a estrada de ferro foi adquirida em 1916, por uma empresa americana situada no Estado de Delaware, nos Estados Unidos, passando a chamar-se The São Paulo Northern Railroad Company.

Mas havia alguns interesses ocultos que perturbaram uma parcela poderosa da elite cafeeira paulista, que questionaram a compra da massa falida da Companhia Estrada de Ferro de Araraquara, porque:

Figuravam, porém, no passivo debêntures que, por alguns credores, foram averbadas como nulas, em virtude principalmente de não ter sido a respectiva emissão autorizada pelos verdadeiros acionistas (Nogueira, 1949, p.441).

A questão foi levada aos tribunais, e a empresa proprietária da estrada de ferro, propôs aos debenturistas novas obrigações, o que foi aceito pelo juízo da falência:

Lavrada, afinal, a escritura de compra e venda a 7 de fevereiro de 1916, um credor quirografário pretendeu invalidá-la, mas a Câmara Civil confirmou-a (Nogueira, 1916, p.441).

Começou então, uma complexa pendência judicial contra Paul Deleuse, que era o principal acionista e administrador geral da The São Paulo Northern Railroad Company. Segundo consta, Paul Deleuse era um capitalista francês que organizou a empresa ferroviária em território americano, juntamente com outros capitalistas. A compra da Estrada de Ferro de Araraquara contrariou os interesses de um sindicato francês (Association Nationale des porteurs de valeurs mobilières) que entrou com uma ação contra Paul Deleuse sob a acusação de estelionato na justiça francesa.

Na colocação que Nogueira apresenta, fundamentando-se na afirmação de Rui Barbosa, que era o defensor de Paul Deleuse, essa situação jurídica era atribuída:

...a uma perseguição engendrada por um grupo financeiro e político, composto por capitalistas, senadores e deputados franceses, “cujo dedo se encontra em todos os negócios administrativos recentemente realizados em Paris”. E o fraco desse sindicato era exatamente as massas falidas estrangeiras (...) Tendo conseguido obter (escreve Rui) uma espécie de monopólio sobre essa classe de negócios, os membros do grupo ficaram irritadíssimos, quando viram que apresentando, por conta da São Paulo Northern Railroad Company, uma proposta para a compra da massa falida da Companhia Araraquara, o paciente (Paul Deleuse) tivera a audácia de intervir numa classe de negócios, sobre a qual consideravam ter uma espécie de privilégios (Nogueira, 1949, pp.442 e 443).

Em 1917, um representante do grupo francês veio à São Paulo, para solicitar a abertura de um inquérito contra a venda da estrada de ferro. Depois de instaurado, não se chegou a nenhuma conclusão por falta de prova, sendo

posteriormente, arquivado (Nogueira, 1949). Novamente, os franceses voltaram à carga contra Paul Deleuse na justiça de Paris. Segundo Rui Barbosa, citado por Nogueira, políticos franceses mancomunados com o sindicato da desapropriação conseguiram uma decisão judicial francesa, declarando ser um estelionato a venda da estrada de ferro.

Em 31 de agosto de 1918, um juiz francês expediu às autoridades judiciais brasileiras uma carta rogatória, com o intuito de incriminar Paul Deleuse, o que não foi aceito pela justiça brasileira:

...porém o sindicato financeiro prosseguiu na perseguição direta à São Paulo Northern, pedindo-lhe a inclusão na lista negra. O governo inglês não atendeu. Foi então que o juiz Bonin, dois anos depois de devolvida a carta rogatória, expediu mandado de prisão preventiva contra Paul Deleuse, à sua revelia (Nogueira, 1949, pp.443 e 444).

Não se conformando com a decisão judicial brasileira, o sindicato francês voltou a agir tentando a extradição do réu. Foi nessa ocasião que Rui Barbosa tornou-se o defensor de Paul Deleuse, pedindo um habeas-corpus preventivo a seu favor. Também foi seu defensor relativo à desapropriação da The São Paulo Northern Railroad Company pelo Governo paulista.

Segundo Rubem Nogueira, a perseguição que o grupo político-financeiro francês moveu contra Paul Deleuse, refletiu-se também sobre a estrada de ferro. Na verdade, a desapropriação da estrada de ferro evidenciava a participação velada da elite cafeeira paulista porque:

O drama começou com uma ação intentada contra a São Paulo Northern pelo conselheiro Antônio Prado, na 2ª. Vara do Distrito Federal, a fim de obter a

declaração de nulidade da escritura de compra e venda da massa falida da Companhia Estrada de Ferro de Araraquara (...) Falhando no entanto nessa primeira demanda, a São Paulo Northern acabou sendo destruída por outra arma ainda mais eficiente: a desapropriação, decretada aos 15 de outubro de 1919 pela lei estadual n. 1.627, de 21-XII-918 e validada por acórdão de 30 de setembro de 1921 (Nogueira, 1949, p.451).

O episódio da desapropriação da estrada de ferro, interessava à elite cafeeira paulista, e a própria atitude de Antônio Prado (presidente da Companhia Paulista de Estradas de Ferro), tentando anular judicialmente a venda da estrada de ferro a Paul Deleuse, demonstrava claramente a evidência do interesse da elite cafeeira na transação. Essa realidade foi seguida por outros conflitos judiciais interpostos a fim de impedir a compra da estrada de ferro por Paul Deleuse.

A própria greve da The São Paulo Northern Railroad Company, em outubro de 1919, de certa forma, estava relacionada a esse processo de desapropriação, isso porque, o Estado evidenciava esse objetivo. O representante do governo paulista que negociava o término da greve, propôs a intermediação do Estado entre os grevistas e a administração da estrada de ferro, em 31 de outubro de 1919, o último dia da greve. No entanto, a desapropriação tinha sido efetivada através do Decreto nº. 3.101, de 15 de outubro de 1919, sendo declarada de utilidade pública para fins de desapropriação pelo governo paulista. Portanto, a partir de 15 de outubro de 1919, o Estado era o novo proprietário da estrada de ferro.

O interessante desse fato, é que havia sido promulgada a Lei nº. 1.627 de 21 de dezembro de 1918, pelo então Presidente do Estado de São Paulo, Altino Arantes, determinando:

Artigo 1º. - Fica o Governo do Estado auctorizado (...) b) a realizar a encampação ou desapropriação da Estrada de Ferro de Santos à Santo Antônio do Juquiá e da de Araraquara a São José do Rio Preto, inclusive o ramal de Sylvania à Tabatinga, com todo o seu material rodante, pertencente a primeira a Southern São Paulo Railway Company Limited e a segunda à São Paulo Northern Railroad Company (Diário Oficial do Estado de São Paulo, nº. 278, 24 de dezembro de 1918, p.1).

Existia a vigência da lei estadual prevendo a desapropriação da The São Paulo Northern Railroad Company, praticamente um ano antes da deflagração da greve na estrada de ferro. Talvez, em razão disso, o desmantelamento e os péssimos serviços prestados pela estrada de ferro durante a gestão de Paul Deleuse. Em outro sentido, é possível formular uma ilação sobre o processo de desapropriação com recursos financeiros do Estado. Se o Estado era o beneficiário com o transporte ferroviário, a elite cafeeira da região da Araraquarense, bem como, os acionistas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro seriam favorecidos com a medida da desapropriação que:

...escondia o plano de um sindicato constituído pelos dirigentes da Companhia Paulista e outros magnatas, tendentes a arrendar a estrada (Nogueira, 1949, p.454).

Todas essas medidas tomadas pelo Estado, vieram efetivamente demonstrar que a estrada de ferro representava um setor estratégico ao sistema

agro-exportador cafeeiro paulista. Fica evidente, que a desapropriação representava o interesse da elite cafeeira paulista, que juntava-se ao Estado na defesa de seus objetivos. A região da Araraquarense tornou-se dinâmica na produção cafeeira, e a tendência era dificultar que uma empresa estrangeira (representada por Paul Deleuse) se tornasse proprietária de uma estrada de ferro numa região tão promissora como a Alta Araraquarense.

CAPÍTULO 5

A VIDA DE UM LIBERTÁRIO

A experiência libertária em Araraquara, de pouca duração, não pode ser avaliada dentro de um contexto mais profundo da doutrina anarquista, quanto à sua ação de força organizatória e militância, isso porque:

...a força e a influência das primeiras associações operárias repousavam mais na atividade incansável dos ativistas operários e militantes anarquistas e socialistas, e se faziam sentir de modo menos ou mais forte nos períodos de maior descontentamento da massa. As associações não eram instituições firmemente estabelecidas, burocratizadas, e sua força não advinha do fato de agrupar elevado número de aderentes. A autoridade das lideranças, seu prestígio no seio da classe, por outro lado, não decorria das funções que os dirigentes exerciam na estrutura das associações mas de seus atributos individuais, numa fase em que a burocratização das organizações era praticamente inexistente. Tratava-se, com efeito, de uma liderança difusa, com sobreposição de papéis, nos quais as mesmas pessoas eram concomitantemente líderes sindicais (na acepção atual do termo), agitadores, organizadores, propagandistas de ideais socialistas (em que os dotes de oratória valiam mais do que nunca), políticos e teóricos (Rodrigues, 1979, pp. 127 e 128).

Assim, as lideranças de Giovanni De Marchi e Antônio Soares são colocadas nesse contexto de sensibilização e organização da União Operária de Araraquara, a fim de que os trabalhadores tivessem a percepção de se sentirem como sujeitos históricos, dentro de sua experiência de vida e do seu cotidiano.

Pouco se sabe sobre o propagandista e orador Antônio Soares, mas a personalidade libertária de Giovanni De Marchi ficou registrada na sua conduta de liderança e como presidente da entidade, mas também na sua poesia e na memória de seus contemporâneos.

Giovanni De Marchi não conseguiu sobressair-se no movimento anarquista brasileiro, como foi os casos de Gigi Damiani e Oreste Ristori. Permaneceu desconhecido, em Araraquara, durante 26 anos, numa pequena cidade de região cafeeira, onde conseguiu aplicar o sentido da resistência libertária, junto com uma classe operária explorada e oprimida, por um breve espaço de tempo, e da qual não fazia parte.

Contribuiu para organizar um pequeno núcleo de resistência, que apesar das circunstâncias, pode aplicar sua experiência humana na conquista daquilo que julgavam de seu direito. De Marchi, foi uma pessoa que passou pela vida sem exigir nada e dar tudo o que podia através de seu ideal libertário, de sua dignidade e sua conduta como ser humano. É difícil encontrar-se pessoas que se despojam de tudo, para viverem do ideal que carregam dentro de si.

Suas poesias refletem profundamente o que sentia. Acreditava numa vida melhor, mas não conseguiu vislumbrar essa realidade. Por isso, não tinha estímulos de viver bem, quando percebia que outros seres humanos também não podiam ter acesso às mínimas condições de sobrevivência. Estimulava sua revolta despojando-se do conforto material vivendo praticamente na indigência.

Na sua poesia intitulada "Futuro", De Marchi afirma:

Um exército infinito armado de martelo, de esquadro, de pincel avança, de onde vem? (De Marchi, 1954).

Mas, esse exército de proletários vinha de toda parte:

Correm mas não se precipitam num salto urrando ferozmente, não gritam de dor, não praguejam, não contaminam a terra com sangue; mas todos cantam o hino da verdadeira redenção (De Marchi, 1954).

Na sua utopia libertária, De Marchi acreditava que um mundo melhor seria possível aos operários, porque naquele dia:

Como será belo no futuro, o Primeiro de Maio, como será belo! (De Marchi, 1954).

E acrescentava com mais ênfase:

E viva o 1º. De Maio! Não há opressões. Não há opressores, todos são irmãos no santo combate do trabalho! (De Marchi, 1954).

Rodrigues afirma que o anarquismo:

Não é uma seita exclusivista, de operários dispostos a “salvar” operários da exploração patronal e torná-los “patrões”. Integra um movimento de idéias que pretende fazer de cada indivíduo uma unidade independente, útil a si mesmo, ao grupo, à Coletividade, à Humanidade, um cidadão do Mundo (Rodrigues, 1985, p.23).

Foi justamente com essa ideologia, que Giovanni De Marchi tentou infundir nos ferroviários da The São Paulo Northern Railroad Company, o sentido latente de uma liberdade embrionária que projetava a necessidade de uma consciência de solidariedade entre eles, justapondo a resistência como forma de proteção.

Através da assimilação de seu ideal, contido na sua personalidade de artista e libertário, foi possível exprimir o seu caráter humanista, abraçando uma causa que não lhe pertencia, mas que atingia sua consciência de visionário almejando um mundo mais igualitário para todos.

Mas havia momentos de revolta dentro da personalidade do velho anarquista, porque a espera de um mundo mais justo e livre de opressão era inatingível. A realidade de sua indigência clamava contra essa visão de exploração e desigualdade, como expressão de desabafo e inconformismo:

Vozes que se elevam dos campos inundados de luz, vozes dos arrozais insalubres, das oficinas ruidosas, das minas profundas e perigosas, vozes dos campos de batalha onde se matam uns aos outros milhares de proletários por interesse que talvez ignoram, vozes dos operários explorados, das mulheres humilhadas, das crianças rejeitadas, dos velhos decadentes; vozes dos mares, dos montes, dos vales, vozes de dores que se soltam por toda parte. É justo, é honesto, é humano mostrar-se indiferente a esse coro dilacerante? Oh! Muito melhor que por uma convulsão do globo a água do oceano inundasse a terra, e que rasgasse a crosta do planeta e a matéria derretida e incandescente envolvesse cada ver vivente, e que por um choque de um astro maior se perdesse em fragmentos no espaço infinito, do que estas vozes continuassem para sempre (De Marchi, 1954).

Na sua poesia, a busca da verdade foi uma constante, isso porque, refletia o caráter e a dignidade de um ser humano, voltado numa busca utópica de uma concepção igualitária entre os homens, no entanto:

Eis, ela vem avançando. Cuidadosa, e depois se enfurece, entre o iludido povo, a despida Verdade (De Marchi, 1954).

Os seus escritos também relatam a saudade do velho anarquista da sua Itália, e ao mesmo tempo, exaltou o Brasil na poesia "Luz e Treva", na qual:

...é um hino a nova pátria que lhe exalta as belezas, a imensidão, a opulenta natureza. Mas, infelizmente, De Marchi, só conheceu o abandono, a ingratidão, a indiferença daqueles a quem amara, ensinara e a quem pretendia transmitir os ideais de fraternidade, humanidade e justiça (Abramo, 1954, p.6).

Mas, o seu ideal libertário ficou plantado e se desenvolveu, na continuidade da União Operária de Araraquara com uma existência de 76 anos de serviços prestados aos seus associados. A memória de Giovanni De Marchi ainda é lembrada e reverenciada por antigos ferroviários que não o conheceram, mas as reminiscências são passadas para as outras gerações.

Esta realidade é um elo da memória que se prende ao passado, e que ficou ligado no cotidiano e na experiência de pessoas que foram impelidas a agirem num determinado instante de suas vidas na busca de sua dignidade. Foi necessário esse resgate histórico, porque:

Trata-se de compreender, ainda, a força histórica das diferentes ideologias que, em contextos concretos, promoveram e promovem o reconhecimento, a submissão e a obediência e também a revolta e a resistência dos dominados (Paoli, s/d, p.57).

Na pequena biografia de Giovanni De Marchi, escrita por Iole Scarmagnan Abramo, é que vamos nos fundamentar no relato de sua história de vida. Não existem registros do dia e do mês do seu nascimento, embora nos empenhássemos em conseguir essas informações em várias fontes. Também não foi possível obter referências quanto a sua chegada ao Brasil, e o tempo decorrido

até 1898, quando chegou à Araraquara. Nada se sabe quanto a sua origem social, existindo comentários na época de que ele era de família nobre italiana e que viera ao Brasil, desgostoso em razão de uma injustiça de não ter recebido uma herança da qual tinha direito. Também existem referências de que:

...em sua chegada ao Brasil vivera em altas rodas da Capital do Estado, freqüentando a melhor sociedade, sempre elegante e possuindo meios suficientes para viver e brilhar naquele ambiente (Abramo, 1954, p.5).

Os artistas italianos que vieram ao Brasil como imigrantes, fossem eles escultores ou pintores, pouco se destacaram nas atividades artísticas. O motivo de suas vindas pouco se sabe, sejam por razões econômicas ou políticas. No caso dos pintores, a atividade artística que lhes garantiam a sobrevivência era a pintura de quadros e afrescos nas igrejas católicas das regiões cafeeiras de São Paulo, e nas regiões de imigração italiana do Rio Grande do Sul. Alguns deles ficaram incógnitos, sem projeção, existindo informações de que alguns por necessidade tornaram-se pintores de parede, dessa forma:

Poucos, no entanto, seriam os artistas italianos a desembarcar no Brasil, durante o transcorrer do século passado. E poucas são, também, as notícias existentes sobre eles (Cenni, 1975, p.368).

Abramo relata na biografia sobre Giovanni De Marchi, que tinha dezesseis anos quando o viu pela primeira vez. Isso aconteceu no ano de 1898, quando uma comissão de italianos liderada pelo Príncipe Cariatì, embaixador da Itália no Brasil, percorria a comunidade italiana na região de Araraquara, arrecadando auxílios a fim de organizar uma sociedade beneficente italiana, para

socorrer as vítimas da epidemia da febre amarela que afligia o Estado de São Paulo.

A autora relata a impressão inicial que teve em relação ao pintor que demonstrava:

...um rosto pálido, iluminado por grandes olhos negros vivíssimos, com expressão inteligente no rosto, cuja fronte alta e espaçosa, cabelos negros ondulados e revoltos conferiam um aspecto quase místico de iluminado. O terno surrado e gasto pelo uso nada tolhia à nobreza de uma aparência distinta e quase altiva (Abramo, 1954, p1).

Nesse dia, quando o grupo de italianos arrecada donativos, Giovanni De Marchi veio à casa de Salvador Scarmagnan, e solicitou auxílio às vítimas da febre amarela. Mas Salvador era um homem que lutava com a vida, e não tendo dinheiro para contribuir, e movido por um impulso sentimental e pela simpatia que De Marchi inspirava, tirou da parede uma gravura de valor que tanto estimava, que era do herói italiano Giuseppe Garibaldi, e entregou como doação.

Os dias foram passando, e Giovanni De Marchi permaneceu na cidade e tornou-se amigo de Salvador Scarmagnan freqüentando a sua casa. A estima e respeito que a família o distinguiu, era retribuída pela dignidade e amizade que o pintor transmitia aos membros da família. O que na realidade ocorria, era a identidade de idéias que os aproximava:

E sobretudo, o que avizinhava a ambos - o professor e meu pai - era a perfeita concordância, dos princípios inspirados no respeito da justiça e da honra, com as próprias ações, as quais jamais desmentiram as palavras e que se coadunavam

perfeitamente e se sintetizavam na atividade combativa em nome de ideais humanitários (Abramo, 1954, p.2).

A característica pessoal do pintor era a modéstia, e não revelava nada de sua vida às pessoas, mesmo àquelas que ele estimava. Giovanni De Marchi foi um homem que havia adquirido cultura aprimorada, e para sobreviver fundou uma pequena escola primária, onde transmitia seus conhecimentos aos alunos, sendo sua maior preocupação infundir aos jovens, a solidariedade, a dignidade e o respeito mútuo entre as pessoas. No Álbum de Araraquara de 1915, há uma referência da passagem de Giovanni De Marchi como professor da Escola Luso-Brasileira.

O desejo do pintor era abrir uma escola de desenho e pintura, onde efetivamente, ele pudesse desenvolver seus ensinamentos da arte da pintura, sendo que:

Com o tempo conseguiu também realizar esse objetivo. Mas quantas amarguras e desilusões. Em ambas as escolas seus alunos não obedeciam: a bondade, a ternura que tanto iluminavam seus grandes olhos, eram interpretados como fraqueza; sua compreensão e tolerância pelas reações e indisciplinas eram tidas como incapacidade de dirigi-los. E assim, aos poucos, os alunos foram-se e depois de terem recebido por meses e até por anos a fio, lições e ensinamentos do professor, que, tanto esmero e dedicação lhes ensinara a desenhar, decorar e pintar, e lhes ensinara as primeiras lições e conhecimentos debandaram sem lhe haver pago as mensalidades (Abramo, 1954, p.3).

A personalidade de Giovanni De Marchi, às vezes, segundo seus amigos, apresentava-se um tanto irônica, fazendo alguma crítica às pessoas que o acolhiam e alimentavam. Essas pessoas tinham um carinho e respeito muito

grande pelo pintor, e quando desejavam presentear-lo, ele não aceitava, aborrecia-se com essa atitude que as pessoas amigas demonstravam.

Sua vida transcorreu em um estado de pobreza, que ele soube suportar com extrema dignidade e altivez demonstrando uma resignação muito grande. As suas aulas de francês e desenho não proporcionavam-lhe o sustento necessário, e suas vestes denotavam o seu estado de indigência, sendo que, por um certo período ele dormiu em um pequeno quarto que uma sociedade italiana da cidade oferecia-lhe.

Num artigo do jornal O Imparcial de Araraquara, de 15 de outubro de 1948, cuja autora identifica-se com as iniciais I.S.G. homenageando a memória de Giovanni De Marchi no dia do professor, relata a figura do velho pintor com as roupas desleixadas, com seus “cabelos brancos, compridos e revoltos”, e freqüentando a sua casa e compartilhando das refeições com a família. Freqüentava a casa por um certo período e depois desaparecia, sem dar explicações de sua atitude. A família que o acolhia ficava na verdade, sem saber se houve alguma ofensa ou problema que o tivesse melindrado.

A autora do artigo descreve que por um determinado tempo, Giovanni De Marchi foi seu professor de desenho e matemática. Durante essas aulas, De Marchi que, às vezes, permanecia em silêncio, de repente, com gestos vigorosos começava a falar e batendo com o punho sobre a mesa:

Desenvolia os seus temas e eu o ouvia falar de liberdade e de um mundo melhor e mais justo para os operários e para todos. Depois lembrava-se da aluna, ria-se

consigo mesmo, pegava o meu desenho, olhava-o de todos os lados dizia: o teu está mal, mas o meu também não está perfeito (I.S.G., 1948, p.4).

Nesse artigo, relata que um grupo de moças, das quais ela fazia parte, foram numa tarde visitar o pintor no lugar onde ele dormia, sendo que, nessa época ele ocupava um quarto de um hospital desativado de Araraquara. Nesse quarto, de uma simplicidade extrema, havia uma cama com o colchão, uma mesa rústica, uma cadeira, um tinteiro e uma caneta. Pelos cantos do quarto espalhavam-se quantidades de folhas de papéis rasgados, onde podiam-se ler trechos de poesias e contos que De Marchi escrevia e depois rasgava. No artigo, não explica porque De Marchi destruía seus escritos, comentando também que:

Chegando em casa, contei à mamãe, muito penalizada, a falta de agasalho. E ela começou a pensar como resolveria o caso sem magoá-lo e decidiu mandar por um cobertor de lã e uma colcha sobre a cama, recomendando à caseira que não dissesse quem mandara. Dois dias depois vimo-lo aparecer em nossa casa com um grande embrulho: foi até à cozinha, jogou no chão perto de mamãe que toda confusa pedia desculpas. Gritava ele: não aceito esmolas e fique sabendo que nunca sinto frio. Foi embora muito aborrecido e deixando-nos muito tristes. Voltou somente pelo Natal, sentou à nossa mesa e ao terminar o almoço tirou do velho paletó uma poesia e recitou-a como fazia todos os anos (I.S.G., 1948, p.4).

Giovanni De Marchi nunca publicou suas poesias, inclusive as remanescentes foram preservadas devido a insistência de Salvador Scarmagnan, que, em 1924, pouco antes da morte de Giovanni De Marchi, conseguiu guardá-las apesar da resistência do pintor.

Iole Scarmagnan Abramo comenta, que em 1922, ao retornar à Araraquara, ficou penalizada ao ver o estado de abandono e miséria a que estava submetido

Giovanni De Marchi. Descreve, que De Marchi apresentou-se com as roupas quase em farrapos e tinha nos olhos “uma expressão desesperada”, e aquele homem que nunca fizera crítica a qualquer pessoa desabafava:

Que não fiz eu em favor destes jovens decoradores e pintores, aos quais ensinei o ofício sem nunca pretender recompensa alguma e que jamais reconheceram a importância de quanto lhes ensinei? Será verdade que o mundo não perdoa os vencidos? (Abramo, 1954, p.4).

Após ter estado em Araraquara em 1924, Iole Scarmagnan Abramo relata, que depois de seu regresso à São Paulo, recebeu a notícia da morte de Giovanni De Marchi e que:

Foi encontrado morto três dias após seu passamento, no seu humilhíssimo quartinho, ao redor um monte de papéis queimados: provavelmente destruiu toda sua remanescente obra literária em um extremo gesto de amargura contra os que nunca souberam compreendê-lo e prezá-lo como merecia (Abramo, 1954, p.5).

Na pesquisa que fizemos sobre os dados de sua morte, encontramos o seu registro de óbito no Cartório de Registro Civil de Araraquara, constando que, faleceu em Araraquara, em 22 de setembro de 1924, aos 73 anos de idade, na avenida Barroso nº. 36, sendo a causa de sua morte registrada como cardiopatia. No cemitério São Bento de Araraquara, há somente o registro de seu sepultamento, mas como não foi sepultado em jazigo perpétuo, seus restos mortais foram exumados depois de um certo tempo e colocados em vala comum.

Apesar do empenho que realizamos em conseguir mais informações sobre a personalidade e a vida de Giovanni De Marchi, não foi possível nas várias fontes consultadas. Não existem fotos de sua pessoa. A União Operária de

Araraquara possui em sua galeria todas as fotos de seus presidentes, menos a de Giovanni De Marchi. Os afrescos que ele pintou na antiga matriz de São Bento de Araraquara, foram destruídos por ocasião da construção da nova matriz. O que restou de suas pinturas foram três quadros com motivos religiosos que estavam na antiga matriz de São Bento, e atualmente fazem parte do acervo do Museu Histórico e Pedagógico de Araraquara, das quais, anexamos fotos neste trabalho. Os últimos vinte e seis anos da existência de Giovanni De Marchi foram passados em Araraquara, onde ele aplicou o sentido mais profundo de sua ideologia anarquista.

A biografia de Giovanni De Marchi, caracteriza a personalidade de um anarquista que viveu dentro de um ideal de liberdade e de ética. Sua memória merece ser lembrada pelo que realizou em benefício de trabalhadores que resistiram e lutaram por seus objetivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cotidiano dos trabalhadores é visto como um processo que permite aprofundar-se no sentimento de seres humanos, que vivenciaram suas angústias e explorações, e que souberam elaborar dentro do espaço de suas limitações, as “precárias lutas” levadas a efeito em momentos de injustiça ou repressão. Cada realidade era vivenciada de forma diferente produzindo um elenco de situações, que tinham que ser resolvidas de acordo com as condições de intensidade da luta que eram capazes.

A mobilização operária paulista buscava na greve o instrumento de luta para alcançar alguma conquista. Mas nem sempre o resultado era satisfatório, e não conseguiam abalar a elite empresarial ou o Estado repressor. A realidade dessas movimentos operários não assumiam uma posição de estratégia definida entre as várias categorias associativas, por isso, o desencontro de ação e formas de atitudes redundavam no insucesso e no desencanto da militância operária.

A articulação operária na conjuntura entre 1917 e 1920, representou uma fase significativa por expressar um conteúdo de prática social que estava impregnado de um idealismo utópico, e que se mesclava a um sentido reivindicatório de conquista salarial e trabalhista que tanto a classe trabalhadora necessitava, principalmente no período após a Primeira Guerra quando recrudescera a crise econômica e a subsistência dos trabalhadores era difícil.

Com relação a esse movimento operário do qual originou a União Operária de Araraquara, foi possível a formação de um núcleo de resistência de

inspiração anarquista, que através da greve na The São Paulo Northern Railroad Company conseguiu seus objetivos, estabelecendo-se um vínculo entre os ferroviários e o Estado, em decorrência da estrada de ferro ser um setor estratégico para o complexo agro-exportador cafeeiro.

A greve não foi espontânea e sua mobilização foi organizada antecipadamente, existindo uma orientação alheia ao movimento operário. Em nenhum momento foi contestado o poder do Estado, ou mesmo, um questionamento contrário à elite agrária dominante local. A greve foi deflagrada em função do agravamento das condições de existência dos operários que receberam também o apoio de outros segmentos da sociedade local, e não enfrentou uma resposta repressiva do Estado, que posteriormente, desapropriou a estrada de ferro. Essa atitude do Estado veio em resposta aos interesses da elite cafeeira paulista, que visava uma solução para o transporte do café da Zona Araraquarense à exportação, e que não tinham interesse que uma empresa estrangeira participasse internamente, de uma região que representava uma parcela ponderável da produção cafeeira do Estado de São Paulo.

Dessa forma, a organização da União Operária de Araraquara e a deflagração da greve, faziam parte dessa situação conjuntural que se verificou no Brasil entre 1917 e 1920, quando o movimento anarquista se arremeteu com intensidade, na tentativa de melhorar o resultado de uma inquietação coletiva operária que buscava uma conquista de seus direitos (Fausto, 1975).

Essa experiência, mesmo precária e efêmera da União Operária de Araraquara, infundiu nos seus personagens a convicção de auto-estima, e

mostraram que podiam modificar de alguma forma, a situação de exploração e miséria a que estavam submetidos. Na consecução de seus objetivos, essa realidade propiciou condições para alicerçar a continuidade da União Operária de Araraquara, porque:

A quantidade de pequenas greves, movimentos de empresas, resistências às hierarquia e à disciplina fabris, mobilizações intermitentes em relação à remuneração e à jornada de trabalho, levou em alguns casos à formação de sindicatos e associações bem estruturadas (Paoli, s/d, p.63).

A partir da década de 1920, a situação das mobilizações trabalhadoras no Estado de São Paulo começaram a entrar em refluxo devido a repressão que o governo estadual exercia, com a colaboração da classe empresarial. A ideologia anarco-sindicalista também começou a perder sua atuação e mesmo sua identidade com a classe operária. A repressão policial e a ameaça de expulsão dos militantes operários estrangeiros eliminava qualquer tentativa de reação.

A realidade desse período no processo histórico do Brasil, dava sinais de modificações aceleradas que afetava duramente o destino do movimento operário que:

...entra em uma longa depressão, impossível de ser medida apenas quantitativamente pelo decréscimo do número de greves ou de sua amplitude. A contestação das camadas dominadas refluí a um nível secundário, suas organizações tomam de novo o destino das pequenas seitas, deixando de ser fonte de alarme para os círculos dirigentes (...) Na memória social, estampa-se também o alcance de um corte que o tempo cronológico não poderia medir. Em poucos anos, no decurso dos anos vinte, as grandes manifestações de rua, o efêmero sindicalismo de massa dos têxteis, o comício de 1º. De maio de 1919 ligado a um contexto revolucionário internacional, transformam-se em símbolos, logo mitificados, de um passado distante que se busca sob novas formas recuperar. Depois, urgências mais prementes acabam por apagar estes símbolos e

sobre a história da “velha classe operária” se estende a sombra de um longo eclipse (Fausto, 1975, pp.248 e 249).

Em Araraquara, a União Operária volta às atividades mutualistas, propiciando aos seus associados alguns benefícios que o Estado brasileiro não oferecia aos trabalhadores na década de 1920.

BIBLIOGRAFIA:

ABRAMO, Iole Scarmagnan. *Biografia de Giovanni De Marchi*. Araraquara, Arquivo da União Operária de Araraquara (datilografado), 1954.

ALVIM, Z. M. F. *Brava gente! Os italianos em São Paulo*, São Paulo, Brasiliense, 1986.

AMARAL, Luiz. *História geral da agricultura brasileira*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, vol. III, Coleção Brasileira, 1940.

ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. *Santos o porto do café*. Rio de Janeiro, Fundação IBGE e Instituto Brasileiro de Geografia, 1969.

BAER, Werner e VILLELA, Anibal. *Crescimento e industrialização. Revisão nos estágios de desenvolvimento no Brasil*. Rio de Janeiro, DADOS, 1972.

BARRIGUELLI, José Cláudio. *Subsídios à história das lutas no campo em São Paulo (1870 - 1956)*. São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, Arquivo de história contemporânea, Vols. I, II e III, 1981.

BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*, Rio de Janeiro, DIFEL, 1977.

CARONE, Edgar. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo, DIFEL, 1979.

CORRÊA, Ana Maria Martinez. *História social de Araraquara. 1817 a 1930*. São Paulo, Universidade de São Paulo, Dissertação de mestrado, 1967.

CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. São Paulo, EDUSP, 1975.

DEAN, Warren. *Um sistema brasileiro de grande lavoura. 1820-1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

DELFIM NETO, Antônio. *O problema do café no Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto de documentação, Editora da Fundação Getúlio Vargas, Ministério da Agricultura/SUPLAN, 1979.

DE MARCHI, Giovanni. *Poesias inéditas*. In: Abramo, Iole Scarmagnan. Araraquara. Arquivo da União Operária de Araraquara (datilografado), 1954.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Lei N. 1627 de 21 de dezembro de 1918*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, nº. 278, 1918.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Decreto N. 3101 de 15 de outubro de 1919*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, nº. 224, 1919.

DICIONÁRIO DE ECONOMIA. São Paulo, Nova Cultural, 1985.

DUTRA, Eliana Regina F. e GROSSI, Yonne de Souza. *Historiografia e movimento operário: o novo em questão*. Belo Horizonte, Revista do Departamento de História nº. 3, FAFICH/UFMG, 1986.

DULLES, W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1977.

ESTATUTO DA UNIÃO OPERÁRIA DE ARARAQUARA. Araraquara, Tipografia União, 1919.

FAUSTO, Boris. *Trabalho e conflito social*. São Paulo, DIFEL, 1975.

FERRARI, Mivaldo Messias. *A expansão do sistema rodoviário e o declínio das ferrovias no Estado de São Paulo*. São Paulo, Universidade de São Paulo, Tese de doutorado, 1981.

FRANÇA, Antônio M. *Álbum de Araraquara*. Araraquara, João Silvera Editor, 1915.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1972.

GOBATTO, Osmar Osis. *A tentativa de imigração norte-americana de 1865 em Araraquara*. Araraquara, O Imparcial, 2º. 12005, 20 de junho de 1976.

GOBATTO, Osmar Osis. *A participação do imigrante italiano na história de Araraquara*. Araraquara, Revista O Imparcial, agosto de 1976.

GOLDMAN, Frank. *Os pioneiros americanos no Brasil*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1972.

HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo, Global Editora, 1982.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria nem patrão*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

HUTTER, Lucy M. *Imigração Italiana em São Paulo (1880-1889)*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros -USP, 1972.

JOLL, James. *Anarquistas e Anarquismo*. Lisboa, Publicações D. Quixote, s/d.

I.S.G. *Artigo sobre Giovanni De Marchi*. Araraquara, O Imparcial, n°. 4064, ano XVIII, 1948.

KHOURY, Yara Aun. *As greves de 1917 em São Paulo*. São Paulo, Cortez Editora e Autores Associados, 1981.

KOVAL, Boris. *História do proletariado brasileiro*. São Paulo, Alfa-Omega, 1982.

LIVRO DE ATAS DA UNIÃO OPERÁRIA DE ARARAQUARA. Araraquara, Arquivo da União Operária de Araraquara, 1919.

LOPEZ, Juarez Brandão. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo, DIFEL, 1964.

LORENZO, Helena Carvalho de. *Origem e crescimento da indústria na região "Araraquara-São Carlos"*. São Paulo, Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, Dissertação de mestrado, 1977.

LOVE, Joseph. *A locomotiva - São Paulo na federação brasileira. 1889-1937*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979.

MARAN, Leslie Sheldon. *Anarquistas, imigrantes e movimento operário brasileiro. 1890-1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovias. A evolução ferroviária e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. São Paulo, Editora Alfa-Omega/Editora Sociologia e Política, 1974.

MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café. Análise histórico-demográfica da expansão cafeeira no Estado de São Paulo*, São Paulo, s. ed., 1938.

NOGUEIRA, Rubem. *O advogado Rui Barbosa. Momentos culminantes de sua vida profissional*. Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica Editora, 1949.

PAOLI, Maria Célia. *Os trabalhadores urbanos na fala dos outros*. São Paulo, In: Lopes, José Sérgio coord. *Cultura e identidade operária*, Marco Zero, s/d.

PETRONE, Maria Tereza Schorer. *Imigração*. Rio de Janeiro, Cap. III. In: Fausto, Boris dir. *História geral da civilização brasileira*. Tomo III. O Brasil republicano. 2º. Vol. Sociedade e instituições (1889-1930), DIFEL, 1977.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *O operariado industrial na Primeira República*. Rio de Janeiro, Cap. IV, In: Fausto, Boris dir. *História geral da civilização brasileira*, Tomo III, O Brasil republicano, 2º. Vol. Sociedade e instituições (1889-1930), DIFEL, 1979.

PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael. *A classe operária no Brasil 1889-1930*. São Paulo, Alfa-Omega, 1979.

PRADO, Antônio Arnoni org. *Arte, memória e cultura anarquista*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas/Instituto de estudos e linguagem, Departamento de teoria literária, Remate de males 5, 1985.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1977.

RESENDE, Antônio Paulo. *História do movimento operário no Brasil*. São Paulo, Editora Ática, 1986.

REVISTA (EFA) ESTRADA DE FERRO ARARAQUARA.

Araraquara, Publicação da ABPE Associação brasileira de preservação ferroviária - Regional de Araraquara, Sede: Museu ferroviário de Araraquara, Estação da FEPASA, 1994.

REVISTA DA SOCIEDADE BENEFICENTE "UNIÃO OPERÁRIA DE ARARAQUARA". Araraquara, Comemoração do seu 25º. Aniversário, 1944.

RODRIGUES, Edgar. *Socialismo e sindicalismo no Brasil*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1969.

RODRIGUES, Edgar. 1972. *Nacionalismo & Cultura Social - 1913 - 1922*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1972.

RODRIGUES, Edgar. *Anarquistas. Trabalhadores italianos no Brasil*, São Paulo, Global, 1984.

RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, DIFEL, 1968.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, DIFEL, 1979.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. *As ferrovias de São Paulo 1870-1940*. São Paulo, Editora HUCITEC/Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura, 1981.

SANTOS, Paulo Silveira e CHINONE, Rosalina. *Café e transporte no século XIX*. São Paulo, In: Carone, Edgar org. *O café*, Anais do II Congresso de História de São Paulo, Associação dos professores universitários de História, Núcleo regional de São Paulo, 1975.

SFERRA, Giuseppina. *Anarquismo e anarco-sindicalismo*. São Paulo, Editora Ática, 1987.

SEGNINI, Liliana R. Petrilli. *Ferrovia e ferroviários*. São Paulo, Editora Cortez e Autores Associados, 1982.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da industrialização no Brasil*. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1976.

SIMÃO, Aziz. *Sindicato e Estado*. São Paulo, Dominus/USP, 1966.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *O processo político-partidário na Primeira República*. São Paulo, In: Mota, Carlos Guilherme org. *Brasil em perspectiva*, DIFEL, 1969.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

VIANA, Luiz Werneck *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

ANEXOS

ANEXO A

1-DIRETORIA DA UNIÃO OPERÁRIA NO ANO DE 1925

2-PRÉDIO DA UNIÃO OPERÁRIA DE ARARAQUARA EM 1944

Diretores da "União Operária" em 1925. — Sentados, da esquerda para a direita: Joaquim Tapachi, João Vassini (falecido), Francisco Pereira da Costa (falecido), Dorival Alves, Manoel Rodrigues e Antônio Rodrigues dos Santos; de pé, na mesma ordem: Alexandre Vergueiro (falecido), Domingos Menezes, João Marini, Afonso Lombardi, Caspar Col. Francisco Araújo Pinto, José Lázaro e Francisco Marqui (falecido).

VETERANOS



Diretores da "União Operária" em 1925. — Sentados, da esquerda para a direita: Joaquim Tapareli, João Vescovi (falecido), Francisco Pereira de Castro (falecido), Dorival Alves, Manuel Rodrigues e Antonio Rodrigues dos Santos; de pé, na mesma ordem: Alexandre Bergagliotti (falecido), Domingos Mazoni, João Manini, Afonso Lombardi, Gaspar Goi, Francisco Araujo Pinto, José Lázaro e Francisco Marqui (falecido).

A
Sociedade Beneficente "União Operária"
de
ARARAQUARA



na
Comemoração do seu 25.º aniversário

13-7-1919

13-7-1944

ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL
DIARIO OFFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANNO 28 — 31.º DA REPUBLICA — N. 278

SÃO PAULO

TERÇA-FEIRA, 24 DE DEZEMBRO DE 1918

Actos do Poder Legislativo

LEI N. 1.626 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza o Governo a abrir diversos creditos supplementares para serviços a cargo da Secretaria da Agricultura.

O Doutor Altino Arantes, Presidente do Estado de São Paulo,

Faço saber que o Congresso Legislativo decretou e eu promulgo a lei seguinte:

Artigo 1.º — Fica o Governo autorizado a abrir á Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas um credito especial de cento e cinquenta contos de réis (150:000\$000), para a construção de um predio destinado á cadeia e ao forum de São João da Boa Vista, e outro de cento e cinquenta contos de réis (150:000\$000) para a construção de predio destinado á cadeia e ao forum de Pirassununga; e os seguintes creditos supplementares ao art. 4.º da lei n. 1.584, de 21 de Dezembro de 1917:

a) de cento e cinquenta contos de réis (150:000\$000) ao § 1.º, letra k, destinado a diversas despesas;

b) de seiscentos contos de réis (600:000\$000) ao § 4.º, referente á immigração;

c) de duzentos contos de réis (200:000\$000), para pagamento de pessoal e outras despesas dos nucleos, e cinquenta contos de réis (50:000\$000) para contractos de colonização e auxilios á divisão de terras, ambos ao § 5.º;

d) de trezentos e quarenta e trez contos e oitocentos mil réis (343:800) ao § 6.º, assim discriminado para as verbas:

Posto de Seleção do Gado Nacional, letra b), trinta e seis contos de réis (36:000\$000); Haras Paulista, letra b), vinte e tres contos de réis (23:000\$000); Fazenda de Criação de Barueri, letra b), vinte e sete contos de réis (27:000\$000); Fazenda de Criação de Itapetininga, letra b), quinze contos de réis (15:000\$000); Posto Zootecnico de São Paulo, letra c), trinta e dois contos e oitocentos mil réis (32:800\$000); Publicação e propaganda, oitenta contos de réis (80:000\$000); e Serviço de Estatística e Informação Agricola, cento e trinta contos de réis (130:000\$000);

e) de quarenta e dois contos de réis (42:000\$000), ao § 7.º, para discriminação e divisão de terras devolutas;

f) de cento e vinte e cinco contos de réis (125:000\$000), ao § 9.º, letra c);

g) de quatrocentos contos de réis (400:000\$000), ao § 12, letra a), e de seiscentos e sessenta contos de réis (660:000\$000), ao mesmo §, letra b);

h) de doze contos de réis (12:000\$000), ao § 18 u. 11;

i) de cento e vinte contos de réis (120:000\$000), ao § 20.

Artigo 2.º — Revogam-se as disposições em contrario. O Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim a faça executar.

Palacio do Governo do Estado de São Paulo, aos 21 de Dezembro de 1918.

ALTINO ARANTES

Candido Nazianzeno Nogueira da Motta.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, aos 21 de Dezembro de 1918. — *Eugenio Lefèvre*, director-geral.

LEI N. 1627 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1918.

Autoriza o Governo do Estado a entrar em accôrdo com a Companhia de Navegação Fluvial Sul Paulista para o desenvolvimento do serviço de navegação a cargo da mesma, e dá outras providencias.

O Doutor Altino Arantes, Presidente do Estado de São Paulo.

Faço saber que o Congresso Legislativo decretou e eu promulgo a lei seguinte:

Artigo 1.º — Fica o Governo do Estado autorizado:

a) a entrar em accôrdo com a Companhia de Navegação Fluvial Sul Paulista para o desenvolvimento do serviço de navegação a cargo da mesma, podendo conceder-lhe augmento de prazo ou de subvenção, ou uma e outra coisa, até ao maximo de cento e cinquenta contos de réis, por anno;

b) a realizar a encampação ou desapropriação da Estrada de Ferro de Santos á Santo Antonio do Jiquiá e da de Araquara á São José do Rio Preto, inclusive o ramal de Sylvania á Tabatinga, com todo o seu material fixo e rodante, pertencente a primeira á Southern São Paulo Railway Company Limited e a segunda á São Paulo Northern Railroad Company;

c) a abrir os creditos necessarios para a execução da presente lei, submettendo os respectivos actos á approvação do Congresso.

Artigo 2.º — Revogam-se as disposições em contrario.

O Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim a faça executar.

Palacio do Governo do Estado de São Paulo, aos 21 de Dezembro de 1918.

ALTINO ARANTES.

Candido Nazianzeno Nogueira da Motta.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, aos 21 de Dezembro de 1918. — *Eugenio Lefèvre*, director geral.

LEI N. 1.628 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1918

Revoga disposições do art. 9.º n. 3, da lei n. 1.485, de 15 de Dezembro de 1915

O doutor Altino Arantes, Presidente do Estado de São Paulo.

Faço saber que o Congresso Legislativo decretou e eu promulgo a lei seguinte:

Artigo unico. — Ficam revogadas as disposições do art. 9.º n. 3, da lei n. 1.485, de 15 de Dezembro de 1915, na parte, referente á suppressão do cargo de chefe de Inspeção e Defeza Agricola, da Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

O Secretario de Estado dos Negocios de Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim a faça executar.

Palacio do Governo do Estado de São Paulo, aos 21 de Dezembro de 1918.

ALTINO ARANTES

Candido Nazianzeno Nogueira da Motta.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, aos 21 de Dezembro de 1918. — *Eugenio Lefèvre*, director geral.

ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

DIARIO OFFICIAL

DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANNO 29 — 31.º DA REPUBLICA — N. 224 SÃO PAULO QUINTA-FEIRA, 16 DE OUTUBRO DE 1919

Actos do Poder Legislativo

LEI N.º 1652. — DE 8 DE OUTUBRO DE 1919.

Cria o Districto de Paz de Ponte Nova, no municipio e comarca de Franca

O doutor Altino Arantes, Presidente do Estado. Faço saber que, o Congresso Legislativo do Estado decretou e eu promulgo a lei seguinte:

Artigo 1.º — Fica creado, com a denominação de Ponte Nova, um districto de paz no actual districto policial de S. Sebastião da Ponte Nova, do municipio e comarca de Franca.

Artigo 2.º — As suas divisas serão as seguintes:

Começam no ribeirão denominado « Ponte Nova », onde faz barra com o correço « Indayá », divisor do districto de Pedregulho com o de Crystaes; seguem pelo ribeirão da Ponte Nova abaixo até encontrar a barra do correço denominado « Zacharias », dividindo até ahi com os districtos de Pedregulho e Buritis, da comarca de Igarapava, e desse ponto, à esquerda, pelo referido correço « Zacharias » até ao espigão e desse espigão, à esquerda até encontrar o correço denominado « Bananeira », divisor do municipio de Ituverava e por este correço abaixo até encontrar o ribeirão denominado « Japão » e, por este acima, até encontrar as divisas do districto de Crystaes, onde faz barra o correço da Aguada, do sitio que foi do finado Quirino Nunes Ferreira; sobem por este correço até à sua cabeceira e desta seguem pelo espigão que divide as aguas dos correços « Barra-Preto » e do sitio que foi do coronel Joaquim Andrade do Nascimento, transpondo o espigão que divide as aguas dos ribeirões Cristaes e Ponte Nova, e seguem pelo divisor das aguas dos ribeirões Chapadão e agua de José Cherubim Cintra até ao ribeirão da Ponte Nova, na barra do correço do Indayá, onde tiveram começo ».

Artigo 3.º — Revogam-se as disposições em contrario.

O Secretario de Estado dos Negocios do Interior, assim a faça executar.

Palacio do Governo do Estado de São Paulo, 8 de Outubro de 1919.

ALTINO ARANTES
Oscar Rodrigues Alves

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios do Interior, em 15 de Outubro de 1919. — Servindo de director geral, Tiburtino Mondim Pestana.

Actos do Poder Executivo

DECRETO N. 3101 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1919 (*)

Declara de necessidade publica para ser desapropriada, na forma da lei, a Estrada de Ferro de Araraquara a Rio Preto, inclusivé o ramal de Sylvania a Tabatinga.

O doutor Altino Arantes, Presidente do Estado de São Paulo, de accordo com a auctorização contida na lei n. 1627, de 21 de Dezembro de 1918, e usando da attribuição que lhe confere o artigo 2.º da lei n. 57, de 18 de Março de 1836.

(*) Publicado pela 2.ª vez, por ter sahido com incorrecções.

Decreta:

Artigo unico — Fica declarada de necessidade publica, para ser desapropriada, na forma da lei, a Estrada de Ferro Araraquara a Rio Preto, inclusivé o ramal de Sylvania a Tabatinga, com as respectivas concessões estaduais consignadas nos contractos de 19 de Setembro de 1895, 8 de Fevereiro e 18 de Setembro de 1901, 30 de Maio e 8 de Outubro de 1908, 26 de Junho de 1909, 18 e 29 de Julho de 1916, leito, linhas telegraphicas, estações, armazens, officinas, pateos de manobras e mais dependencias, material fixo e rodante, moveis e mais accessorios, de propriedade da S. Paulo Northern Railroad Company.

Palacio do Governo do Estado de São Paulo, aos 15 de Outubro de 1919.

ALTINO ARANTES.
Candido Nazianzeno Nogueira da Motta.

INTERIOR

Por decreto de 15 do corrente, foi nomeado o sr. Mariano de Oliveira Wendel para exercer o cargo de Preparador dos Gabinetes de Chimica Industrial, Inorganica e de Mineralogia da Escola Polytechnica.

Por decreto da mesma data, foi exonerado, a pedido, o Preparador dos Gabinetes de Chimica Industrial e Inorganica e de Mineralogia da Escola Polytechnica, dr. José Custodio Cotrim.

Foram annexadas a grupos escolares as seguintes escolas: 1.ª masculina e 1.ª feminina, regidas respectivamente pelos professores Roberto Favero e d. Rachel Blumenthal, ao de Bragança: 1.ª mixta urbana, regida por d. Zenith de Sá Goulart, e 7.ª masculina, vaga, ao de « Villa Macuco », em Santos.

Foi creado um grupo escolar na cidade de Olympia, annexando ao mesmo as seguintes escolas, da mesma cidade: 1.ª, 2.ª e 3.ª masculinas e 1.ª, 2.ª e 3.ª femininas, regidas respectivamente pelos professores Antonio Silveira Martins, Argeu Lopes de Oliveira, Nicânor Rodrigues e dd. Alexandrina Muniz Barreto, Cornelia Homem de Mello e Maria José de Sousa: 4.ª e 5.ª masculinas e 4.ª e 5.ª femininas vagas.

Foi nomeado o ex-adjuncto do grupo escolar « Dr. Lopes Chaves », de Taubaté, professor Rodrigo Rodrigues Rosa, para o cargo de director do grupo escolar dessa cidade.

Foram nomeados para o cargo de adjunctos do mesmo estabelecimento: d. Hermantina de Moraes Arruda, ex-professora da 1.ª escola feminina das Reunidas de Rociuza, em Jundiaby; d. Amasilia de Castro, ex-professora da escola mixta do Bairro dos Leaes, em Redempção; Antonio Silveira Martins, Argeu Lopes de Oliveira, Nicânor Rodrigues, d. Alexandrina Muniz Barreto, d. Cornelia Homem de Mello e d. Maria José de Sousa, respectivamente, ex-professores das 1.ª, 2.ª e 3.ª escolas masculinas e 1.ª, 2.ª e 3.ª femininas, da referida cidade.

Foram nomeados para o cargo de adjunctos de grupos escolares:

o sr. Roberto Favero e d. Rachel Blumenthal, respectivamente ex-professores da 1.ª escola masculina e 1.ª feminina de Bragança, para o da mesma cidade;

o sr. Antonio Eberle dos Santos e d. Zenith de Sá Goulart, respectivamente, ex-professores da 7.ª escola masculina e da 1.ª mixta urbana de Santos para o de « Villa Macuco », da mesma cidade;

d. Laura Pereira Ferrette, normalista secundaria, para o de Altinópolis;

d. Maria de Camargo Fiore, normalista secundaria, para o de Cerqueira Cesar;

ANEXO C

FOTOS DE TRÊS PINTURAS COM MOTIVOS RELIGIOSOS DE AUTORIA DO PINTOR E POETA ITALIANO GIOVANNI DE MARCHI QUE FAZEM PARTE DO ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO E PEDAGÓGICO “VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA” DE ARARAQUARA.







L'UOMO E IL MONDO

Un raggio di sole cadeva sul mare, un raggio di sole
si infrangeva contro le roccie, un raggio di sole

Oh, quanti sono i mari, quanti sono i mari, quanti sono i mari
e quante palme vi crescono, e quante palme vi crescono

Martiri dimenticati, e voi che siete ancora vivi, e voi
che siete ancora vivi, e voi che siete ancora vivi, e voi

Ma qui è il mare, e qui è il mare, e qui è il mare, e qui è il mare
e qui è il mare, e qui è il mare, e qui è il mare, e qui è il mare

Solo l'acqua è sempre là, solo l'acqua è sempre là, solo l'acqua è sempre là
e solo l'acqua è sempre là, e solo l'acqua è sempre là, e solo l'acqua è sempre là

Oh, quanti sono i mari, quanti sono i mari, quanti sono i mari
e quante palme vi crescono, e quante palme vi crescono

ANEXO D

E la terra è il mare, e la terra è il mare, e la terra è il mare, e la terra è il mare
e la terra è il mare, e la terra è il mare, e la terra è il mare, e la terra è il mare

Costi del cuore di l'uomo a seconda che la natura è

**CÓPIAS DE POESIAS INÉDITAS DE GIOVANNI DE MARCHI,
NO IDIOMA ITALIANO E QUE FAZEM PARTE DO ARQUIVO
DA UNIÃO OPERÁRIA DE ARARAQUARA (O MANUSCRITO
ORIGINAL FOI DOADO AO MUSEU HISTÓRICO E
PEDAGÓGICO "VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA" DE
ARARAQUARA).**

Un languido chiarore che non si sa d'onde venga illumina la
squalida estensione. E' così dietro le mie spalle un montagna di cristallo
che si prolunga a destra ed a manca a perdita d'occhio.

Fra tanta abbandono avrei gradito perfino il maggior d'una
belva, perché vi fosse una manifestazione della vita.

Quand'ero dinanzi a me una strana apparizione. Nulla aveva
che somigliassi a cosa terrena, però come descriverla?

Non potei comprendere se aveva in sé alcuna bellezza, solo
notai ch'era enorme.

Suppongo che parlasse, ma la sua voce non somigliava punto ai
suoni di quaggiù.

.....Oh, l'immenso!

LUCE E TENEBRE

Un raggio di sole alle foreste vergini; un raggio di sole ai caprifogli confusi con le liane; l'ultimo raggio.

Oh, quanti secoli scomparvero dacchè ebbero principio queste selve! E quante palme vi crebbero nel frattempo!

Martiri dimenticati, o voi che nel silenzio contate le ore lente d'una lunga agonia, le vostre palme crescono tra le liane e i caprifogli, nè v'ha chi dica: "Ecco la palma d'un martire".

Ma qui e là in mezzo al verde s'alzano giganti dé tronchi ignudi, pari a fantasmi che aprano desolati le braccia.

Sono forse l'immagine di coloro, i quali, nati a grandi cose, son morti senza poter dare alcun frutto?

Quante opere insigni, quante scoperte che avrebbero stupito le genti dormono sotto l'erba del cimitero!

E la terra si fa bruna; nereggiano gli alberi dinanzi all'incendio che invade una parte del cielo, mentre dal lato opposto ecco ad una ad una le stelle.

Così dal cuore dell'uomo a seconda che le illusioni svaniscono sorgono le memorie.

E laggiù dietro una fila di banani dall'ampia foglia s'alza la luna e rischiarà fiocamente ogni cosa.

E' come raggio di luna l'ultima speranza che ci conforta a non maledire la vita.

Ma tutto si dilegua e dinanzi al mio pensiero allargasi un mare di ghiaccio.

Un languido chiarore che non si sa d'onde venga illumina la squallida estensione. Ergesi dietro le mie spalle una montagna di cristallo che si prolunga a destra ed a manca a perdita d'occhio.

Fra tanto abbandono avrei gradito perfino il muggir d'una belva, purché vi fosse una manifestazione della vita.

Quand'ecco dinanzi a me una strana apparizione. Nulla aveva che somigliassi a cosa terrena, perciò come descriverla?

Non potei comprendere se aveva in sé alcuna bellezza; solo notai ch'era enorme.

Suppongo che parlasse, ma la sua voce non somigliava punto ai suoni di quaggiù.

.....Oh, l'immensità !.

I L R I C O R D O

Allor che forte il core m'incatena
Lo squallido sconforto e sono solo,
-Solo pur tra la gente che la piena
Comprendere non sa di tanto duolo, -
E un freddo ragionare alla serena
Magion del canto m'interdice il volo,
Io bacio, o madre, il tuo ricordo e allora
Sento che il mio pensiero ha l'ali ancora.

Abbandonato il ragionar sottile
Che m'affatica, io credo nell'amore;
E un culto sacro adogni cor gentile
In cui vive pietà del mio dolore.
Perdono dei maligni all'opra ostile,
Ch'ebbi sempre per l'odio un grande orrore,
Pensando ad una prossima dimane.
In cui nessuno si contenda il pane.

Oh, addio, tenera madre! E tu l'addio
Recale, o fresca aurette vespertina,
Se pure a te sarà concesso il mio
Detto serbar per tanta onda marina.
A' pie dell'Alpi lentamente un rio (+)
Sgorge e silenzioso al mar cammina;
Quivi una donna dal pensiero oppressa
Tu troverai; dalle il saluto; è dessa.

(+) Il fiume Livenza.

N O T T E

Lascio le piume, non curando il gelo
Perciò che posa il core mio non ha:
Oh, quante stelle nell'immenso cielo !
Oh, quanta pace sulla terra sta !

Ma ecco lenta venir l'aria mesta
Una voce che svela acre dolor.
Frema d'interno un grido di protesta,
Risponde un ghigno che ti gela il cor.

E' l'ingiustizia che il dolore insulta.
Lo sentisti qual ghigno, o plebe, tu ?
Tu sempre calpestata essendo inculta,
Ma non ti desterai dunque mai più ?

O R O

O gente, o voi che bestemmiate in coro
Inni ad un mucchio di dischetti d'oro
Che sembrano un giocattol da bambini,
Ne conoscete voi tutti i destini ?

Ebben, quell'oro che lodate tanto
Costa all'Umanità fiumi di pianto.

E per quest'oro, il cui baglior non langue,
Maledisse la Terra, oh, quanto sangue !

A M O R E

Nel primo dì che il fulgido
Raggio del Sole il pèlago.
Che ricopria la Terra
Baciò, scemato l'impeto
Degli elementi in guerra,
Corse per l'onda un fremito;
Era l'Amore e nacque
La prima vita, un minimo
Abitator dell'acque.

E dopo, oh quanti secoli !
Sei pur tu solo, o genito
Dall'avvivante luce,
Amore, che dai triboli
Dove i suoi dì conduce
Puoi sollevare la vittima
Di costumanze insane;
Sei tu che puoi redimere
Chi geme per il pane.

Confondi i falsi apostoli
Ambiziosi ed avidi
Non più panzane; ah, il vero
Splenda sui mesti popoli !
Orsù, mostra il sentiero
Della vittoria all'utile
Proletariato e solo
Governa tu, re amabile,
Dall'equatore al polo.

V I E N D A G L I O P E R A I

Movea solingo e tutto in me raccolte
Quando improvvisa mi apparì gentile
Figura umana. Il crin diffuso, il volto
Che tradia lungo pianto e in segno umile
Mi suaserò a dir : "Che ti funesta,
Fanciulla mia ?" - Levò lenta la testa

Gemendo : "Oh, se sapeste !" - e la pupilla
Le offuscò la rugiada del dolore;
"Mia madre ha fame e dalla prima squilla
Mi sono invan coperta di rossore;
Davano i ricchi i pasticcini al cane
Ed a mia madre fu negato un pane."

"Vien, giovinetta, vien dagli operai,
Più facile un soccorso troverai".

PRIMAVERA ITALICA

Va il pensiero ove spuntano le mammole
Sui rivoletti e sopra i colli al sole
S'apron le gemme : ecco fiorisce il mandorlo
E l'aria é tutta mistiche parole.

Son parole d'amor che manda all'anima
Commosa la Natura rinascente
Ed é un inno che elevasi spontaneo
Al Sole autor d'ogni essere vivente.

Lá dalla vecchia torre scende il giúbilo
Col suono vivo, allegro, spensierato;
Cantan le forosette, i bimbi ridono,
Si rincorron gli agnelli giù nel prato.

Ma questa dolce primavera é un memore
Aspetto della cara gioventú;
Mentre io vivo così tanto per vivere
E ciò che amavo non m'alletta più.

U D I T E !

Voci che salgono dai campi inondati di luce,
voci dalle risaie insalubri, dalle officine rumoreggianti, dalle minie-
re profonde e perigliose, voci dai campi di battaglia ove s'uocidono
l'un con l'altro migliaia di proletari per interessi che forse ignorano,
voci d'operai derubati, di donnaumiliate, di bambine reietti, di vecchi
cadente; voci dal mare, dai monti, dalle valli, voci di dolore che si
sprigionano ovunque !.

Ed é giusto ed é onesto ed é umano mostrarsi
indifferenti a questo coro straziante ?

Oh! molto meglio che per una convulsione del
globo le acque dell'oceano inondassero la terra, o che squarciatasi la
crosta dell'orbe le materie fuse incandescenti avvolgessero ogni essere
vivente, o che per l'urto d'un astro maggiore questo mondo si perdesse
in frantumi nello spazio infinito, piuttosto che queste voci dovessero
continuare sempre !

x
x x

Pari ad un bambino gigantesco il sublime Ideale
é nato.

É vero: questo fanciullo si muove ancora con pas-
so incerto, -scivola anche, se volete,- ma verrà il giorno in cui, fatto
adulto, procederà con piede sicuro al trionfo.

LAVORATORI !

Suggestionati omai per tanti secoli
Da vecchi scartafacci e dalla comica
Ostentazion di drappi e di gingilli,
Voi fattori di tutto e che del tutto
Possedete le lagrime soltanto,
Alzate alfine l'avvilta fronte,
Aprite bene il ciglio e dalla mente
Che antichi pregiudizi ancor rinserra
Cacciate ogni timor : vostra é la terra.

Non sarà vostra ? E di chi mai ? Benvoi
Fecondate le glebe e le superbe
Città innalzate e per gli astuti il suolo
Rigate di sudor, spesso di sangue ?
Su ditelo, su via, che non per loro,
Ma per voi stessi, per i vostri figli
Stancar volete il braccio ed il pensiero
Riconoscendo un solo duce : il Vero.

NATALE

Fuor sulle pietre della via rimbalza
La pioggia monotona incessante;
Forma ruscelli e una bambina scalza
Ecco s'avanza pallida e tremante.

-Giubilate, o redenti ! - il calendario
Grida festoso nelle aurate sale ;
Ma nel covo dell'umil proletario
E' un'ironia la festa di Natale !

E che narrate voi, che dé potenti
Siete puntello e i deboli tradite ?
E' nato il redentore delle genti ?
Ma voi da venti secoli mentite.

Piove e la bimba gran dolore apprime;
Guarda lontan lontano e il passo affretta.
-Sei tu l'Umanità che la sublime
Alba d'amore desiosa aspetta ?

O VERITÀ !

Sperdi le viete favole
Catene del pensiero
Getta sopra l'ignobile
Cavillo il vitupero:
Tu della rea Discordia
Complice dei potenti
Strappa le fila e sorgano
Gli oppressi alfin redenti.

FI O R E D I R U P E

Poveri fiori ! Nati
Tra le fessure d'una roccia alpina,
Non so come scampati
De' sovrapposti massi alla ruina,

Rampicandomi a stento
Fra cielo e precipizio io vi strappai.
Urlava fiero il vento
Eppure di cader non paventail.

A L L ' I D E A L E

Sopra fragil canotto in preda al mare
A te, caro splendor, tendo le braccia;
E portato qui e là dall'onde amare
A te sempre, amor mio, volgo la faccia.
Contro uno scoglio che da lungi appare
Un' onda ampia, muggente, ecco mi caccia,
Pur mi conforta un bel pensier giocondo;
Sì! il dì verrà che farai lieto il mondo.

P O N T E R U S T I C O

Son due travi e un'assicella.
Posa un capo sulla ghiaia,
L'altro l'erba tenerella
D'una riva tutta gaia
Preme. Oh, quanto mi par bello,
Mentre il piede arresto e medito,
Questo rozzo ponticello !

Ecco un'onda che rimbalsa
Contro un masso e imbianca e mugge;
Ecco un'altra che l'incalza;
Fugge l'una e l'altra fugge.
Ah! che fia se, per le nevi
Sciolte, irrompe il fiume turgido
Flagellando i tronchi lievi ?

I N D I F F E R E N Z A

Quando tu passi, o bruna giovinetta,
Ti volgo di soppiatto la pupilla
E ti guardo negli occhi ove sfavilla
De' più begli anni tuoi la gioia schietta.
Tu non mi guardi e sembri avere fretta,
Chè l'astro dei felici a me non brilla;
L'amare per pietà chi mai diletta ?

S P I L O R C E R I A

Vedi tu all'orizzonte quei boschetti ?
Dimorano laggiù certi uccelletti,
Che rintraoccian de mane fino a sera
I corpuscoli a vol nell'atmosfera.
E frammezzo le piante v'è un casino
Che ostenta lo splendor d'un lumicino
Per indicar l'entrata alle persone.
Quivi la gran raccolta si ripone.
Scuola v'è pur e vi si può imparare
A rimaner piu di senza mangiare.

X
X X

Fiori d'agosto
E' non vogliono stare al loro posto.
Voglion volare
E non san dove l'ali han da pigliare.
O spinte o sponte!
Cercan salire lo scabroso monte;
Ma sul più bello
Dell' ascensione...
Guarda che razzolone!

X
X X

Fiorin di zecca;
Tanto la gente astuta che la sciocca,
Per te fino al somar le zampe lecca.

S E R A

Non mi chiedete la canzon giuliva,
Non mi chiedete un cantico d'april;
Passò la primavera all'altra riva,
Passò l'estate e è l'autunno ostil.

Oh, addio pioggia di fiore ! addio canzoni
Traboccanti dall'intimo del cor !
Addio, forme leggi o sguardi buoni
Lontani tanto eppur vi miro ancor !

Addio! Ma una fanciulla, ecco, sorride;
Fior delle selve, chè sorridi tu ?
A me d'intorno la procella stride
E tu ridi, o bel fior di gioventù ?

Ah ! non rider così dove una fronte
Porta il marchio di fuoco del destin.
Fanciulla, il sole ha già passato il monte;
Scendono le memoria senza fin.

A BALÔTE DE NÉF

Tut al mondo me par na gran puina:
Quanti zosat in piazza stamatina !

Un altra na balôta fa na cuca:
Chi la ciapa,... via, una de'n panet !
Al prin la schiva e giusta su la zuca
La ghe va a un puôre diâol che no' l la vet
Che il ghe n' instampa una e de pien braz
Al ghe la fica a n'altro in tel mostaz.

Sto qua al va sote na strasegna, là
Onde la néf l' é desleguada un s'ciant;
Al fraca ben na bala e ' l ghe la tra
Cussita fort che la vavia fis'ciant,
E se st'altro nol fa na schibanèla.
Corpo e daghe la ôlta, al lo sfrasela.
E pò guera. Chi fa bale, chi mòla,
Chi se sconz, chi fa 'l brao co la parola,
Chi cai, chi leva su, chi, salta fòra,
Chi pianz, chi rit e chi manda in maloro.

Dai che te dai! a guera terminada
I é bianchi fa na tinca infarinada.

S O G N O I N F A N T I L E

Mi pareva nel sonno di venire,
O tra le donne eletta,
Verso la tua casetta
E stavi sotto un albero a cucire.

Un leggiadro biondino, con gli occhietti,
Vivaci, era seduto
In terra e muto muto
Giocherellava con dei fuscelletti.

Il tuo bambin giocava e che facea ?
Una piccola croce:
Oh, il guiderdone atroce
Degli ingrati fratelli ei prevedea !

E adagino adagin m'avvicinai,
Pascia com la manina
Sciolsi la crocellina.
-"Fanciullo, il mio destin non oangerai ! " .

Mi disse e m'abbraccio teneramente
E l'ho abbracciato anch'io ;
Ma tanta mi ferio
Compassion che mi destai repente.

I N T E R M E Z Z O

Dedicato non a tutti, ma a molti

Miei signori, é permesso ?

Cosa c'é ?

Lo so bene

Che disturbo, ma via, per questa volta...

Ebbene ?

Stiano a sentir. Non vengo a far dé piagnistei:
Figurarsi ! con loro certo non ardirei.
Oh, no! non mi lamento, perchè faccio una vita
Se el tutto non di martire alquanto da eremita...
Già, capisco benissimo che loro son d'avviso
Di farmi guadagnare il santo paradiso.
Venni appunto a dir grazie della buona intenzione
Che onora si gentili, così brave persone.
E che viaggio, signori ! andar tanto lontano
Per giungere in quel luogo ch'hanno cercato invano
Gli astronomi coi loro tele scopi potenti;
Che freddo nel tragitto! che battere di denti!
Ma poi si che d'essere davvero un gusto matto
Danzar con tante vergini e non stancarsi affatto!
Arrivo, alfine, ed eccoti, signori miei garbati,
Venire un grande esercito di monache e di frati
Che m'offrono la scatola. Una, presa, perbacco,
Non si rifiuta mai: eccellente tabacco!
Ti scorgo il Padreterno, un vecchio brontolone,
Che fa servire il ponce; che rumme ! che limone!
Ei vedendomi esclama: Come sei capitato
Quassù ? per quali meriti ? - Sono morto affamato.
E fosti un gran minchione. Guardali qui gli astuti,
Vennero in paradiso eppur furon pasciute :
E' si finser digiuni strillando a pancia piena.
Vá là, povero diavolo, va a farti dar da cena.

C U S S I L A X E

Darghe tropo de spesso aria a la testa,
Dir na sempiada col bochin da festa
Se i ofre un non so che farse pregar
Finchè chi ga d'aver gabia da dar...
Coss'è tuto sto imbroglio ?
Eh! mi digo "sì ! no ! voglio ! no voglio !"
Senza sberlefi . Me voleu cussi ?
Son qua. No me volé ? Bondi, sioria !
La strada vostra no la xe la mia.

A L M E N T I T O R E

La menzogna nell'occhio ti si vede;
Taci, o bugiardo, chè nessun ti crede.

Su, partiti da noi; ci desti orrore,
Chè diventar pui ladro e traditore.

Oh, beato colui, perfin trá guai,
Che potrà dir: Non ho mentito mai !

R I V O L T A

Fra sterpi, tra sassi, per l'erta pesante
A' colpi di duro scudiscio fischiante
Si sforza, s'avanza l'umile asinel;
Ma invan s'affatica; non cessa il flagello:
Succede alla sfezza nodoso randello
E il mite somaro diventa un rebel.

Così pur le plebi sommesse, pazienti,
Non hanno più lagrime, non han più lamenti
Allor che l'eccesso raggiunga il soffrir;
Ma erette le fronti, con passo deciso
S'avanzano ardite, gridando sul viso
Ai crudi, agli astuti che l'han da finir.

Ahimè, che la terra si copre di morti !
Di vecchi, di bimbi, di meste consorti
Le grida strazianti risuonano in ciel.
-Perchè tu mi chiedi chi eccelle in valore ?
Ah, taci, deh taci ! Fra tanto dolore
Pensare alla gloria ? Su, piangi, o fratel.

Si piangi sui forti pel dritto caduti.
Quei labbri che il vero dischiuse son muti;
Giustizia fu vinta nell'aspra tenzon.
Ma a lungo non dura dei perfidi il vanto
Già vien da lontano de' vindici il canto;
Tremate, o nemici dell'alma Ragion.

.

Oh, venga quel giorno che assisa ridente
La vergin davanti la casa fiorente
All'aure dà il canto che il cor le insegnò,
Nel mentre che il cielo pel vespro s'indora,
Nè a un tratto sussulta, nè il volto scolora
Per nuova improvvisa che giunger le può.

Ah, venga, deh tosto la bella dimane
Che a giovani certo sol favole strane
Le nostre miserie dovranno sembrar,
Se pure d'e vecchi la lingua non fremi
Timor che i racconti de' tempi inameni
Non giungan de' figli la pace a turbar.

Che quìte, che gioia, che vivere bello!
Allora discesi saran nell'avello
L'orgoglio, l'invidia, la brama dell'or.
Allora, scordando l'ignobile io,
Sarà il ben di tutti d'ognuno il desio.
Che tardi ? Su splendi, bel sole d'amor !

A V V E N I R E

...Ecco dinanzi a me una pianura immensa.

Da un cielo purissimo il sole inonda la terra e
nel mezzo del piano sconfinato alto s'elewa il tempio della
Pace.

Un esercito infinito armato di vanghe, di martelli,
di squadre, di penne s'avanza. d'onde viene ?

Viene dalle colline ubertose bacciate dallo zefiro;
viene dalle foreste lusurreggianti del tropico, dalle oasi
che fan meno squallido il deserto, dalle regione malinconiche
amoreggianti col polo.

Gli, accorrenti non si precipitano l'uno sull'altro
con urla feroci, non grida di dolore, non imprecazioni, non
sangue che contamini la terra; ma tutti cantano l'inno della
vera redenzione.

Migliaia e migliaia di candide colombe svolazzano
sui capitelli e le cornici del maggior tempio che la gran ma-
dre comune abbia mai sorretto cogli omeri.

Come sarai belle nell'avvenire, o Primo Maggio,
come sarai bello !

M O R T A !

Lugubre all'aure il suono
D'una campana spandesi,
O giovinetta e spandesi per te.
Nel tuo cuore si buono
Tace per sempre il palpito,
Il tuo sguardo soave, ah!, più non é.

Il bronzo piange ! Lenta
Odo armonia di flebili
Trombe ed un canto che mi stringe il cor;
E penso come spenta
La fiamma sulla morbida
Tua guancia or siede l'ultimo pallor.

La gentile persona
Là sotto un negro cumolo
Di terra in cimitero, ah!, resterà ;
E allora che risuona
La mesta ora del vespero
Qualcuno fra i sepolcri a te verrà.

Sono i tuoi genitori,
Son essi, sono i teneri
Che lontani da te non sanno star,
Che ti portano fiori
Sopra la tomba gelida
Che vengono a parlarti e a lagrimar.

PRIMO MAGGIO

Su scavate, scavate, il terreno
Che abborrisco la luce del dì;
Sta del suolo nel gelido seno
Quella pace che ratta fuggi.

Odo voci di cruda esultanza,
Sento un riso beffardo che vien;
C'è chi ardisce parlar di speranza ?
Su, scavate, scavate il terren.

- "Evviva il Primo Maggio! Non più oppressi,
Non più oppressori, ma fratelli tutti
Nel santo agone del lavor." Che ascolto ?
Vengo, o compagni ! E con le braccia aperte
Corsi, anch'io lieto per l'immensa speme
Che alla tradita Umanità sorride.

-
-
Spesso l'oro si scopre
Entro un ciottolo indegno;
Ma ancor più spesso un'esile
Foglia d'oro ricopre
Un fantoccio di legno.

-
-
Retto cor, mente acuta e buoni studi
Fanno il critico destro;
Ma ora a tal siam giunti che perfino
Un tenero bambino
Critica la lezione del maestro. (+)

(+) Ciò non vuol dire che il bambino abbia sempre torto.

-
-
Tizio, propagator di belle nuove,
Se discute, per caso, di pplitica,
Come puledro che ha spezzato il freno
Si precipita sul vasto terreno:
Va... non sa dove.

-
-
Sento che mi chiedete:
-Vecchio, com'è che tu non hai danari?
-Ditemi pria, ma perchè voi ne avete ?

-
-
Convolvoli che al sol lieti v'aprite,
Come all'amore candida fanciulla,
Tra le macerie e l'erbe inaridite,
Fate capire a questo mio cervello
Come si fa a trovare tutto bello.

A L L E G O R I A

D'urli di lupi, di squittir di volpi
Risuona l'acre; tuona ed il baleno
Guizza sinistramente. Duri colpi
Battono sul mio volto e sul mio seno.

Infuria il vento, la grandine aumenta;
Oh ! com' è grossa e fitta: ebbene, sia !
Io cadrò, che m'importa ? ma contenta
La sorte non farò . La fronte mia.

Non chinerassi mai della nemica
Dinanzi al simulacro. Oh ! pria morire
In fra i rottami d'una torre antica,
Che a patti, per viltà, con lei venire.

C H E M O N D O !

Ecco, essa viene Inoltrasi
Guardinga e poi si sdagna
Tra l'ingannato popolo
L'ignuda Verità,

Chè sempre astuta maschera
Ne usurpa il nome e regna,
Mentre fra i cenci spasima
Derisa la Bontà.

O proletario, vittima
D'una sentenza indegna
A te che giova il fascino
Di monca civiltà ?

POVERO FIORE !

T'amai, non dell amor che infiamma il core,
Ma di quello che i miseri affratella.
Io ti chiamai sorella,
E t'lo chiamato il mio povero fiore.

O giovinetta, sì, t'amai soltanto
Perchè ti vidi tutta sola al mondo,
Non m'ispirasti un canto,
Ma invece un senso di pietà profondo.

Ma non ti veggo più, Chi ti rapia,
Povero fior, sperduto sulla via ?

x
x x

Mesta rugiada della ricordanza
Che scendi al primo lume delle stelle,
Le perle del mattin sì che son belle
Iridate dal sol della speranza.
Ma non già tu da cui... cosa si spera,
O pianto della sera ?

x
x x

Son felice ! son felice !
Gorgheggiava un angellino,
Saltellando, svolazzando
Sulla florida pendice.
Ma un pallino lo colpì
E per sempre - oh, reo destino ! -
Quel felice ammutolì .

ALLORA !

Giravano, giravano
D'intorno alla cinerea
Torre le rondinelle;
Era un gridio che non finiva mai.
Ed io mirava i lieti
Colli dove immutabile verdeggia
L'Albero della pace,
Mentre l'anima mia
Inni alle care illusion sciogliea
Ahi ! da gran tempo tace
Quel canto lusinghiero.
Ora, fatto straniero.
Non seggo più sul vecchio muricciolo
A contemplare il volo
Delle rondini e vivo
Così, giorno per giorno
Incerto se domani
Avrò un tozzo di pane,
Assistendo stupito e disdegnoso
Alla commedia che si svolge intorno.

GOBATTO, OSMAR OSSIS. *Labor Mutualismo and Resistance in Araraquara.* Araraquara, 1997. 153p. Dissertation (Master in Sociology) - Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

ABSTRACT

In the objectives proposed in this work, the labor mutualism and resistance occurred in the Labor Union of Araraquara, mainly through the anarchist influence and its relation to the strike which took place at The São Paulo Northern Railroad Company, in October, 1919. It has been shown that such a labor movement permitted the formation of a resistance nuclei which, through the strike, managed to reach its goals, establishing a link between the laborers and the State, due to fact the railroad was a fundamental factor for the coffee exporting complex in the State of São Paulo. By no means was the strike spontaneous as its mobilization was previously organized, for there existed na orientation outside the labor movement when the State appropriated the railroad. The attitude of the State was an answer to the interests of the coffee elite in the State of São Paulo, who looked for a solution for the transportation of coffee in the Araraquara Region, so that it could be exported and they were not interested that a foreign company would participate internally in a region which represented an important part of the production of coffee in the State of São Paulo.

Keywords: anarchism, laborer, mutualism, resistance, railroad and strike.